

Jeniffer Ribeiro Pessôa

GÊNERO E EDUCAÇÃO

a formação educacional para a igualdade de gênero no
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)



Original, inovadora e oportuna. Essas são as três palavras que definem esta obra, fruto da pesquisa de mestrado realizada pela professora Jeniffer Pessôa: original porque convida aos interessados em estudos sobre os vetores educativos nas mobilizações sociais da esfera popular a examinarem as práticas cotidianas e interiores ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra para além do olhar comum que restringe a educação do MST apenas ao seu corpo técnico-produtivo; inovadora porque este estudo original se dirige de forma comprometida a investigar os elementos pedagógicos perpetrados pelo movimento para estabelecer relações de gênero igualitárias, de forma a colocar em evidência a consonância entre discurso e práticas; e oportuna porque, contrária à lógica cultural submetida ao clamor da subjetivação através da soberania de uma época que se julga pós-ideológica, a obra que o leitor tem agora em mãos coloca em jogo justamente como, de fato, é a ideologia militante de um movimento popular do campo que se faz materializada na condução políticas de promoção da ocupação democrática de espaços de direção e coordenação para a produção e reprodução de relações de gênero que traduzem a formação de uma identidade

GABRIEL G. NEMIROVSKY

Doutor em Educação (Unesp/Marília).
Docente da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul

GÊNERO E EDUCAÇÃO:
a formação educacional para a igualdade de gênero no
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
(MST)

Jeniffer Ribeiro Pessôa

Jeniffer Ribeiro Pessôa

GÊNERO E EDUCAÇÃO:
a formação educacional para a igualdade de gênero no
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Marília/Oficina Universitária

São Paulo/Cultura Acadêmica

2021



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -
UNESP/Marília*

Graziela Zambão Abdian

Patrícia Unger Raphael Bataglia

Pedro Angelo Pagni

Rodrigo Peloso Gelamo

Maria do Rosário Longo Mortatti

Jáima Pinheiro Oliveira

Eduardo José Manzini

Cláudia Regina Mosca Giroto

Auxílio N° 0798/2018, Processo N° 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

Pessoa, Jeniffer Ribeiro.

P475g Gênero e educação: a formação educacional para a igualdade de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra / Jeniffer Ribeiro Pessoa. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021.

162 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5954-169-0 (IMPRESSO)

ISBN 978-65-5954-170-6 (DIGITAL)

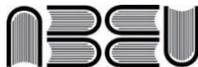
DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-170-6>

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. 2. Educação rural. 3. Relações de gênero. 4. Mulheres - Condições sociais. I. Título.

CDD 370.193

Copyright © 2021, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

Entre os desafios que temos pela frente, um deles é o de desenvolvermos um processo educativo que permita a superação da dominação machista imposta pela cultura em que estamos inseridos, e um melhor entendimento da questão de gênero.

(MST, 2005, p. 215)

*Dedico aos meus pais, Luís Eduardo Pessôa e
Eliana Ribeiro Pessôa, por acreditarem nos
meus sonhos, pelo incentivo e apoio
em todas as minhas escolhas e decisões e,
por estarem sempre ao meu lado.*

Agradecimentos

Entre os agradecimentos que tenho o primeiro certamente é para a professora Neusa, pela oportunidade de ser sua orientanda e, por isso divido com ela essa conquista. Obrigada por acreditar no meu potencial, e compartilhar comigo seu conhecimento de forma que, mais do que me incentivar à pesquisa, me ensinou a pesquisa.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia. As leituras e discussões sobre os diversos textos contribuíram muito no processo de conhecimento, pesquisa e reflexão.

Aos colegas de caminhada acadêmica Alessandra Costa (Keka), Gabriel Gualhanone Nemirovsky, Thais Yuri Matsumoto Takaoka que acompanharam o desenvolvimento desse trabalho e, se tornaram verdadeiros amigos.

À minha família pelas palavras de apoio, e pelo incentivo nos momentos difíceis.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro durante o curso do mestrado, quando essa pesquisa foi desenvolvida.

Aos meus pais, Luís Eduardo Pessôa e Eliana Ribeiro Pessôa, por acreditarem nos meus sonhos e, pelo incentivo e apoio em todas as minhas escolhas e decisões. Sem eles nada disso seria possível. Obrigada por

estarem comigo em todos os momentos e, por serem os maiores incentivadores dos meus sonhos.

À Deus que me acompanha em toda a minha trajetória, e que colocou essas pessoas tão especiais na minha vida e que me permitiu a concretização desse trabalho, que é parte dos meus sonhos que está sendo concretizado.

Sumário

Apresentação.....	13
Prefácio <i>Neusa Maria Dal Ri</i>.....	23
I Movimentos Sociais e Gênero.....	29
Histórico dos Movimentos Sociais no Brasil	
Os Movimentos das Mulheres no Campo	
II O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	55
A Fundação do MST	
Pedagogia do Movimento	
III MST e a Questão de Gênero.....	85
A Política de Gênero do MST	
O Setor de Gênero do MST: Criação e Documentos Produzidos	
A Igualdade de Gênero na Formação Educacional do MST	
As Ações das Mulheres Militantes	
Referências.....	149

Apresentação

Essa obra é fruto da dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2018, com o título *A formação educacional e a igualdade de gênero no Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) sob a orientação da professora Doutora Neusa Maria Dal Ri.*

A proposta busca destacar como se constituiu as relações de gênero dentro do MST, destacando sua formação educacional própria intitulada *Pedagogia do Movimento* que serve para o Movimento como um espaço educacional que vai além de conteúdos escolares, desenvolvendo, a partir dele, questões como, por exemplo, a igualdade de gênero.

O Brasil foi marcado por uma época de regime militar que teve vigência de 1964 até 1985, quando foi oficialmente finalizado, dando início à Nova República. Esse cenário político gerou o surgimento de vários movimentos sociais, entre eles o objeto de nossa pesquisa: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). “O MST surge em nosso cenário político e econômico propondo-se a lutar por mudanças sociais no país e pela construção de uma ‘sociedade sem exploradores e explorados’” (MELO, 2007, p. 113).

O MST nasce em um processo de enfrentamento e resistência durante o regime militar, no período compreendido entre 1978 e 1985,

essa articulação de lutas foi um processo de luta contra a expropriação e a exploração da terra.

Assim que fundado, o Movimento estipulou três objetivos principais: lutar pela terra; lutar pela reforma agrária; e lutar por mudanças sociais no país. A luta por mudanças sociais ensinou os militantes que a transformação em sujeitos sociais é um processo educativo, de formação humana.

O MST entende que a democratização da educação é tão importante quanto a democratização da terra. Assim, o Movimento atribui, desde sua fundação, significativa importância à educação dos seus militantes. Na construção de uma nova forma de educar, o MST criou a chamada *Pedagogia do Movimento*. A Pedagogia do Movimento se fundamenta em algumas teorias pedagógicas existentes, as quais o MST utilizou para a constituição de um projeto pedagógico e educativo próprio (MST, 1999a; 2001a), objetivando a formação do ser humano por meio de práticas e vivências, nesse sentido, “[...] a *Pedagogia do Movimento* se constitui como uma reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas postas em movimento na formação dos Sem Terra, tratando-a como um processo educativo que pode inspirar diferentes práticas educativas” (MST, 2013, p. 10).

A construção de novas escolas com uma nova pedagogia pode ser atribuída ao fato da falta de escolas no campo. Além disso, “[...] as escolas oficiais não atendiam aos interesses dos Sem Terra”, ou seja, as escolas eram poucas ou não existiam, e mesmo nos locais onde tinham escolas a proposta da educação estatal não atendia aos interesses do MST, então “[...] foi neste ambiente que se formulou um projeto educacional cujos objetivos mais relevantes são: educar as pessoas para o trabalho coletivo;

estimular a permanência dos jovens no campo; e possibilitar uma formação política e ideológica aos assentados” (DAL RI, 2004, p. 28).

A trajetória do MST mostra que sua educação se desenvolveu por meio de dois eixos complementares: a luta pelo direito à educação; e a construção de uma nova pedagogia. De acordo com esses eixos foram formulados diferentes princípios e reflexões norteadores dessa pedagogia (CALDART, 1997, p. 39)

Ademais, “[...] ressaltamos que a práxis educacional do MST é diferenciada tanto em relação à escola oficial, quanto em relação a outras proposições críticas existentes [...] dada a sua originalidade e possíveis virtualidades teóricas e práticas” (DAL RI, 2004, p. 28).

Outro fato relevante para a nossa análise da Pedagogia do Movimento, que a “[...] política educacional posta em prática pelo Movimento visa atacar alguns problemas que foram detectados com o desenrolar do seu trabalho [...]” (DAL RI, 2004, p. 27-28).

Esta obra apresenta a nova formação/educação criada pelo MST, que busca a construção de novos valores, que estão presentes nas ações que o MST desenvolve por meio de princípios que dizem respeito à transmissão da igualdade nas relações de gênero. Uma dessas ações é por meio das publicações do MST.

Em grande parte dos documentos dos diferentes setores do MST, tais como Boletim da Educação (MST, 1992a; 1994; 1996a; 2004b), Caderno da Educação (MST, 1992b; 1994), Caderno de Formação (MST, 1986b; 1988; 1989; 1999b), Caderno de Estudo (MST, 1996b; 1998; 2003; 2004a), são citadas formas de como incluir mais as mulheres e

crianças no Movimento, e a importância da igualdade de gênero em todos os âmbitos, setores e instâncias.

Nos documentos publicados “[...] que compreende o período entre 1985 e 1989 – *Sem reforma agrária não há democracia!* a preocupação em conciliar a vivência dos processos coletivos com a experiência privada de seus participantes já passa a ser esboçada, ainda que de forma indireta e incipiente” (MELO, 2007, p. 114-115).

Nos documentos escritos nesta fase o MST (1986a; 1986b; 1987; 1988) ainda estava se moldando e crescendo como movimento social, por isso foi um momento crucial na determinação dos seus valores e normas. Apesar de já existir a preocupação com a inserção da mulher no Movimento, o MST tinha clareza acerca das dificuldades a serem ultrapassadas para a conquista da igualdade de gênero.

[...] é preciso ficar bem claro que a mulher não espere sua emancipação automática no socialismo. Ao longo de toda história a mulher da classe dominada foi vítima de uma dupla exploração – uma opressão de classe e uma opressão de gênero – oprimida por ser proletária; oprimida por ser mulher. Durante todo esse tempo, viveu afundada no mais profundo obscurantismo, vítima de preconceitos, preconceitos esses compartilhados, inclusive, por seus companheiros. Desse modo, cabe à mulher, lutar em duas frentes: por sua classe, lutar porque é oprimida como classe e lutar porque é oprimida enquanto sexo (MST, 1988, p. 16).

As publicações da década seguinte (1990 a 2000) se constituíram, principalmente, pela busca de estratégias para colocar em prática o projeto político pedagógico.

Os documentos do MST (1996a; 1996b; 1998; 1999b) ressaltam que o Movimento compreende a diferença entre nascer homem e nascer mulher, e o papel destinado a cada um dos sexos. Porém, destaca que esse é um papel cultural, determinado pela sociedade segundo seus interesses e, portanto, se não são naturais podem ser mudados. No sentido de mudar os papéis tradicionais e cultivados pela sociedade capitalista e na busca da construção de um novo homem e uma nova mulher com os valores de igualdade, destaca-se o papel da educação (MST, 1999b, p. 16).

Até 1996, parte dos documentos escritos voltados para a inclusão das mulheres no Movimento, foi elaborada pelo chamado *Coletivo Nacional de Mulheres*. Posteriormente, as cartilhas publicadas foram de expediente do *Coletivo Nacional de Gênero*, nomenclatura que permaneceu até a criação do Setor Nacional de Gênero.

Assim, ocorreu no ano 2000 a criação do *Setor de Gênero*, com o objetivo principal de levar a discussão de gênero para o conjunto do MST, por meio de estudos e reflexões, divulgando cartilhas cujo conteúdo demonstra a importância de se estabelecer novas relações para se avançar na luta de classes. Nesse sentido, permitiu ampliar a discussão e as ações para que as mulheres tivessem voz e poder de decisão no Movimento e fossem tratadas com respeito e igualdade, além de ter proporcionado a publicação de textos específicos e incluindo o tema na pauta dos encontros estaduais e nacionais.

Segundo o MST (2001b, p. 148) a existência da necessidade de se discutir gênero está no fato de que o Movimento busca a transformação da sociedade, e construir uma sociedade solidária, com justiça social, e, é impossível realizar essa transformação sem acabar com as desigualdades nas relações de gênero.

É importante destacarmos que na “[...] perspectiva de análise que partilhamos, gênero é entendido como um padrão socioeconômico e cultural que define o que é masculino e o que é feminino, em cada contexto histórico” (SABIA; BRABO, 2016, p. 177). Assim, o conceito de gênero que adotamos em nossa perspectiva, de que gênero está situado nos padrões sociais que definem as masculinidades e feminilidades.

Segundo os documentos analisados verificamos que a mudança das chamadas *questões das mulheres* para as *questões de gênero*, por ser uma categoria mais abrangente e não para substituir a categoria mulher. “Os estudos de gênero, aqui incluindo as categorias ‘mulher’, ‘mulheres’, ‘feminismo’, ‘feminilidades’, ‘masculinidades’ e ‘relações de gênero’, têm buscado se colocar no centro do debate historiográfico, tentando fazer com que essas categorias se tornem comuns para quem pesquisa nesse campo” (PEDRO, 2011, p. 277).

Todavia, apesar do conceito de gênero ser abrangente e, por isso, compreender as relações entre homens-homens, mulheres-mulheres e, homens-mulheres, aqui tratamos especificamente apenas desta última, visto que nos documentos analisados não constatamos a existência de indicações de igualdade voltada para os relacionamentos LGBT. Nesse sentido, as limitações da proposta aqui apresentada estão limitadas ao binômio masculino e feminino por serem os únicos encontrados nos documentos levantados.

O objetivo geral desta proposta foi verificar se o MST possui uma política de formação educacional que abranja a questão de igualdade de gênero. Os objetivos específicos foram: verificar se o MST possui uma política geral de gênero; analisar os princípios pedagógicos e o projeto político-pedagógico do MST para verificar se há ações ligadas à formação educacional e voltadas para a igualdade de gênero.

Os procedimentos adotados foram o levantamento bibliográfico e documental, a leitura, a análise e a interpretação de documentos e bibliografias relacionados às temáticas envolvidas nesta pesquisa. Foram utilizados, preferencialmente, textos oficiais do Movimento, assim como textos desenvolvidos por seus militantes e, também, textos de autores que se dedicaram ou se dedicam à pesquisa sobre o MST, a sua formação educacional e a questão de gênero, temáticas tratadas nesta pesquisa. O recorte temporal foi de 1984, quando o MST foi instituído até o ano de 2017 quando a pesquisa estava sendo desenvolvida.

A maior fonte de pesquisa foi o material do MST e os textos produzidos pelos diferentes setores, em especial pelo Setor de Gênero. Os principais documentos do Movimento utilizados foram: Boletim da Educação (MST, 1992a; 1994; 1996a; 2001a; 2004b), Caderno da Educação (MST, 1992b; 1994; 1996a; 1999a; 2005), Caderno de Formação (MST, 1986a; 1986b; 1987; 1988; 1989; 1999b; 2000), Caderno de Estudo (MST, 1996b; 1998; 2001b; 2003; 2004a; 2010).

Dentre os principais autores utilizados temos Araujo (2011, 2014), Brabo (2014, 2015) Caldart (1997, 2004), Dal Ri (2004, 2008), Fernandes (1996, 2000), Gohn (1992, 1999, 2007, 2011), Melo (2001, 2007), Pedro (2005, 2011), Pinto (2003, 2010), Saffioti (1983, 1999,

2015), Stédile (2012), Schwendler (2014, 2015), Scott (1990), dentre outros.

A escolha do MST como objeto de pesquisa ocorreu, principalmente, por ele ter criado uma nova forma de educar, almejando uma nova sociedade mais igualitária e por ter criado um Setor Nacional de Gênero.

A obra está dividida em três sessões. A primeira sessão *I - Movimentos sociais e gênero* é apresentada uma breve exposição introdutória aos temas da pesquisa, apontando temas como o histórico dos movimentos sociais; dos movimentos feministas no Brasil; da criação do conceito de gênero; e, dos movimentos de mulheres na esfera rural; e algumas conquistas das mulheres, divididos em dois capítulos: *Histórico dos movimentos sociais no Brasil* e *Os movimentos das mulheres no campo*.

Na Sessão II, intitulada *O Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, é abordada a história da criação do MST como movimento social de luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais. Os dois capítulos dessa sessão, *A fundação do MST* e *Pedagogia do Movimento*, apresentam que o MST é um movimento atualmente presente em quase todos os estados brasileiros, e com mais de trinta anos de existência. Por ter essa dimensão, o Movimento se organiza em instâncias e setores com a finalidade de facilitar o trabalho de divulgação dos seus princípios filosóficos e pedagógicos a todos os seus militantes. Apresentamos, ainda, algumas considerações sobre seu projeto educativo, analisando como ocorreu a construção desse projeto, intitulado *Pedagogia do Movimento*. Um projeto próprio de educação criado conforme as necessidades técnico-educacionais e políticas do Movimento, fundamentado em seus princípios e no próprio Movimento.

A terceira e última sessão, *III - MST e a questão de gênero*, é composta por quatro capítulos: *A política de gênero do MST*, *O setor de gênero do MST: criação e documentos produzidos*; *A igualdade de gênero na formação educacional do MST* e; *As ações das mulheres militantes*, os quais apresentam que o MST reconhece a dificuldade de abordar o tema gênero, pois trata das concepções e valores presentes nas relações sociais que são considerados naturais, na e pela sociedade. Além disso, “[...] há a dificuldade de relacionar o conceito com a realidade, pois trata-se de uma abordagem nova para o velho problema da desigualdade entre homens e mulheres” (MST, 2003, p. 7). Por isso, o Movimento pensou nas questões da mulher e de gênero desde a sua gênese e foi evoluindo até os dias atuais.

Prefácio

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em 1984, em Cascavel, Paraná, no eclipse da ditadura civil-militar e sob a influência das lutas e manifestações de movimentos de trabalhadores iniciadas no final dos anos 1970.

O MST desenvolveu-se, ganhou notoriedade no Brasil e internacionalmente e se transformou em um grande movimento social.

Em sua trajetória, o MST tem enfrentado os governos neoliberais, tendo como norte a bandeira pela reforma agrária e organizando um movimento original e de massas, com base social em todo o país, congregando especialmente a população pobre do campo e da cidade.

Do ponto de vista do MST, no Brasil existe um grave problema social advindo do projeto econômico-social da burguesia, com apoio dos governos neoliberais. Em relação ao campo, os desdobramentos práticos desse projeto provocaram, e continuam provocando, a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, consequências negativas sociais e ambientais, aumento da violência, violação dos direitos e dos territórios dos povos da floresta, fragilização da agricultura familiar e camponesa, sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-170-6.p23-28>

Embora o MST lute pela reforma agrária há mais de 37 anos, de fato, a reforma nunca foi realizada no Brasil. No entanto, as ações desencadeadas e as reivindicações apresentadas pelo MST e outras organizações do campo resultaram na constituição dos assentamentos da reforma agrária, que se encontram espalhados pelo todo o país. Os assentamentos conquistados são um fenômeno importante, pois geram impacto econômico, social e educativo nas populações assentadas e nas que vivem em cidades próximas dos assentamentos. Em decorrência desse impacto, que atesta a relevância social dos assentamentos, governos em nível federal, estadual e municipais, durante décadas, criaram programas de apoio aos assentamentos.

Além do Estado, outras instituições e organizações nacionais e internacionais reconhecem a importância estratégica do MST na geração dos assentamentos e, portanto, na geração de emprego e renda, bem como sua contribuição em outras áreas, com destaque para a educacional e a da agroecologia.

Durante os anos de seu desenvolvimento, o MST pode construir uma grande obra educacional, que se materializa nas inúmeras escolas próprias, ou sob a influência do seu projeto político pedagógico, e na criação de uma pedagogia própria, denominada de Pedagogia do Movimento.

Para atender ao grande contingente de pessoas organizadas nos assentamentos e acampamentos, o MST criou uma educação infantil própria, cursos técnicos de nível médio e médio integrado, como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária, Agroecologia, e cursos superiores, como Pedagogia da Terra, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito,

Geografia e História, além da influência de sua Pedagogia em inúmeras escolas de educação básica.

A Pedagogia do Movimento é diferente daquela que predomina na escola oficial. Essa Pedagogia, que tem influências teóricas de autores críticos e marxistas, tais como Lênin e os educadores soviéticos Krupscaya, Pistrak e Makarenko, é decorrente, principalmente, do fato de o Movimento ser um lutador político e de sua conexão com a economia política desenvolvida nos assentamentos.

Em nossas pesquisas desenvolvidas com o MST, desde o início dos anos 2000, verificamos que o MST conta com mais de 3000 mil escolas e, por meio desses estudos, apuramos que devido à concepção pedagógica adotada, o Movimento institui em suas escolas o que ele denomina de gestão democrática. Em geral, o modelo de gestão escolar adotado pelo MST em suas escolas coloca duas ações em movimento, a participação de todos e todas na gestão e o compartilhamento do poder. Disso resulta que a instância principal de decisão na maioria das escolas é a assembleia geral, da qual participam professores, alunos, pais e comunidade, o que ocorre em diversos níveis de ensino, inclusive no da educação infantil.

Outro tema bastante caro ao Movimento é a luta pela igualdade de gênero, tanto que a sua educação está permeada por ações e conteúdos relacionados à disseminação desse valor.

O MST reconhece a dificuldade de abordar o tema gênero, pois trata de concepções e valores presentes nas relações sociais que são considerados naturais na sociedade. Além disso, há a dificuldade de relacionar o conceito com a realidade, pois se trata de uma abordagem nova para o velho problema da desigualdade entre homens e mulheres.

O tratamento da questão de gênero, segundo o MST, ocorreu em 1955, quando surgiu pela primeira vez o uso do termo gênero para indicar os papéis de gênero, atribuídos diferentemente a homens e mulheres, que foi utilizado pelo pesquisador John Money. Em 1968, Robert Stoler estabeleceu mais nitidamente a diferença entre os conceitos de sexo e gênero. Nos anos de 1980, um grupo de mulheres inglesas começa a usar o termo gênero num estudo sobre relacionamentos entre homens e mulheres na família e na sociedade, com destaque para a pesquisadora Joan Scott.

Para aperfeiçoar o conceito de gênero, o MST utilizou-se de diferentes contribuições teóricas formuladas por diferentes autoras, em especial as relacionadas com o movimento feminista. Dentre as autoras, destacam-se Nalu Faria e Miriam Nobre que afirmam que o conceito de gênero trouxe avanço nas relações, pois permite uma análise mais ampla. O MST destaca também a autora Clara Araujo, que afirma que o conceito de gênero surge da tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas

A preocupação com a questão de gênero esteve presente no Movimento desde sua criação. No sentido de promover a igualdade de gênero, no I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, aprovaram-se normas gerais e a organização de comissões de mulheres para discutir seus problemas específicos e, também, para estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, combater toda forma de discriminação das mulheres, lutar contra o machismo e propiciar uma formação educacional que integrasse essa discussão. Para colocar em prática essas ações e envolver todos no debate foi criado o Setor de Gênero

no Encontro Nacional do MST, em 2000. Dentre as principais tarefas desse Setor encontram-se as de estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação educacional; produzir materiais; propor atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de condições objetivas para participação igualitária, etc. Com a criação do Setor de Gênero foram engajadas várias linhas políticas, como, por exemplo, a participação de 50% de mulheres em todos os espaços do MST e instâncias de deliberação, nos processos produtivos, de formação e educação, nas mobilizações, no debate sobre a educação infantil, a inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e uso da terra, etc.

Dessa forma, podemos concluir que a política de formação educacional do MST voltada para a questão de gênero é um importante objeto de estudo.

No estudo desta temática, Jeniffer Ribeiro Pessoa procurou analisar a política de formação educacional do MST, verificando se esta abrangia a questão da igualdade de gênero. Buscou, também, elucidar a política geral de gênero do MST, analisar os seus princípios pedagógicos e verificar as ações educacionais voltadas à igualdade de gênero

Para alcançar esses objetivos, a autora apresenta nesta obra uma discussão sobre movimentos sociais e gênero, dando ênfase ao movimento feminista; um breve histórico da formação e trajetória de lutas do MST, com ênfase em sua educação e, por último, apresenta e discute a política de gênero do MST e sua ligação com a formação educacional.

A pesquisa de Jeniffer Pessoa, que ora é apresentada ao público, pode ser considerada altamente relevante por vários motivos.

Primeiro, porque tem como objeto de estudo um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil e da América Latina. Segundo,

porque em sua análise, a autora coloca em destaque os princípios filosóficos e pedagógicos da educação do MST, em especial a política de gênero contida na formação educacional.

E, por fim, porque a pesquisa possui rigor científico e está sendo apresentada em um momento econômico-político dramático para o país. Dentre as várias ações do desgoverno que comanda o país, neste momento, encontra-se a total destruição da educação e suas instituições, em especial o encerramento dos Programas Educacionais voltados para os povos do campo. Além disso, são bem conhecidos os discursos do atual presidente, Jair Bolsonaro, com teores machistas, homofóbicos e de desrespeito para com as mulheres e as comunidades LBGT+. Desse ponto de vista, apresentar um estudo que coloca em epígrafe a experiência educacional de um movimento social que luta por justiça e pela igualdade de gênero é também um ato de resistência.

Os atributos positivos deste livro o elevam a uma leitura de referência para os leitores e leitoras interessados no tema da formação educacional e da igualdade de gênero.

Inverno de 2021

Neusa Maria Dal Ri

I.

MOVIMENTOS SOCIAIS E GÊNERO

Histórico dos Movimentos Sociais no Brasil

O período da década de 1960 e 1970 foi demarcado por uma crise do capital por pressões para uma reconfiguração do Estado capitalista nos anos de 1980 e 1990, e seus impactos na política social que se articula a uma reação burguesa. O que ocorreu foi uma crise clássica de superprodução, e seus impactos apontaram para uma recessão em 1974/75 que jogou por terra as alegações de que a crise do capital estava sob controle. Diante das dificuldades de conter a crise iniciou-se a implementação de programas de austeridade de natureza deflacionista, os chamados ajustes estruturais.

O período após 1970 marcou o avanço do ideal neoliberal que criticava o Estado social, e em 1980 o neoliberalismo chegou ao Brasil. Primeiramente, o golpe de 1964 marcou a derrota das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais, que estavam mobilizados e envolvidos na denominada frente pela Revolução Brasileira nos anos de 1960 (DAL RI; VIEITEZ, 2013). Todavia, a classe trabalhadora não assistiu inerte a esse processo, se reorganizou, promovendo as lutas de classes e ensejou o surgimento de novos movimentos sociais.

No sentido de desenvolver uma luta em prol da democracia e por políticas públicas, surgiram os movimentos sociais. Contudo, há vários outros movimentos com objetivos diferentes desses. Quanto ao conceito do que são os movimentos sociais, Dal Ri afirma que não há um consenso na definição do conceito de movimentos sociais (DAL RI, 2017, p. 169).

Outra característica dos movimentos sociais é fundamentada no perfil dos objetos de luta, e interesses em comum do grupo de integrantes, por exemplo, a mudança social.

Para demarcar o nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais, usamos o conceito desenvolvido por Gohn (2007, p. 13) “[...] nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Ainda segundo Gohn (2011, p. 333) “[...] uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”.

Os movimentos são formas coletivas de reivindicação. Nos movimentos críticos à ordem vigente, as insatisfações geram reivindicações com propostas de mudanças sociais, engajando os indivíduos nas lutas de classes na medida em que fazem opções políticas, no contexto em que atuam e pela identidade de seus participantes.

Por outro lado, Dal Ri (2017) compreende que Novos Movimentos Sociais são aqueles que, se caracterizam pela forma como esse movimento se organiza e funciona, e no fato de que “[...] além-se a novas problemáticas, como a exclusão histórica das populações indígenas, a luta pela terra e reforma agrária, a organização do trabalho associado, novo papel da mulher na sociedade, entre outras” (DAL RI, 2017, p. 173).

Na América Latina, a partir dos anos de 1990, foram aparecendo movimentos e organizações representativos da classe trabalhadora e com uma nova forma de organizar a política, o trabalho e a cultura, esses movimentos podem ser caracterizados como novos. Como exemplos, citamos que no Brasil formou-se o chamado Movimento da Economia Solidária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na Argentina o Movimento das Fábricas Recuperadas, com expressões também na Argentina e no Brasil, o Movimento das Fábricas Ocupadas, e o Movimento Zapatista, do México (DAL RI, 2017, p. 173). No Brasil podemos citar, ainda, muitos outros novos movimentos sociais que são distintos desses, que levantam bandeiras e com pautas específicas sobre: gênero, clima, meio ambiente, étnicas e raciais, entre outros. Especificamente na esfera rural, os primeiros movimentos surgiram em torno da luta pela reforma agrária.

No Brasil, são vários os movimentos sociais que, há quase três décadas, eclodem com estas características; dentre eles se destacam o Movimento das Fábricas Ocupadas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento de Trabalhadores Desempregados, Movimento de Mulheres Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra [...] (PINASSI, 2009, p. 75-76).

Os primeiros movimentos sociais rurais no Brasil começaram a tomar forma na década de 1950, com a criação das Ligas Camponesas e de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Sua luta pela terra e pelos direitos dos camponeses buscava transformar as opressivas relações de poder que perpetuavam a pobreza.

Outro fato que podemos citar como impulsor à criação de movimentos sociais do campo é a identificação de diferentes indivíduos com uma mesma classe e/ou causa. Uma situação específica, como por exemplo, o golpe de 1964 do Brasil tende a fazer surgir um agrupamento comum de indivíduos interessados em proteger seus direitos e interesses. Foi no período de luta contra a ditadura que o MST foi constituído, com a organização dos trabalhadores rurais em prol da reforma agrária no Brasil. O principal objetivo do Movimento, desde sua fundação, é a luta pela reforma agrária, visto que essa ainda não ocorreu no Brasil. O cenário brasileiro naquele momento colaborou para a luta em prol da democracia e de uma nova formação política.

Portanto, os movimentos sociais são criados impulsionados por um objetivo em comum, projetando novas fontes de inovação e propondo novas problemáticas.

Portanto para se compor como movimento social, o MST afirma que foi “[...] assim que o Movimento se fez como é: aprendendo dos lutadores que vieram antes [...]” (MST, 2001a, p. 37). Stédile integrante do MST afirma que “[...] não inventamos nada. [...] os que vieram antes cometeram erros e acertos. Procuramos aprender com eles, para não cometer os mesmos erros e repetir os acertos” (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 57).

Os movimentos sociais, ainda que tenham objetivos diferentes, se relacionam por compartilharem características similares de luta em sua estrutura. Os integrantes dos movimentos sociais lutam pela causa comum do movimento e possuem características próprias que os engajam em outras lutas. Nesse sentido que, por exemplo, o MST abrange além da luta pela reforma agrária e as mudanças sociais, a luta pela igualdade de gênero, a participação das mulheres e uma nova formação educacional.

Gênero e movimentos feministas no Brasil

O movimento feminista brasileiro surgiu inspirado pelas lutas de movimentos feministas, principalmente da Europa, nos anos de 1789 e 1799 com as reivindicações advindas da revolução francesa, motivada pela situação de crise que a França vivia no final do século XVIII.

O feminismo surge para lutar contra as desigualdades sociais entre homens e mulheres e lutando por igualdade em todos os âmbitos. “Em nossa sociedade existem três grandes desigualdades entre as pessoas e grupos. Essas desigualdades são expressas através das categorias: raça/etnia, classe social e gênero” (MST, 2003, p. 30).

Dentre os movimentos sociais, os mais recentes, quando comparados com o movimento operário-popular, são os movimentos de mulheres ou feministas (DAL RI, 2017, p. 169). Segundo Saffioti (2015, p. 49) podemos resumir os conteúdos das teses feministas em luta pela igualdade social para ambas as categorias de sexo.

O movimento operário feminino, não se contentando com uma igualdade puramente formal, assume a tarefa principal de lutar pela igualdade econômica e social da mulher. Fazer a mulher participar do trabalho produtivo social, libertando-a da ‘escravidão doméstica’, libertando-a do jugo bruto e humilhante, eterno e exclusivo, da cozinha e do quarto dos filhos, eis a tarefa principal (LÊNIN, 1994, p. 7 *apud* MST, 2003, p. 41).

Segundo Brabo (2015, p. 111) o feminismo é considerado “[...] um movimento social, com ideologia de libertação das mulheres, quanto

uma teoria crítica do sexismo (discriminação de sexo baseada na ideologia da inferioridade da mulher), da visão androcêntrica de mundo e da dominação masculina”.

O movimento feminista é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria impulsionou o feminismo da segunda metade do século XX com mulheres de classe média, educadas a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista; e da produção teórica feminista nas áreas da História provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais (PINTO, 2010, p. 15).

A primeira grande reação feminista foi pelo reconhecimento da mulher como *sujeito de direitos*. Essa luta foi caracterizada pela criação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), exigindo status de completa assimilação jurídica, política e social das mulheres, escrito por Olympe de Gouges em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que não contemplava as mulheres. “Já desde a Revolução Francesa os direitos humanos foram pensados no masculino: declaração universal dos direitos do homem e do cidadão” (SAFFIOTI, 1999, p. 84).

É a partir da Revolução Francesa, em 1789, que as mulheres passam a atuar na sociedade de forma mais significativa, reivindicando a melhoria das condições de vida e trabalho, a participação política, o fim da prostituição, o acesso à instrução e a igualdade de direitos entre os sexos. É nessa época que surge o nome da francesa Olympe de Gouges. Em 1791, ela lança a ‘Declaração dos Direitos da Cidadã’, onde reivindicava o ‘direito feminino a todas as dignidades, lugares e empregos públicos segundo suas capacidades’. Afirmava também que ‘se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve poder subir

também à tribuna'. Olympe de Gouges foi julgada, condenada à morte e guilhotinada em 3 de março de 1793, por 'ter querido ser um homem de estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo'. Nesse mesmo ano, as associações femininas foram proibidas na França (MST, 2003, p. 69).

Segundo as teorias de autoras como Scott (1990), Pinto (2003), Pedro (2005), o movimento feminista pode ser dividido em ondas.

Na Primeira Onda (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos; na Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado. As primeiras lutas feministas reivindicavam que as mulheres tivessem os mesmos direitos políticos que os homens, principalmente o direito ao voto. Outra luta engajada pelas feministas da primeira onda foi o direito à igualdade entre homens e mulheres nas fábricas, com igualdade de funções e salários.

As origens do feminismo no Brasil se encontram no século XIX, na luta pelo direito de voto para as mulheres. Posteriormente, alguns fatores contribuíram para dar maior destaque e força à luta do movimento feminista.

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal

Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010, p. 15-16).

O foco a luta das mulheres era por direitos políticos, mediante a participação sua eleitoral, como candidatas e eleitoras. Esta luta esteve associada ao nome de Bertha Lutz, que exerceu uma inegável liderança durante a década de 1920 e se manteve ligada às causas da mulher até sua morte em avançada idade, na década de 1970 (PINTO, 2003, p. 13). Essa luta durou muito tempo, pois mesmo após conseguir o direito ao voto, houve uma demora na implementar esse direito na legislação.

Nas primeiras décadas do século XX, o grande tema político foi a reivindicação do direito ao voto feminino. Berta Lutz, a grande líder sindical sufragista brasileira, aglutinou um grupo de mulheres da burguesia para divulgar a demanda. [...] Afinal, o direito ao voto feminino foi concedido em 1933 e garantido na Constituição de 1934. Mas só veio a ser posto em prática com a queda da ditadura getulista. As mulheres brasileiras votaram pela primeira vez em 1945 (MST, 2003, p. 71).

No “[...] início do movimento feminista de ‘segunda onda’, a palavra gênero não estava presente. A categoria usada na época era ‘Mulher’” (PEDRO, 2005, p. 80). A segunda onda do feminismo é marcada principalmente pelo livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nesta obra, Beauvoir estabelece uma das máximas do feminismo “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9)

A definição de gênero baseia-se nas diferenças que distinguem os sexos, e nos papéis e status atribuído a cada sexo, constitutivos da identidade dos indivíduos, onde permeiam relações de poder. Apesar de não criar e usar especificamente o termo gênero Beauvoir foi pioneira em compreender que diferenças entre homens e mulheres são culturalmente construídas e expõem como conteúdo as relações de poder e valores que foram se materializando e expressando uma sociedade dividida em classes, e que mantém um sistema patriarcal, onde a mulher se encontra subordinada, explorada e oprimida.

É a partir desta afirmação que se começa a pensar no critério distintivo entre homens e mulheres, não se considerando mais a diferença biológica, e sim a diferença produzida socialmente. Nos dois volumes de *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1980) busca responder: por que a mulher é o outro, e o homem é sempre colocado no papel principal, apresentando sua mudança de perspectiva dentro do feminismo.

Apenas posteriormente um estudioso, Robert Stoller empregou o termo *gênero* para explicar que as diferenças entre homens e mulheres não eram em relação ao sexo, mas conforme sua identidade escolhida, ou seja, como o indivíduo se sente.

Segundo afirma Saffioti o conceito de gênero não prosperou logo em seguida. “Só a partir de 1975, com o famoso artigo de Gayle Rubin, mulher, frutificaram estudos de gênero, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero” (SAFFIOTI, 2015, p. 114-115). O termo gênero foi escolhido e emprestado da gramática justamente porque trata do *neutro*.

A referência à gramática é ao mesmo tempo explícita e plena de possibilidades inexploradas. Explícita, porque o uso gramatical implica

em regras que resultam da atribuição do masculino ou do feminino; plena de possibilidades inexploradas, porque em muitas línguas indo-europeias há uma terceira categoria - o sexo impreciso ou o neutro (SCOTT, 1990, p. 5).

Na década de 1990 o conceito de gênero ganha força por influência das pesquisadoras feministas norte-americanas “[...] as feministas começaram a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 5). O objetivo era assinalar que as características e comportamentos que se reputava como naturais de um gênero são construções sociais e culturais e que, portanto, não podem ser interpretadas por aspectos biológicos, ou seja, exclui referências para as diferenças biológicas e foca nas diferenças culturais.

Até a implementação de gênero como categoria mais abrangente, a categoria utilizada para descrever a relação de subordinação das mulheres aos homens era o patriarcado. Scott (1990, p. 16) entende que “[...] o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”. A autora afirma ainda que gênero é “[...] uma maneira de indicar ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (SCOTT, 1990, p. 7).

No Brasil, uma das influências externas advém da declaração da ONU estabelecendo o ano de 1975 como o *Ano Internacional da Mulher* propondo um debate internacional sobre a condição feminina. Com isso, a questão da mulher passou a ser tema de discussão nas universidades com

a criação dos primeiros centros de estudos da mulher, que criou vínculos com movimentos populares reivindicando por melhorias de serviços e direitos as mulheres.

O período de ditadura militar e de redemocratização do país foi um marco para impulsionar os movimentos feministas já existentes e colaborar com a criação de novos movimentos feministas.

O termo *gênero* emerge no Brasil primeiramente durante a década de 1970/1980, em torno da problemática da condição feminina, ou seja, acreditava-se que havia um problema da mulher, que deveria ser pensado unicamente pelas mulheres. “A discussão geral sobre a questão do gênero surge no interior do movimento feminista como uma necessidade de trabalhar com uma categoria mais condizente com seus objetivos políticos emancipatórios (MELO, 2001, p. 55).

Afinal, do que estamos falando quando dizemos ‘relações de Gênero’? [...]. Todas/os nós sabemos que, em gramática, quando perguntamos pelo gênero de uma palavra, a resposta, invariavelmente em português, é: masculino ou feminino. Em português não temos o neutro como no latim, por exemplo [...] E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra ‘gênero’ no lugar de ‘sexo’. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto, ligadas à cultura (PEDRO, 2005, p. 78).

Os estudos de gênero fazem parte “[...] de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo

terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens” (SCOTT, 1990, p. 13). A construção deste conceito e a situação do país na década de 1980, com a luta contra a ditadura militar, fizeram com que o movimento feminista e de mulheres se fortalecessem posicionando-se contra a ditadura e, ao mesmo tempo desencadeou outros tipos de lutas, como, por exemplo, por serviços específicos para atender às mulheres vítimas de violência.

O fortalecimento do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, a criação das Delegacias de Defesa da Mulher (1985) foram alguns dos resultados das lutas levadas pelos movimentos de mulheres e feministas. Podemos, ainda, citar como exemplos: a criação dos Conselhos da Condição Feminina (1983); Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985); o início da Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher; o Sistema Único de Saúde (1988).

Mais tarde, criou-se, também no Brasil, legislação específica para proteger a mulher da violência, a Lei de nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006) conhecida como a Lei Maria da Penha. É uma lei com mecanismos de apoio e proteção à mulher violentada e agredida, que trouxe a previsão de criação de juizados especiais, e alteração no código de processo penal, como uma medida auxiliar para pôr fim à prática da violência contra a mulher.

“A questão da violência contra a mulher foi sempre tratada no Brasil como um tema tabu, restrito à esfera privada” (PINTO, 2003, p. 80).

O marco histórico essencial para a criação da norma foi a história da cearense Maria da Penha Maia Fernandes. A lei foi criada e recebeu esse nome como forma de homenagear a mulher que se tornou símbolo de resistência a sucessivas agressões e, em 1983, foi vítima de duas tentativas

de homicídio pelo ex-marido. Foi, também, uma consequência e resposta à denúncia feita por Maria da Penha em seu livro publicado em 1994, com o título *Sobrevivi... Posso contar*, quando gritou ao mundo que aquela situação não poderia continuar.

A conclusão do processo criminal e a prisão do réu só ocorreram quase vinte anos após a data do crime, graças às pressões de Maria da Penha e de entidades feministas e de direitos humanos. Em 1996, o caso foi encaminhado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ao Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e ao Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) órgãos que denunciaram o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), obrigando o governo brasileiro a tomar uma atitude, que foi a criação da lei nº 11.340/2006 (IMP, 2015, p. 01).

Para a CIDH, esta violação constituía um padrão de discriminação evidenciado pela aceitação da violência contra as mulheres no Brasil por meio da ineficácia do Judiciário. Entre outras recomendações, o Estado brasileiro deveria adotar medidas em âmbito nacional, visando a eliminação da tolerância dos agentes do Estado perante à violência contra as mulheres (CIDH, 2000, p. 1).

Com a denúncia, houve o apoio da Convenção Belém do Pará, Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher em 1994 e da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 1979 (CEDAW), das quais o Brasil é signatário.

A lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal de 1988, e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas

de Discriminação contra as Mulheres, bem como da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, que dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências para que a mulher passe a ter instrumentos legais inibitórios e não mais seja vítima de violência de qualquer tipo (BRASIL, 2006, artigo 1º).

Os movimentos feministas lutaram para que as mulheres conquistassem espaço de igualdade com os homens, além da proteção legal e políticas públicas que garantissem a igualdade entre homens e mulheres.

Contudo, ainda existe muito a avançar para que as mulheres possam efetivamente estar em igualdade com os homens. “Nesse sentido, podemos concluir que a luta pela igualdade de gênero vem sendo levada ao longo dos séculos e terá muito que avançar ainda” (DAL RI, 2007, p. 54).

Portanto, compreendemos que apesar dos avanços do movimento feminista, ainda há muito a ser alcançado e, para tanto, entendemos que a educação tem um papel fundamental na continuação da luta.

Dessa forma, nós, as educadoras, deveríamos tomar o movimento feminista como uma grande escola, pois a pedagogia que forma os novos sujeitos sociais e que educa seres humanos não cabe numa escola no *stricto sensu*. Ela é muito maior do que isso e envolve a vida como um todo. É uma educação que passa pelo aprendizado da luta social, pela organização coletiva democrática, pela cooperação, pela história e memória do movimento, como se está fazendo neste momento, e pela cultura que é produzida e vivida pelos sujeitos sociais (DAL RI, 2007, p. 54-55).

O feminismo aparece como um movimento libertário, que quer espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação, mas que também luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. O feminismo quer acabar com a dominação do homem sobre a mulher e garantir a igualdade de gênero (PINTO, 2010, p. 16).

Com a grande expressão do movimento feminista, este “[...] ocupou espaço na sociedade, nos organismos governamentais e não governamentais, influenciando o planejamento e a efetivação de políticas públicas direcionadas às mulheres. Outrossim, esse Movimento impactou a atuação de outros movimentos sociais como o MST” (CHAVES, 2009, p. 23).

Não só o MST, mas também outros movimentos do campo que passaram a pensar nas questões das mulheres e da igualdade de gênero, proporcionando melhores condições às mulheres do campo, grande parte, influenciadas pelos movimentos feministas. Portanto, passamos agora a analisar alguns movimentos de mulheres na esfera rural que buscam a igualdade de gênero nos movimentos sociais em que participam.

Os Movimentos das Mulheres no Campo

No contexto rural, os movimentos compreendem que a luta pela terra é o primeiro passo, a principal bandeira, porém, não devem deixar de lado outras questões. Mesmo quando conquistam a terra, surgem inúmeras questões a serem resolvidas, como educação, saúde e a igualdade de gênero. “Nos movimentos sociais de campo, é notória a participação e a

organização da mulher, que não apenas transgride sua invisibilidade social e política construída historicamente, mas também protagoniza a luta de gênero no espaço da luta pela terra” (SCHWENDLER, 2015, p. 88).

A situação dos moradores do campo no Brasil é desfavorável em diversos aspectos. Por exemplo, o comércio de produtos é dificultado frente aos grandes latifúndios. A saúde e a educação são outros fatores que foram negligenciados.

A exclusão e desvalorização da mulher no mercado de trabalho é uma realidade. Ainda que tenha conquistado certo espaço no mercado de trabalho, a mulher ainda não é valorizada e recebe salários menores que dos homens. No campo essa situação não é diferente, a mulher trabalhadora muitas vezes não é reconhecida como tal.

No decorrer da década de 1990, era possível apontar quatro fatores da exclusão das mulheres na esfera rural: os legais; os estruturais; os ideológico-culturais; e os institucionais. Os fatores legais são os que implicam em discriminação. Até meados de 1990, a atribuição dos lotes da reforma agrária, o beneficiário tem sido o chefe de família ou um homem da família. Os fatores estruturais estão ligados ao fato de as mulheres que trabalhavam na agricultura eram temporárias, e como a política beneficiava os permanentes, por razões estruturais, devido à divisão do trabalho por gênero, elas foram excluídas da reforma agrária. A exclusão das mulheres se deu, também, pelos fatores ideológico-culturais, e isso também é relevante. No caso do Brasil, houve a assunção de que beneficiando a família, o Estado beneficia todos os membros da família, porém, ser beneficiada indiretamente é diferente de sê-lo diretamente, quando se inclui, além do direito à terra, o direito ao crédito, à participação, e assim por diante. Os fatores institucionais estavam no fato de que antes quase todos os funcionários dos Ministérios da Agricultura

eram homens. As únicas mulheres profissionais eram economistas domésticas, trabalhavam organizando clubes de mães, ou seja, organizando a mulher rural na função de reprodutora e não de produtora, sendo a participação da mulher mínima (DEERE, 2004).

Desse modo, quando analisamos a inserção da mulher na agricultura, vemos que a opressão e exploração do trabalho feminina nas atividades agrícolas, ocorreram de diferentes maneiras, seja na forma de trabalho escravizado, servil ou assalariado, combinadas a exploração da mulher no trabalho doméstico (ARAUJO, 2011, p. 69).

As mulheres não assistiram inertes as mudanças sociais que agravaram as condições dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, o movimento de mulheres do campo começou a se organizar no âmbito dos trabalhadores rurais, inclusive realizando greves. “A origem do movimento de mulheres rurais está localizada no contexto da abertura democrática da década de 1980 e na consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil” (DEERE, 2004, p. 175-204).

Uma ação importante no campo, que trouxe avanços nos espaços de integração das mulheres e na luta pela igualdade de gênero foi a criação da Via Campesina, onde a população do campo ganhou mais força e visibilidade se unindo.

As mulheres participam como protagonistas nos espaços internacionais, desde a 1ª Conferência de criação da Via Campesina que ocorreu na Bélgica em 1993 e na I Conferência da Coordenação Latino-Americana das Organizações Camponesas – CLOC, em 1994, no Peru. Para promover o debate e fomentar ações políticas de gênero, durante a 2ª Conferência da Via Campesina (1996), no México, elas

criaram um grupo permanente de trabalho, a Comissão de Mulheres. Um dos reflexos desta ação é a realização da 1ª Assembleia Latino-Americana de Mulheres, realizada antes da II Conferência da CLOC, em Brasília (1997), que aprovou a paridade de gênero na participação. Segundo Desmarais (2011), em 2000, na III Conferência da Via Campesina, na Índia, 43% dos delegados eram mulheres. Elas também organizaram a I Assembleia Internacional de Mulheres, o que contribuiu para a aprovação de um documento sobre gênero e a institucionalização da paridade de gênero na comissão coordenadora da Via Campesina (SCHWENDLER, 2015, p. 101-102).

A expressão das lutas das mulheres camponesas incentivou os movimentos sociais rurais, que passaram a reconhecer a importância dessa luta como parte do processo de inserção e participação política das militantes.

A Via Campesina surgiu em 1992, tornando-se uma aliança internacional de camponeses, de organizações da agricultura familiar, de mulheres rurais e dos povos indígenas das Américas, Ásia, Europa e África [...]. As mulheres camponesas brasileiras envolvidas na Via Campesina têm desempenhado um papel importante no âmbito local, nacional e internacional. Muitas delas já vinham participando de movimentos sociais na América Latina, em especial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oficialmente formalizado em 1984, e no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o qual tem estado na vanguarda das demandas do gênero feminino, desde meados dos anos 1980 (SCHWENDLER, 2014, p. 51).

Para suprimir essa falta de amparo por parte do Estado e para implementar seus ideais e políticas, alguns movimentos sociais têm criado

novas formas de educar nos seus espaços. As mudanças começaram quando os movimentos rurais passaram a impulsionar a participação das mulheres e a dar visibilidade às questões ligadas a gênero.

Considerando essas formas próprias de organização fundamentadas no coletivo, que temos a busca pela maior participação das mulheres, pois “[...] as relações de gênero não podem ser entendidas como algo isolado da sociedade. Numa sociedade dividida em classes é evidente que nenhuma relação está desvinculada do contexto da luta de classes” (MST, 2003, p. 20).

Nesse sentido, observamos que “[...] nos últimos tempos tanto nos coletivos de mulheres no interior dos movimentos sociais do campo como no reconhecido Movimento de Mulheres Camponesas – o MMC -, um crescente debate das ‘questões de gênero’” (MARQUES, 2017, p. 71-72).

Outro fator relevante para a participação das mulheres nos movimentos sociais do campo, é que estes buscam uma nova sociedade fundamentada em novos valores, portanto, ao pensarem nas questões necessárias para essas mudanças surgem questões como a educação e a igualdade de gênero como essenciais para essas mudanças. Portanto, “[...] o feminismo é um ‘movimento pela melhoria e extensão do papel e dos direitos da mulher na sociedade. [...]’. O feminismo é um movimento de luta, organizado por mulheres, que surge exatamente para combater o machismo” (MST, 2003, p. 88).

O feminismo é um movimento de luta das mulheres. Todavia, as questões das mulheres e de gênero não devem ser tratadas exclusivamente pelas mulheres. Quando estas questões se problematizam é possível verificar as relações sociais, os valores, a relação de classes e as contradições presentes. “Além disso, na maioria dos países a realização e a implementação de uma legislação progressista em relação ao gênero têm

dependido da existência de organizações de mulheres rurais fortes e de sua persistência em reivindicar o reconhecimento dos direitos das mulheres à terra” (DEERE, 2004, p. 175-204).

O movimento feminista ganhou força com as mulheres na esfera rural, pois os movimentos sociais incentivam a luta pela conquista de seu espaço, assim, as mulheres passaram a buscar conhecimento para fundamentar sua luta. “De qualquer modo, o movimento feminista camponês coloca para os estudos feministas questões e problemas que renovam criticamente seus conceitos e categorias” (MARQUES, 2017, p. 85).

Segundo Schwendler (2014, p. 58), outro motivo que fez o movimento feminista ganhar espaço é “[...] a politização das questões agrárias e de gênero, juntamente com a compreensão das estratégias da luta de classe e a prática da liderança, tem sido fundamental no desencadeamento dos protestos e das ocupações de terras, lideradas por mulheres camponesas”.

Dentre as ações das mulheres na esfera rural uma merece destaque a chamada Marcha das Margaridas, que surgiu com o objetivo de lutar contra a violência às mulheres do campo e pela igualdade de gênero. A Marcha “[...] agrega mulheres de todo o país que saem em peregrinação de suas regiões e vão até Brasília para reivindicar seus direitos e se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista no campo [...]” (QUIRINO; GUIMARÃES, 2017, p. 238).

É importante destacar, que o movimento feminista no campo está atrelado à luta pela terra. Não são movimentos separados, mas sim junção de lutas para a criação de relações sociais mais justas. Os estudos de gênero influenciaram os movimentos e as organizações sociais, as quais foram, aos poucos, incorporando essa categoria para repensar suas práticas. Os

movimentos rurais foram percebendo a necessidade de incorporar a luta feminista na luta pela terra.

A incorporação do conceito de gênero nos discursos das organizações e dos movimentos sociais permitiu explicar os comportamentos e papéis assumidos por mulheres e homens na convivência social, bem como compreender os problemas e as dificuldades que as mulheres enfrentavam na vida política, social, profissional e familiar (FURLIN, 2013, p. 257).

Os movimentos sociais rurais buscam, juntamente com a luta pela terra, lutar por uma educação que colabore na formação política dos militantes. A situação da mulher e de gênero gera desigualdades e contradições em uma luta por uma sociedade mais justa e igualitária, por isso a preocupação do MST em acrescentar nos seus objetivos a luta pela igualdade. “Os estudos feministas sobre os movimentos de mulheres camponesas verificam que há um elemento que as tem unificado nos últimos anos. Esse elemento é a luta pelo acesso à terra como seu direito de propriedade e de trabalho e subsistência” (MARQUES, 2017, p. 81).

Os movimentos feministas em geral influenciaram as mulheres do campo que passaram a se organizar e a lutar por visibilidade nos movimentos e reconhecimento como trabalhadoras rurais. Assim como as mulheres do campo também colaboraram para o fortalecimento da luta feminista. As mulheres aos poucos foram se unindo na luta pela igualdade, deixando para trás a situação da opressão e ganhando espaço no interior dos movimentos que estão reconhecendo a importância da luta de gênero juntamente com a luta de classes.

Algumas conquistas das mulheres do campo

Os movimentos feministas das mulheres do campo têm influenciado a criação de políticas públicas para proteção e reconhecimento da mulher trabalhadora rural.

A invisibilidade da mulher do campo pode ser verificada em diversos aspectos, um deles é a documentação das mulheres. Parte das mulheres do campo sequer possuía documentação, por isso, a Marcha das Margaridas trouxe esse tema para um debate nacional, gerando a criação de um programa com essa finalidade. O programa foi efetivado com unidades móveis em todos os estados, por meio do qual foram atendidas mais de um milhão de mulheres (QUIRINO; GUIMARÃES, 2017, p. 239).

A Marcha das Margaridas foi responsável por grande parte das conquistas das mulheres no campo e pelos avanços na igualdade de gênero. Como resultado da Marcha de 2003, as mulheres conquistaram o direito de serem incluídas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo acesso a empréstimos e financiamentos para o beneficiamento da produção derivada ou não da atividade agrícola (CHAVES, 2009, p. 77).

Outra proposta que gerou fruto foi a negociação realizada pelas duas Marchas das Margaridas, pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) nos anos de 2000 e 2003 que permitiu à mulher também ser considerada titular de lotes de terra, independentemente de seu estado civil. Essa reivindicação era uma luta antiga do movimento feminista rural. “A partir dos anos 80, as mulheres

trabalhadoras rurais empreenderam lutas em todo o país para reivindicar um acesso igualitário à terra na reforma agrária. A demanda desde então foi a titulação conjunta da posse da terra” (BUTTO, 2006, p. 96).

Isso porque, o direito de a Mulher Trabalhadora Rural ser incluída como proprietária de terra foi amparado na Constituição Federal de 1988, “Art. 189 [...]. Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei” (BRASIL, 1988, art. 189). Todavia, conforme afirma a própria Constituição, seria necessária uma lei complementar para colocar em prática a garantia do direito constitucional, ou seja, não havia instrumento legal que a tornasse obrigatória. Nesse sentido, surgiram lutas das mulheres do campo, pois sempre que ocorria uma distribuição de terras, eram de titularidade dos homens prejudicando as mulheres casadas em uma eventual separação. O problema foi resolvido com a “[...] edição da Portaria 981 de 2 de outubro de 2003 que, em decorrência hoje, mais de 70% dos títulos de terra emitidos têm a mulher como primeiro titular” (QUIRINO; GUIMARÃES, 2017, p. 239).

Portanto, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória, o que forçou órgãos como o INCRA a mudar, até mesmo, seus formulários para registro da mulher como titular da terra.

Assim, a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos, instituído com a Portaria n. 981/2003 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), se constitui uma conquista significativa tanto para a trabalhadora rural quanto para toda a sociedade. Essa garantia permitiu a mulher usufruir da renda e todos os benefícios sociais e econômicos e se colocar em condições de

igualdade para gerir os créditos e os projetos agrícolas implantados nos lotes de assentamentos e de se inserir nos espaços de decisão coletiva (ARAUJO, 2011, p. 138).

As mulheres do campo conquistaram também o direito a ter crédito em seu nome. “Com o Plano Safra 2005/2006 as mulheres assentadas passam a ter direito e realizar, através do Pronaf Mulher, uma operação de microcrédito rural para o desenvolvimento de uma atividade produtiva desenvolvida pela própria mulher” (BUTTO, 2006, p. 101). O plano reconhece a mulher como trabalhadora rural e oferece a oportunidade de democratização do acesso à terra, assim como outros órgãos que buscam garantir a inserção da mulher no trabalho rural. Além do Inbra outros órgãos têm organizado diretrizes para o reconhecimento da mulher e sua inclusão na produção da atividade rural.

As conquistas das políticas públicas para as mulheres do campo, graças as lutas das mulheres, proporcionaram o fortalecimento do movimento de mulheres que está se organizando cada vez mais, para debater as necessidades e direitos que ainda precisam ser alcançados pelas mulheres.

Essa crescente organização do movimento das mulheres da Via Campesina é demonstrada em suas últimas ações que vêm, desde 2001, caracterizando o dia 8 de março, conhecido como o Dia Internacional da Mulher. Entre 2001 e 2005, sua luta não só manteve a denúncia contra discriminações e maus-tratos sofridos pelas mulheres, como transcendeu a dimensão específica de suas causas remetendo-a contra a produção de transgênicos baseada na monocultura. No dia 8 de março de 2006 as ações ganharam expressividade nacional quando cerca de 2 mil mulheres, militantes das várias organizações que compõem a Via Campesina no Brasil. Esse grupo de mulheres continuou fazendo diversas atividades nos anos subsequentes.

O trabalho das mulheres rurais, que historicamente era considerado apenas como uma ajuda ao trabalho dos homens, passa a ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas e o crédito a compor um conjunto de instrumentos para contribuir para a autonomia econômica das mulheres (BUTTO, 2006, p. 105).

A organização das mulheres rurais tem demonstrado que elas querem mais do que apenas estar no campo. Elas querem fazer parte do trabalho rural juntamente com os homens, e com os avanços nas políticas públicas essa inserção tem sido reconhecida e incentivada, trazendo muitos avanços para a garantia da igualdade de gênero.

Ainda há muito a se avançar para garantir às mulheres trabalhadoras rurais, a igualdade de oportunidades no campo. Todavia, podemos constatar que as lutas promovidas nos últimos anos já garantiram avanços importantes que proporcionam às mulheres a saída dos afazeres domésticos e sua inserção como trabalhadoras e, principalmente, o fato de serem reconhecidas como tal. Avanços como a documentação, titulação da terra e auxílio financeiro encorajam as mulheres a continuar a luta por mais espaço e pela transformação da divisão social do trabalho.

II.

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

A Fundação do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi fundado oficialmente na década de 1980, anos marcados principalmente pela luta contra a ditadura militar e, por conseguinte, pela redemocratização do país. O regime vigente desde o golpe de 1964 foi oficialmente finalizado em 1985, dando início à Nova República.

Segundo Caldart (2004, p. 106) um elemento importante para compreender o surgimento do MST é considerar a conjuntura política do Brasil naquele período, “[...] considerado um momento forte no processo de redemocratização do país. O povo brasileiro começava a reagir contra a ditadura militar e multiplicavam-se as lutas e as organizações de trabalhadores, especialmente nas cidades”.

O Movimento foi formado a partir da organização dos trabalhadores rurais em prol da reforma agrária no Brasil. Assim que fundado, o Movimento estipulou três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. Tais princípios foram ratificados no I Congresso Nacional realizado em

Curitiba, no ano de 1985, além de ter incluído entre suas preocupações a luta por uma nova educação e pela igualdade de gênero.

A relevância de se pesquisar o MST, conforme Dal Ri e Vieitez (2008, p. 28), está fundamentada no fato de que “[...] a práxis educacional [...] do MST é diferenciada tanto em relação à escola oficial quanto em relação a outras proposições críticas existentes”, o que torna significativa e pertinente a pesquisa sobre a experiência pedagógica desse Movimento, “[...] dada a sua originalidade e possíveis virtualidades teóricas e práticas”. Os autores citam ainda que o MST é uma “[...] *organização coletiva de massas* que luta para alcançar determinados objetivos sociais” e que criou um sistema educacional próprio (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p. 183, grifos dos autores).

Outro fato que torna o Movimento importante é, conforme lembra Caldart (2004, p. 107), que há “[...] uma trajetória de luta pela terra nos quase cinco séculos de latifúndio em nosso país”. O Movimento busca a mudança social, para tanto utiliza o próprio Movimento para a construção de um novo homem e uma nova mulher que pretende.

Dentre as concepções do Movimento temos a aplicação da categoria de classes sociais e a questão das relações de produção, o que fica evidente quando o MST coloca entre seus principais objetivos, conforme os documentos e momentos históricos, a luta pelo socialismo (MST, 2001b) ou por um projeto democrático popular para o Brasil (MST, 2010).

É importante ressaltar que o Movimento trabalha, de forma articulada, as esferas política, econômica e cultural (DAL RI; VIEITEZ, 2008), por isso ao buscar os interesses de seus/suas militantes passou a buscar outros objetivos, constituindo uma organização social.

Essas características do Movimento configuraram-lhe um caráter próprio. “Na explicação de João Pedro Stédile, que é um dos fundadores do Movimento, são três as principais características que definem o Movimento: *A primeira característica foi a de ser um movimento popular, ou seja, pode entrar todo mundo*” (CALDART, 2004, p. 115, grifo da autora). A autora explica ainda que essa característica pode ser entendida de duas formas, a primeira é que o MST busca a participação da família como um todo, e a segunda é que apesar da luta principal ser pela reforma agrária, esta não é exclusiva dos camponeses.

A segunda característica do MST é “[...] que ele tem um componente sindical, no sentido corporativo” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 36), ou seja, a organização e as lutas interessam à categoria dos agricultores. A terceira característica é a de que o MST

[...] tem um componente político, presente desde o início e certamente influenciado pela gênese do Movimento. Isso significa ter presente, em cada uma de suas ações, que a luta pela terra e a luta pela Reforma Agrária somente podem ter algum avanço se forem compreendidas como parte da luta de classes [...] pautar essa luta desde princípios, organizativos, políticos e ideológicos, e com objetivos mais amplos (CALDART, 2004, p. 116, grifos da autora).

Essa terceira característica demonstra a ampliação da luta do Movimento quando incluiu em sua pauta e setores a questão da educação e de gênero, por exemplo.

Na trajetória do MST, podemos identificar três momentos distintos, com desafios concretos que exigem do Movimento um caráter mais amplo e complexo. Caldart (2004), ao analisar esses momentos,

afirma que ela toma por base o nível nacional, ou seja, de forma mais geral, contudo, se a análise for feita em cada estado e, principalmente, nos quais o MST se constituiu nos últimos anos o processo histórico foi bem diferente daqueles presentes na constituição do Movimento e “[...] em processo permanente de constituição, é em si mesma um traço marcante do próprio processo de formação do sujeito social *Sem Terra*” (CALDART, 2004, p. 117 – grifo da autora). Cada momento projeta os valores, traços e metas que o Movimento elaborou.

O primeiro momento foi a articulação nacional da luta pela terra, classificado como o momento de constituição do MST e da luta pela terra, “[...] a grande diferença, nesse momento histórico, entre um trabalhador sem (a) terra e um *trabalhador sem terra ligado ao MST*, é que o primeiro *não conta* do ponto de vista social e político (CALDART, 2004, p. 120, grifo da autora). Esse momento ainda é conhecido por duas marcas.

A primeira [...] *escolha das pessoas* de reagir à sua condição de sem terra lutando pela terra, e de passar a perceber um problema que parecia de cada trabalhador, ou no máximo de cada família, como um problema coletivo, e com alternativas de solução também coletivas.

A segunda marca [...] trata-se das escolhas que historicamente foram sendo feitas pelos sem-terra sobre o seu *jeito de lutar* ou sobre suas *formas de luta* [...] foram aos poucos construindo as características que firmaram o *modo de ser Sem Terra*, ou o *modo de agir do MST* [...] (CALDART, 2004, p. 120-121, grifos da autora).

O segundo momento é marcado pela constituição do MST como uma organização social, um movimento de massas. “Nesse período – 1985 a 1990 – o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um

movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões” (FERNANDES, 2000, p. 170).

Assim, o MST passou a “[...] assumir características organizativas e de atuação na sociedade que extrapolam o caráter temporário e o perfil comum a um movimento social de massas” (CALDART, 2004, p. 130). O fato de o Movimento inserir em suas lutas outros objetivos, além do principal – a reforma agrária, trouxe ao MST um caráter perene o diferenciando de muitos outros movimentos sociais.

Durante o processo de construção da forma de organização do Movimento, os sem-terra foram desenvolvendo procedimentos indispensáveis para a qualificação da luta. Entre esses procedimentos, pode-se destacar o dimensionamento e a interação das atividades: formação política, educação, produção, administração, comunicação. Desse modo, foram fazendo, estudando e refletindo, procurando superar desafios (FERNANDES, 2000, p. 172).

Por fim, o terceiro momento marca a inserção do MST na luta por um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil.

Esse é o momento histórico de configuração mais recente e, por isso mesmo, de contornos ainda não totalmente definidos. É o momento de concretização dos objetivos mais amplos do MST, já firmados nos documentos do encontro de fundação, mas que, nos últimos anos, passam a ser um desafio concreto, dadas as condições objetivas da luta pela Reforma Agrária em nosso país, e da situação em que se encontra o povo brasileiro. Trata-se de uma inserção mais direta do MST em questões sociais e políticas que dizem respeito ao conjunto da classe trabalhadora ou, até mais amplamente, ao conjunto da Nação

brasileira. [...] há outras lutas do povo brasileiro que devem ser lutas do MST (CALDART, 2004, p. 141-142).

Esse terceiro momento foi marcado por muitas lutas e avanços nas ocupações de terras. Nesses mais de trinta anos de existência apesar de o MST não ter alcançado seu principal objetivo, a reforma agrária, muitos espaços foram conquistados. A organização do Movimento e o fato do MST abranger outras lutas além da luta pela terra e reforma agrária e o incentivo à participação de todos os integrantes colaborou para a ampliação do Movimento que, por isso, passou a ter uma organização interna.

A organização do MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi formado há mais de trinta anos e está presente em todas as regiões do Brasil, ou seja, é um movimento de abrangência nacional. Devido à proporção que o Movimento tomou, foi preciso organizá-lo de forma que facilitasse o processo de construção e principalmente propagação dos seus princípios e práticas pedagógicas para os seus militantes. Para tanto, foram criados núcleos e setores, além de se organizar em acampamentos e assentamentos.

A partir das ocupações da terra, para conquistar a reforma agrária, o Movimento passa a organizar nos locais seus acampamentos. Os acampamentos e assentamentos são criados em momentos diferentes, porém, ambos simbolizam parte da luta pela terra.

Acampamentos e assentamentos são espaços que representam etapas de ações distintas para aqueles que fazem parte do MST. O acampamento é o momento em que as famílias se organizam e passam a ocupar uma área de terra, nem sempre necessariamente improdutiva. Esta prática serve como importante instrumento, visa mesmo chamar a atenção para suas reivindicações e, do mesmo modo, forçar uma determinada desapropriação (SILVA, 2004, p. 61).

Os acampamentos geralmente são transitórios, e considerados pelo Movimento um primeiro espaço de formação dos seus militantes. É considerado a materialização da luta pela terra através de um processo de conquista de frações de território em disputa. O MST utiliza os acampamentos para ocupar as terras, que poderão tornar-se, posteriormente, assentamentos, ou serem desocupadas. “Os acampamentos são espaços de luta e resistência, são, portanto, lugares e momentos de transição da vida das famílias na luta pela terra” (FERNANDES, 2000, p. 226).

Os assentamentos são caracterizados pela permanência de maneira contínua em um território. Ocorre quando os militantes se instalam em um território considerado já conquistado. Dentre as várias atividades realizadas nos assentamentos, encontram-se as de formação e, em especial, as de formação das mulheres.

Os acampamentos e assentamentos possuem características distintas, contudo, em ambos existe a preocupação do MST em organizá-los e desenvolver novos projetos de produção e políticos. Os títulos da terra e a organização das famílias são as primeiras preocupações. Com a constituição das habitações, o Movimento passa a organizar seus núcleos de base. Cumpre destacar que para compor a coordenação dos núcleos de base dos assentamentos são eleitos dois coordenadores, um homem e uma

mulher. “Dissemos dois coordenadores, pois, para nós do MST, coordenação do núcleo deverá ser necessariamente compartilhada em pé de igualdade por um homem e uma mulher, escolhidos por todos os membros do núcleo” (MST, 2001b, p. 84).

Outra forma que o MST utiliza para manter sua organização interna diz respeito às instâncias, que atuam em diferentes níveis.

As instâncias possuem diferentes escalas de representação: nacional, estadual, regional e local. São fóruns de decisão política: congresso e encontros, e instâncias representativas: coordenação e direção. A interação entre as formas de organização das atividades e das instâncias representativas acontece por meio da organicidade. As instâncias são compostas por membros das direções, das coordenações, dos setores, do sistema cooperativista e dos coletivos. Da mesma forma que os membros das instâncias devem acompanhar as atividades, os membros dos setores compõem as instâncias (FERNANDES, 2000, p. 247).

As escolas também são divididas em instâncias para organizar as atividades de formação educacional. “Em geral, são quatro instâncias principais de tomada de decisões nas escolas: a) os organismos de base; b) a coordenação geral; c) a assembleia geral; d) o conselho político” (DAL RI; VIEITEZ, 2013, p. 250).

Ainda sobre a organização interna do MST, no início do Movimento, conforme afirmou Stédile em uma entrevista concedida a Fernandes, em fevereiro de 1998, não existiam setores, as atividades iam surgindo conforme as necessidades, sem um organograma (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 95). Contudo, segundo a estrutura do Movimento a “[...] organização das atividades possui diferentes formas: secretarias, setores, sistema, coletivos e articulação. Essas formas em suas

dimensões estão em movimento e podem se transformar no processo de construção do MST. Assim, o coletivo ou articulação podem virar setores [...]” (FERNANDES, 2000, p. 246). Portanto, as atividades do Movimento, atreladas com o crescimento do MST por todo o Brasil, que ensejaram a necessidade da organização das atividades e, por isso, foram sendo criados os denominados setores de atividades (FERNANDES, 2000, p. 222), como, por exemplo, o Setor de Educação e o Setor de Gênero, responsáveis por publicação e divulgação de materiais no interior do próprio Movimento e, também, externamente. “Os setores e os coletivos são formas de organização existentes em diferentes escalas: local, regional, estadual e nacional, voltadas para o desenvolvimento das relações e atividades correspondente nos assentamentos e acampamentos, bem como as relações externas” (FERNANDES, 2000, p. 247).

O MST foi percebendo em sua trajetória que apenas o acesso à terra não garantiria a verdadeira inserção social e o alcance da cidadania. Esta constatação fez com que ele se organizasse em setores, que se articulariam em busca de outras conquistas sociais. Assim, gênero passou a ser um setor de reflexão na organização, com a mesma importância de outros setores. A perspectiva de gênero passou a ser assumida como um tema transversal de reflexão em todos os setores e atividades do Movimento (FURLIN, 2013, p. 273).

Os setores são essenciais para o MST, pois a partir desta organização os militantes têm espaço para levantar questões importantes e relevantes para efetivar os princípios do Movimento, bem como para a elaboração de materiais. O “[...] MST tem sido possibilitado através da organização de distintos setores, aprofundar temas e propor ações para

solução das demandas que se apresentam para o conjunto da organização” (ARAUJO, 2011, p. 136).

Nos setores os militantes são informados das necessidades do Movimento, tomam decisões, e assumem responsabilidades na estrutura coletiva. “Nesse processo praticado para o aprendizado e compreensão das questões relativas às atividades que desenvolvem, ou seja: os setores em formação tomaram como referência os trabalhos de diversas matrizes teóricas e práticas políticas” (FERNANDES, 2000, p. 172). Para organizar seu plano de trabalho o MST também organiza congressos quinquenais – a cada cinco anos.

O MST, desde sua constituição, decidiu lutar por mudanças sociais, e com o decorrer do tempo essa característica se tornou mais forte no Movimento com o objetivo de construção de um novo ser social. “Ser do MST quer dizer, então, ser um membro dessa *organização social de massas*, partilhando dos desafios cotidianos da implementação de cada um de seus princípios, objetivos e linhas de ação” (CALDART, 2004, p. 201).

[...] o MST é uma coletividade já com uma certa *cultura organizativa*, quer dizer, seus princípios, valores, ideário, mística não são uma invenção dos sem-terra do MST, mas sim fruto da disposição que tiveram de aprendê-los com outras organizações e movimentos da história da humanidade e que, ao consolidá-los nas suas próprias ações, recriando-os ou dando-lhes novos formatos práticos e teóricos, deixam agora esse *patrimônio de organização* como herança cultural também para outros grupos, seus contemporâneos ou os que virão sucedê-lo, nessa ou em outras lutas sociais (CALDART, 2004, p. 203).

A partir dessas bandeiras do Movimento, surgiu a necessidade de materializar suas concepções, para que a proposta pedagógica do Movimento pudesse ser apresentada a todos integrantes e, principalmente, como documento de auxílio aos educadores do MST, no processo de reeducar-se e de educar para a transformação social. Além disso, o Movimento entende que quem educa também precisa se educar continuamente, por isso criou os coletivos pedagógicos, um espaço de autoformação permanente.

Quando dizemos coletivos pedagógicos estamos pensando em várias situações diferenciadas: uma delas é a da criação da Equipe ou Núcleo de Educação, como grupo de pessoas que se reúne sistematicamente para discutir sobre as práticas de educação do acampamento ou do assentamento, visando torná-las cada vez mais orgânicas e de qualidade (MST, 1996a, p. 22).

Assim, os coletivos pedagógicos podem, também, ser o espaço privilegiado de autoformação permanente, por meio da reflexão sobre a prática, do estudo, das discussões e da própria preparação para outras atividades de formação promovidas pelo MST.

Nesse processo de construção das experiências nasceram as necessidades que resultaram em diversas comissões, equipes, núcleos, setores e outras *formas de atividades* em que se organizam para discutir, refletir e praticar a luta pela terra em todas as suas dimensões ... Desse modo, o MST foi construindo sua forma alicerçada na necessidade de organizar as atividades essenciais para o seu desenvolvimento. Processo e mudanças são elementos importantes da dinâmica dos movimentos sociais (FERNANDES, 2000, p. 172).

Todos os espaços do Movimento são espaços de formação dos militantes, por isso para o MST sua organização interna é muito importante, bem como a presença dessa organização em todos os níveis do Movimento e em todos os locais. Por isso, o MST luta para implementar seus coletivos e setores em todos os acampamentos e assentamentos, assim como trabalha para efetivar a publicação de documentos de formação dos militantes fundamentados em seus princípios e no objetivo de lutar por uma nova sociedade mais justa.

Princípios do MST

Entendemos que para formulação dos seus princípios filosóficos e pedagógicos o MST busca utilizar o próprio Movimento, a partir do seu desejo de acabar com as contradições e as desigualdades sociais. Portanto, foi importante a criação destes princípios, para que os militantes possam compreender a nova formação humanista proposta pelo Movimento.

O Caderno da Educação n. 8, intitulado *Princípios da educação no MST* (MST, 1996a) traz definições importantes. O Movimento entende por princípios “[...] algumas ideias/convicções/formulações que são as balizas (estacas, marcos, referências) para nosso trabalho de educação no MST. Neste sentido, eles são o começo, o ponto de partida das ações” (MST, 1996a, p. 4).

O Movimento diferencia, ainda, *princípios filosóficos* de *princípios pedagógicos*, e ressalta que não são resultados de idealizações, mas “[...] são o resultado de práticas realizadas, das experiências que estamos acumulando nestes anos de trabalho” (MST, 1996a, p. 4). Esses princípios são consoantes com a visão do MST de mundo e com seus objetivos, que

embasam suas relações e, principalmente, seu projeto educativo, onde o princípio educativo principal de sua pedagogia é o próprio Movimento.

Os princípios filosóficos estão mais voltados às visões de mundo, concepções gerais, e objetivos estratégicos. Enquanto os princípios pedagógicos se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação de forma a concretizar os princípios filosóficos, sendo elementos essenciais e gerais na proposta de educação e incluindo, especialmente, a reflexão metodológica dos processos educativos.

A partir dos princípios filosóficos que orientam a prática pedagógica, encontramos propostos cinco elementos principais: 1) A educação para a transformação social; 2) Educação para o trabalho e a cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação com/para valores humanistas e socialistas; e 5) Educação como um processo permanente de formação/transformação (MST, 1996a).

Os princípios pedagógicos são diretamente ligados ao desenvolvimento da forma de fazer e de pensar a educação, para tanto o MST expressa treze pontos norteadores de sua pedagogia educacional: 1) relação entre prática e teoria; 2) combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) a realidade como base da produção do conhecimento; 4) conteúdos formativos socialmente úteis; 5) educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8) vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) gestão democrática; 10) auto-organização dos/das estudantes; 11) criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras; 12) atitudes e habilidades de pesquisa; 13)

combinação entre processos pedagógicos e coletivos individuais (MST, 1996a).

O Movimento ressalta que essas práticas de educação vão além do Setor de Educação, por isso é importante buscar formas mais adequadas de ir socializando as reflexões e as práticas inicialmente propostas, portanto, a educação não estava acontecendo apenas no momento em que estes princípios foram elaborados, seus avanços permitem os colocar em prática toda vez que se organizam para a luta por uma nova escola, quando em reuniões nos assentamentos para tratar sobre a educação.

Os princípios são parâmetros para a busca de uma educação que assuma um caráter omnilateral, tendo por base a realidade social em que a ação humana vai acontecer, compreendendo o desenvolvimento integral do indivíduo.

A formação omnilateral é uma prática formação que “[...] dê conta de reintegrar as diversas dimensões da via humana, geralmente dicotomizadas, mutiladas e muitas delas desconsideradas pelas relações sociais dominantes na sociedade capitalista e em suas práticas educacionais subservientes” (CALDART, 1997, p. 162). Portanto, é um dos aspectos importante na formação e educação que o Movimento defende durante um processo de luta, considerando todas as dimensões da pessoa humana.

Podemos afirmar que o MST está construindo uma formação educacional que auxilia na mudança de valores, forjando uma nova sociabilidade. Para essa construção é necessário, primeiro, romper com os valores dominantes na sociedade capitalista e, segundo cultivar de imediato os novos valores denominados de humanistas e socialistas. Dentre esses valores citamos especialmente “[...] a busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça, de gênero e de estilos pessoais” (MST, 1996a, p. 09).

Outro princípio é a inclusão, pois na busca de novos valores é importante respeitar as diferenças e buscar a igualdade e participação igualitária de todos e todas integrantes do MST.

O nosso princípio é o da inclusão, que deve ser um critério básico na opção a ser feita. E entendemos por inclusão a luta para que todos os educandos estejam na escola, a abertura aos portadores de necessidades especiais, a qualidade social do processo educativo, e a ruptura da lógica de uma escola pobre para os pobres do campo (MST, 1999a, p. 39).

Com relação a esses valores e princípios, o Movimento publicou o *Boletim da Educação 09* (2004b) que apresenta um balanço dos 20 anos da educação no MST. Entre as principais linhas de ação do Setor de Educação citadas no documento destacamos: “12. Prestar atenção às necessidades especiais de educandos portadores de deficiências, às questões de gênero, sexualidade, saúde, [...] nas escolas” (MST, 2004b, p. 28). Na educação nos assentamentos e no balanço das conquistas e linhas que devem continuar sendo parâmetros de aprendizado, encontramos destaque para as questões de gênero.

Os princípios filosóficos e pedagógicos são delineadores para colocar em prática a nova forma de educação, existente em sua proposta pedagógica. O MST busca uma nova educação no campo forjando novos valores, e buscando dar conta dos complexos processos de desenvolvimento humano e da construção de uma nova sociedade. Para o MST a educação não se resume às escolas, pois considera este um processo mais amplo que ocorre em todos os setores, e que a militância em si é um processo educativo, por isso a importância da divulgação dos princípios nas escolas e nos setores de formação.

Pedagogia do Movimento

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas

(MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

Neste capítulo propomos apresentar a história da constituição da educação no MST. Como foi constituído esse modelo educacional e, como ele vem se desenvolvendo com o passar dos anos. A educação estatal serve aos interesses do capital. Por isso, o MST nega essa forma de educação e formulou uma proposta pedagógica própria. Ademais, a educação para as pessoas do campo foi ignorada em diversas fases de desenvolvimento do país.

Para o MST (2010), a democratização da educação é considerada tão importante quanto a democratização da terra, assim, o Movimento atribui, desde sua fundação, significativa importância à educação dos seus militantes e “[...] luta desde 1984 pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis para as crianças, jovens e adultos de acampamentos e assentamentos” (MST, 2010, p. 23).

Por isso, “Em julho de 1987, foi realizado o Primeiro Seminário Nacional de Educação, no município de São Mateus (ES), que reuniu representantes de sete estados” (FERNANDES, 2000, p. 172). Este seminário discutiu a necessidade de escolas nos acampamentos e assentamentos, como seriam essas escolas e o processo de aprendizagem.

O projeto educativo do MST abrange todos os níveis e diferentes modalidades de ensino, tanto no âmbito formal quanto no não formal. Na educação básica, possui escolas próprias de Educação Infantil, as Cirandas, e de Ensino Médio, e tem hegemonia sobre o Projeto Político Pedagógico de inúmeras escolas de Ensino Fundamental.

Para Caldart (1997, p. 29), é importante e necessário que se desenvolva o registro sistematizado tanto da história geral do MST quanto da “[...] história da educação que nele e através dele se desenvolve [...]”. As escolas são de grande importância para o Movimento, pois também são instrumento de luta. A educação faz parte da habilitação dos integrantes como sujeitos políticos.

O MST, desde sua criação, busca envolver todos os militantes no processo da luta pela terra. Homens, mulheres, jovens, idosos e crianças, ou seja, as famílias são parte do Movimento e protagonistas de sua própria história. Diante da busca pelo engajamento de todos na luta, surgiram preocupações como: o que fazer com as crianças acampadas? Como as mulheres poderiam inserir-se nos processos produtivos, sem uma alternativa para a questão dos cuidados com as crianças? Como as crianças iriam frequentar a escola? Que tipo de ensino as crianças e jovens militantes teriam?

Portanto, para atender as necessidades educacionais, haja vista a quase inexistência de Educação Infantil no campo e as poucas escolas de ensino fundamental, o Movimento foi criando as denominadas escolas itinerantes que acompanham os acampamentos sem local fixo.

Constantemente, com os despejos e as mudanças dos locais das novas ocupações, as crianças ficam sem aula. A proposta da Escola Itinerante é evitar que isso aconteça: ‘A escola vai aonde o acampamento estiver’.

O fundamental é garantir a existência da escola na trajetória da luta. No transcorrer dessas experiências, os Sem Terra ocuparam a escola, assim como ocupam a terra, construindo condições próprias de suas existências (FERNANDES, 2000, p. 226).

A primeira escola fixa de assentamento da qual encontramos registro começou a funcionar em 1983, no estado do Rio Grande do Sul (CALDART, 1997, p. 30), antes ainda da criação oficial do MST. No final da década de 1980 e início da década de 1990, o MST criou o Setor de Educação e deu início à implementação de projeto próprio de educação, com a criação do Coletivo Nacional de Educação.

A trajetória do MST mostra que sua educação se desenvolveu por meio de dois eixos complementares: a luta pelo direito à educação; e a construção de uma nova Pedagogia. De acordo com esses eixos foram formulados diferentes princípios e reflexões norteadores dessa Pedagogia (CALDART, 1997, p. 39).

Conforme o Movimento cresceu, as demandas e proposições também foram ampliadas e ganharam complexidade, inclusive no que se refere à educação escolar (DAL RI; VIEITEZ, 2008). Em 1987 ocorreu o processo de criação do Setor de Educação do MST “[...] para tratar da questão das escolas de assentamento”, ressalta, ainda, que “[...] de certo modo o eixo continua sendo a escola, mas num sentido bem mais abrangente do que no início” (MST, 1996a, p. 5), e com ênfase em um processo de produção da proposta de educação ou proposta pedagógica do MST.

Esse fato chama a atenção, pois a educação do MST considera as especificidades de cada um dos seus membros, com uma educação

específica que atenda as necessidades e interesses dos militantes e, considerando a realidade específica existente no campo.

Em meados de 1990, formou-se o Coletivo Nacional de Educação com o objetivo de garantir maior eficiência na mobilização pelo direito à escola, e a troca de experiências para a construção de uma *escola diferente*. “O Setor da Educação abraçou a luta pela educação infantil, envolvendo outros aspectos, como o tipo de educação necessária à formação da infância” (SABIA; BRABO, 2016, p. 184).

As escolas do MST se diferenciam das escolas estatais na forma de tratar o ensino e a educação. Enquanto a LDB/1996 (BRASIL, 2006) que, com exceção da Educação Infantil, faz menção a níveis de ensino, o MST para tratar do chamado ensino fundamental faz a seguinte referência “[...] estamos chamando de Escolas de *Educação Fundamental* por entendermos que a palavra ‘ensino’ não dá conta de todas as dimensões educativas que já fazem parte de nossas práticas de escola” (MST, 1999a, p. 3). Ademais, as escolas do MST diferenciam-se das escolas estatais porque a “[...] escola reproduz a estrutura social e ensina a cada indivíduo, de acordo com a origem de classe, o seu lugar na sociedade, até porque a escola para os trabalhadores é uma e a escola para as elites é outra” (DAL RI, 2017, p. 174).

O MST buscou construir um projeto educacional porque a escola burguesa não lhe servia, não servia aos interesses dos seus membros. “A escola que queremos e pela qual lutamos deve vincular-se a organicidade do assentamento, preocupar-se em ajudar na solução dos problemas da comunidade [...]” (MST, 2001b, p. 45).

A luta pela Reforma Agrária reafirma a estratégia da educação enquanto instrumento de formação e capacitação necessária para avançar na produção e qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Nesse sentido, o MST precisa formar seus/suas militantes para trabalharem na organização da produção. A educação para o MST é geradora de novos conhecimentos científicos e tecnológicos, os quais são essenciais para a construção de uma forma nova de produzir.

Em se tratando da educação enquanto sistema formal, as ações do MST perpassam por duas dimensões: a primeira delas é a busca do reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras do campo enquanto sujeito de direito e de cultura e a defesa do acesso destes a educação um direito universal que vem lhes sendo negado. A segunda é o questionamento do conteúdo da educação e da qualidade pretendida. O MST assumiu a educação enquanto espaço estratégico para uma ação pedagógica comprometida com as mudanças necessárias ao avanço da Reforma Agrária, o desenvolvimento pleno dos seres humanos, ou seja, uma educação orgânica aos processos de desenvolvimento rural proposto e desencadeado pelas lutas dos trabalhadores do campo e, por conseguinte comprometida com novas relações sociais (ARAUJO, 2011, p. 93).

Nesse projeto, o Movimento busca a construção da identidade Sem Terra e, por isso, vem produzindo um jeito diferente de fazer a educação. A princípio, o Movimento destacava que “[...] isto não quer dizer que o MST tenha inventado uma nova pedagogia, mas ao tentar produzir uma educação do jeito do Movimento, os Sem Terra acabaram criando um novo jeito de lidar com as matrizes *pedagógicas* ou com as pedagogias já construídas ao longo da história da humanidade” (MST, 1999b, p. 6).

Todavia, posteriormente, nessa construção de uma nova forma de educar, o MST assumiu a criação da chamada *Pedagogia do Movimento*. A Pedagogia do Movimento se fundamentou nas teorias pedagógicas existentes no Movimento para a constituição de um projeto pedagógico e

educativo próprio (MST, 1999; 2001), objetivando a formação do ser humano por meio de práticas e vivências, “[...] a *Pedagogia do Movimento* se constitui como uma reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas postas em movimento na formação dos Sem Terra, tratando-a como um processo educativo que pode inspirar diferentes práticas educativas” (MST, 2013, p. 10). É um projeto educativo em que “[...] o Movimento acabou criando, também, uma nova forma de lidar com as matrizes pedagógicas ou com as pedagogias construídas historicamente” (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p. 197) para a capacitação técnica de seus membros para a produção, para a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais e econômicas na sociedade.

A Pedagogia do Movimento Sem Terra é o jeito através do qual o Movimento vem, historicamente, formando o sujeito social de nome Sem Terra, e educando no dia a dia as pessoas que dele fazem parte. E o princípio educativo principal desta pedagogia é o próprio movimento, movimento que junta diversas pedagogias, e de modo especial junta a pedagogia da luta social com a pedagogia da terra e a pedagogia da história, cada uma ajudando a produzir traços em nossa identidade, mística, projeto. Sem Terra é nome de lutador do povo que tem raízes na terra, terra de conquista, de cultivo, de afeto, e no movimento da história (CALDALT, 2003, p. 52, grifos da autora).

A chamada Pedagogia do Movimento traduz a ideia do MST em ter uma nova pedagogia, uma nova forma de fazer educação. Assim, a relevância do MST ter criado uma nova pedagogia é que esta nova educação busca “[...] romper com a lógica do capital na área da educação equivale, portanto, a substituir as formas onipresentes e profundamente

enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente” (MÉSZÁROS, 2005, p. 47).

Essa discussão se faz relevante ao pensar na educação que é proposta pelas escolas públicas e privadas, não traduzem os interesses do Movimento. Assim, algumas questões são levantadas, como:

Por que os NMS estão forjando uma educação própria, inclusive de educação formal? Porque o ensino oficial não lhes serve, não atende as suas necessidades de formar um novo organizador para uma nova sociedade. Não é comum encontramos MS que unam, além da luta pelos objetivos comuns aos membros, a organização da produção e da educação. Talvez os melhores exemplos de movimentos sociais que unem organicamente a economia, a política e a cultura sejam o MST e o Movimento Zapatista (DAL RI, 2017, p. 174-175).

É preciso compreender como a sociedade organiza o trabalho, pois, assim poderemos entender melhor a educação. “Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’ do Estado capitalista que defende seus próprios interesses” (MÉSZÁROS, 2005, p. 61).

Consideramos o papel emancipador necessário da educação, por isso, se faz relevante compreender como essa educação é construída pelo Estado, e como tem se constituído no MST.

Essa nova forma de fazer educação é pautada em princípios fundamentais, bandeiras de luta por políticas públicas de educação e linhas de ação e atividades de educação para os coletivos, o Setor de Educação e todo o MST (MST, 2001b, p. 128-132). “Portanto, a nossa tarefa

educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra” (MÉSZÁROS, 2005, p. 76).

Nesse sentido, temos que essa forma de educação feita pelo MST, buscam romper os limites existentes na educação formal estatal, e propor uma nova educação.

O novo, pois não está na originalidade da proposta ou, na invenção de uma nova teoria pedagógica, mas sim, na prática concreta que está conseguindo talvez recuperar a essência do ato educativo: não é original dizer que a educação é importante nos processos de transformação social, mas é nova a valorização prática da educação nas lutas populares, especialmente as do meio rural (MST, 2005, p. 27).

No início da criação das escolas nos assentamentos e acampamentos, os professores e professoras poderiam ser pessoas nomeadas ou contratadas pelo Estado, independente de vínculo com o Movimento, ou até mesmo com o campo. Porém, como o Movimento buscava uma pedagogia diferenciada, iniciaram-se as discussões sobre quem deveria trabalhar nas escolas.

Enfrentando as dificuldades com criatividade e disposição, estamos construindo um novo jeito de educar e um novo tipo de escola. Uma escola onde se educa partindo da realidade; uma escola onde professor e aluno são companheiros e trabalham juntos – aprendendo e ensinando; [...] uma escola que incentiva e fortalece os valores do trabalho, da solidariedade, do companheirismo, da responsabilidade e do amor a causa do povo. Uma escola que tem como objetivo um novo

homem e uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo (MST, 2005, p. 31).

Para garantir uma educação fundada nos princípios educativos do Movimento, a formação dos chamados educadores passou a estar presente nas linhas de ação do Movimento. Para tanto, foi criado um curso de magistério para titulação dos professores para as escolas dos assentamentos, que teve início em 1990. Os objetivos do curso de magistério eram três:

- 1º) Formar educadoras e educadores da Reforma Agrária, e quadros técnicos para atuação no MST.
- 2º) Titular e capacitar professoras e professores para atuação nas escolas de assentamentos e acampamentos.
- 3º) Prosseguir na construção da proposta de educação do MST e de uma proposta pedagógica específica para as escolas dos/as trabalhadores/as do meio rural (CALDART, 1997, p. 109).

A Pedagogia do Movimento busca uma escola organizada em conformidade com a perspectiva e com os princípios educativos do MST e “[...] essa consciência da necessidade de aprender leva, então, à disposição de *estudar*, no sentido de buscar conhecimentos, mas também buscar transformar-se enquanto pessoa, enquanto jeito de ser” (CALDART, 2004, p. 216). Essa educação vem, principalmente, por meio da vivência de “[...] novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes, ideias” (MST, 1999a, p. 7-8). Entre os principais valores, fazendo uso de palavras do próprio Movimento, estão a indignação diante das injustiças e da perda da dignidade humana, o

companheirismo e a solidariedade, a igualdade combinada com o respeito às diferenças, a justiça e a democracia (MST, 1996a; 1999a; 2001a).

A construção da Pedagogia nasceu junto com o Movimento e tem se desenvolvido levantando as bandeiras do MST. Assim, ela tem produzido novas propostas e novos valores. Essas escolas têm se constituído da seguinte forma: “O sistema escolar do MST possui basicamente três tipos de escolas: a) as que ele cria; b) as estatais públicas controladas e frequentadas majoritariamente por membros do movimento; c) as escolas estatais nas quais o movimento tem influência e luta pela sua hegemonia” (DAL RI; VIEITEZ, 2013, p. 247).

Segundo o Movimento (MST, 2010, p. 23) “Hoje, o trabalho com educação no MST está organizado em todo o país, desde a educação infantil à educação superior, em várias áreas do conhecimento”. E afirma que o Movimento possui mais de 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos, em todos os níveis e em diferentes modalidades de ensino, com cerca de 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação garantida. Na Educação Básica tem escolas próprias de Educação Infantil, as Cirandas, e de Ensino Médio. Dos militantes, há 50 mil adultos alfabetizados e 02 mil estudantes em cursos técnicos e superiores, além de mais de 100 cursos de graduação em parceria com Universidades Públicas por todo o país. Como é possível verificar, a preocupação do MST com a educação formal é grande, por isso, as escolas, de todos os níveis de ensino, estão em todo o território nacional onde o MST está organizado (MST, 2016a).

Nos documentos levantados, constatamos que o primeiro Boletim da Educação foi elaborado em 1992 (MST, 1992a) teve por título: *Como deve ser uma escola de assentamento*. Dentre as diversas diretrizes para a escola, encontra-se a de que a escola também é lugar para refletir sobre uma

nova ética. O Movimento entende a ética como “[...] um conjunto de valores e princípios que se definem no coletivo e são assumidos pessoalmente por cada um dos membros deste coletivo” (MST, 1992a, p. 16), assim, é preciso romper com os valores da velha sociedade e construir valores pessoais coerentes com os processos de luta coletiva.

Para o Movimento, as escolas devem ter objetivos a curto, médio e longo prazos, segundo as necessidades locais, da realidade de cada assentamento e, portanto, passíveis de mudança no decorrer do tempo. As crianças devem ser preparadas para aliar os conhecimentos da teoria com a prática, por isso, os conteúdos são trabalhados em torno de temas do cotidiano. Tendo a consciência de que a realidade está em transformação, as escolas devem fazer perguntas para descobrir os problemas e necessidades do assentamento, como, por exemplo, a participação menor das mulheres no trabalho e nas coordenações políticas do MST (MST, 1992b, p. 08). Neste sentido de melhor preparar as crianças é que as “[...] escolas do MST são administradas pelo que denominamos de gestão associativa democrática. Este é um regime democrático substantivo e socializante, promotor do trabalho coletivo e da igualdade social” (DAL RI; VIEITEZ, 2013, p. 260). “Uma escola organizada na perspectiva do MST educa principalmente por intermédio da vivência de [...] novas relações sociais que produz e reproduz, problematizando e propondo valores, alterando comportamentos, desconstruindo e construindo concepções, costumes, ideias” (MST, 1999a, p. 7-8).

Segundo o MST (2001a, p. 125), “[...] em nossa trajetória de luta e organização dos trabalhadores do campo fomos construindo uma concepção de educação”. O Movimento afirma ainda, que busca “[...] refletir sobre o conjunto de práticas que fazem o dia-a-dia dos Sem Terra, extrair delas lições de pedagogia que permitam qualificar nossa

intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. A isso temos chamado de Pedagogia do Movimento” (MST, 2001a, p. 126-127).

O MST percebe que a educação é parte fundamental na vida humana, por isso, o Movimento luta por uma educação que considere os sujeitos do campo como produtores de conhecimento e cultura. Essa educação contribui para capacitar os militantes a levar adiante suas aspirações e habilidades para impulsionar as transformações necessárias na vida de cada sujeito com novos valores e relações, e compreender que a educação deve ser vinculada a processos amplos de formação humana e organização da sociedade, bem como na luta por mudanças nas relações sociais de produção e relações pessoais entre os homens e mulheres do campo. Os princípios para esta educação são:

- a) ter o trabalho e a organização coletiva como valores educativos fundamentais;
- b) integrar a escola na organização do assentamento;
- c) formação integral e sadia da personalidade da criança;
- d) a prática da democracia como parte essencial do processo educativo;
- e) o professor deve ser sujeito integrado na organização e interesses do assentamento;
- f) a escola e a educação devem construir um projeto alternativo de vida social;
- g) uma metodologia baseada na concepção dialética do conhecimento (MST, 2005, p. 29).

Para a nova formação educacional o Movimento cria diversos princípios norteadores das atividades. Portando, além dos princípios filosóficos e pedagógicos o Movimento vai criando novos princípios de

acordo com as necessidades do dia a dia do Movimento, sempre levando em consideração que o maior princípio é o próprio Movimento.

O que faz do MST um movimento relevante para a análise científica é o fato de que, desde sua criação, ele não se limitou a um único objetivo. Na luta em defesa dos direitos e interesses de seus membros, o MST levantou outras bandeiras, como, por exemplo, por uma formação educacional.

Essa trajetória dos Sem Terra concedeu aos militantes a formação de sujeitos sociais por meio de um processo educativo de formação humana. Tais ações políticas e pedagógicas, segundo Caldart (2004, p. 169), constituem a formação dos Sem Terra em três dimensões básicas. “A primeira dimensão está na *formação para a contestação social* ou para *a rebeldia organizada* [...]” a “[...] segunda dimensão do processo educativo da ocupação está, segundo a própria análise do Movimento, na *formação para a consciência de classe*, a partir da vivência direta do enfrentamento” (CALDART, 2004, p. 171, grifos da autora). Para a terceira dimensão educativa Caldart (2004, p. 173) afirma que “[...] ao pisar na terra ocupada, os sem-terra retomam simbolicamente o direito à vida que começaram a perder quando da terra foram arrancados”.

Essa nova formação vai além do espaço escolar, por isso o “[...] MST considera que a principal escola é o próprio Movimento. O Movimento com os seus princípios e lutas é considerado um educador coletivo, de um tipo de educação que não cabe em uma escola” (DAL RI, 2017, p. 177). O MST desde sua criação buscou uma educação que atendesse as necessidades de seus militantes, com uma educação do campo de qualidade, com acesso a todos e, principalmente, que não servisse aos interesses do capital, mas sim a sua forma de produzir e aos coletivos de trabalhadores. Além disso, ao estruturar seus princípios e linhas de ação

para uma nova formação educacional foi criada a *Pedagogia do Movimento* que inova por ter uma práxis educacional própria formando os militantes com princípios que visam a construção de uma nova sociedade, e a criação de um novo homem e uma nova mulher.

III.

MST E A QUESTÃO DE GÊNERO

A Política de Gênero do MST

O Movimento reconhece que apenas recentemente este tema passou a ser estudado por seus membros, pois ainda surgem muitas dúvidas acerca do conceito de gênero.

Portanto, para aperfeiçoar o conceito de gênero, o MST utiliza-se de diferentes contribuições teóricas formuladas por diferentes autoras, destacando as relacionadas com o movimento feminista. Dentre os conceitos apresentados, destacamos o conceito de Nalu Faria e Miriam Nobre (1997, p. 29 *apud* MST, 2003, p. 9) que afirmam que o conceito de gênero trouxe avanço nas relações, pois permite uma análise mais ampla e,

[...] por isto, gênero, um termo emprestado da gramática, foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e feminino do sexo biológico. Gênero é um conceito relacional, ou seja, que vê um em relação ao outro e considera que estas relações são de poder e hierarquia dos homens sobre as mulheres.

Essas construções são manifestas, principalmente, nos papéis sociais que cada um desempenha e o valor dado ao trabalho desempenhado

por cada indivíduo de acordo com o gênero. Cada sociedade constrói, culturalmente, como deve ser o papel social do masculino e feminino, ditando as profissões, estilos e atributos em geral adequados a cada um, portanto gênero é usado para indicar a construção social do ser homem e do ser mulher como categoria social. Nesse sentido, partindo deste entendimento de construção social, o conceito de gênero busca derrubar “[...] uma velha compreensão de que homens e mulheres têm funções sociais porque são biologicamente diferentes” (MST, 2003, p. 7-8).

Outra distinção importante a destacar é a em relação a sexo, gênero e identidade sexual. Por vezes sexo e gênero são tratados como sinônimos, contudo existem diferenças. Aqui tratamos nos seguintes conceitos e níveis: “1. O sexo: macho e fêmea; 2. O gênero: feminino e masculino; 3. a identidade psicosssexual: heterossexual, bissexual, homossexual” (MST, 2003, p. 11). Sexo indica as características biológicas que torna o ser macho ou fêmea, enquanto o conceito de gênero indica papéis culturalmente impostos e devem ser atribuídos a homem ou mulher, então é importante, pois por vezes existe discriminação com relação a atitudes que não se encaixam nos modelos do padrão imposto pela sociedade. Nesse sentido, o MST (2003, p. 28) traz a ilustre frase de Simone de Beauvoir que “[...] cada ser humano nasce macho ou fêmea (sexo), mas torna-se homem ou mulher (gênero): Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Assim, a igualdade de gênero não busca acabar com as diferenças naturais entre os sexos, mas sim entender e respeitar as características de cada indivíduo. Na esfera da produção, homens são colocados como fortes e empreendedores, enquanto as mulheres são delicadas e mães, por exemplo. Por vezes essas características são utilizadas para justificar distinções e desigualdades sociais, amparando-se nas diferenças biológicas, revelando a desigualdade de gêneros. Contudo, essas características são socialmente construídas, não são naturais. Da mesma forma deve ocorrer

a reconstrução destes conceitos forjando novos valores e nova construção social.

É importante ter presente que as relações de desigualdade de gênero, como já dito, são culturalmente construídas e estão presentes no contexto da luta de classes. A desigualdade social é parte da estrutura capitalista, está presente nas relações de produção, educação e gênero, assim a reprodução dessas desigualdades, que aparentam ser naturais, bem como de valores e comportamentos são disseminados de acordo com os interesses da burguesia. Homens são os chefes de família, trabalhadores e provedores do lar, portanto, portadores do dinheiro e com direito de tomar todas as decisões da casa, enquanto as mulheres devem se limitar à responsabilidade pela educação dos filhos e pela organização da casa; seu trabalho não é reconhecido e nem remunerado, além do fato de sofrerem opressões, violência e dominação.

E é visível que os homens, mesmo os da classe trabalhadora, se beneficiam dessa divisão do trabalho em que todos os afazeres domésticos e o cuidado com os (as) filhos (as) são considerados ‘coisa de mulher’ mesmo quando elas também trabalham fora de casa. Se isso tudo fosse dividido as mulheres teriam mais condições objetivas e subjetivas para participar da vida política, econômica, etc. (MST, 2003, p. 21).

Apesar das mulheres estarem saindo de suas casas e trabalhando fora, o trabalho doméstico continua sendo de responsabilidade exclusiva das mulheres, mais uma vez beneficiando os homens e as relações sociais capitalistas.

A concepção adotada pelo MST está contida nesta perspectiva, que privilegia a participação da mulher e do homem na construção de um mundo de paz, uma vez que incluiu as especificidades da Mulher Trabalhadora Rural em suas linhas políticas, contribuindo para redimensionar as relações entre homens e mulheres (CHAVES, 2009, p. 24).

A categoria gênero trouxe avanços no MST, pois permite a construção de novos valores em relação à construção de um novo homem e de uma nova mulher objetivos almejados pelo Movimento. Nesse sentido, fica claro que a luta deve ser de todos/as homens e mulheres rompendo os modelos até então reproduzidos, portanto, a preocupação do Movimento em ampliar a participação das mulheres e a construção do conceito de gênero mostra que o MST já avançou muito nesta luta.

Gênero no Movimento

A preocupação com a igualdade de gênero, assim como a educação, esteve presente desde a criação do MST, isso porque um dos objetivos estratégicos é a construção de novos valores. Assim, a questão de gênero é importante, pois o Movimento compreende que as desigualdades estão presentes e, muitas vezes, são reproduzidas pelos/as militantes no cotidiano. Para mudar a realidade é preciso reconhecer as desigualdades presentes, e lutar para transformar as práticas e os valores até então disseminados. Desse modo, neste tópico analisamos os documentos que trazem os indicativos que buscam promover a igualdade. A distribuição e o exercício de poder dentro das organizações populares, é considerada desfavorável às mulheres. Desta forma, “partindo da compreensão que as

relações de gênero são relações de poder, é importante refletir no cotidiano do MST como essa relação de poder/relação de gênero se manifesta” (MST, 2003, p. 22).

“A organização das mulheres surgiu e se mantém como um movimento dentro do Movimento. Seu reconhecimento é buscado tanto na família, quanto na comunidade e frente ao Estado a partir da articulação entre as demandas particulares das mulheres e as demandas gerais defendidas pelo MST” (SANTO, 2016, p. 35). A luta pela igualdade existe dentro do Movimento, pois, as mulheres têm participado efetivamente do Movimento, em todos os setores e instâncias como parte da luta do MST pela terra e pelos direitos dos seus integrantes.

Um elemento que tem contribuído para a formação da consciência política e, posteriormente, a de gênero, é o fato de que muitas mulheres, que participam da constituição do MST, eram partícipes do movimento de resistência que a sociedade brasileira vivia nos anos 1980, na luta pela democracia, por direitos constitucionais e pela reforma agrária (SCHWENDLER, 2015, p. 92).

No sentido de debater e promover a igualdade de gênero, o MST trabalha com discursos, ações e práticas para a formação dos militantes forjando novos valores, conscientizando-os das necessidades de mudanças rompendo com as ideologias dominantes.

A primeira ação do Movimento no sentido de promover a igualdade de gênero foi no I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, no qual foram aprovadas normas gerais e a organização de comissões de mulheres para discutir problemas específicos; estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e

representatividade; combater toda forma de discriminação das mulheres; e a lutar contra o machismo. “Desse modo, já em 1986 criou-se uma comissão de mulheres para discutir seus problemas e fazer ponte entre as bases e a direção nacional do MST. Com isso, pretendiam pressionar o Movimento para que este se sensibilizasse diante das suas reivindicações” (FURLIN, 2013, p. 259-260).

O primeiro *Caderno de Formação* intitulado *Organização do Movimento* foi elaborado em 1986, trouxe orientações práticas do Movimento. No item sobre a organização interna, a primeira colocação foi que “[...] em todos os níveis de organização: núcleos de base, nos grupos de ocupação, comissão municipal, comissão dos movimentos regionais, comissão estadual, e coordenação nacional, deve ter companheiras mulheres trabalhadoras” (MST, 1986a, p. 9).

No mesmo ano foi lançado um livreto, o *Caderno de Formação Nº 10*, que chama *A luta continua: como se organizam os assentados*. O texto traz resoluções políticas para o Movimento. E entre outras decisões, destacamos a preocupação do MST com as decisões específicas em relação à mulher agricultora. Ali constam oito decisões a fim de garantir a igualdade entre homens e mulheres, além do empoderamento feminino, buscando que as mulheres militantes sejam mais do que donas de casa, que elas possam trabalhar efetivamente no trabalho rural e nos setores do Movimento (MST, 1986b, p. 33).

Outro texto publicado no ano de 1986 é o livro intitulado *Construindo o Caminho*. Em seu estudo sobre *Subjetividade e gênero no MST*, Melo indica que nesta obra constam

[...] entre outros assuntos, a questão da mística, a formação de quadros para a realização do “trabalho de base”, e também das primeiras

resoluções aprovadas pelo MST como diretrizes para tentar solucionar o problema, surgido em seus assentamentos, relativo à participação política das mulheres na luta pela reforma agrária (MELO, 2007, p. 115).

O livro trata, ainda, do posicionamento sobre a questão da mulher assentada e “[...] a existência desta resolução denota que o processo de construção de novas formas de relações humanas nas comunidades assentadas pelo movimento começava a ser colocado na pauta dos problemas a serem enfrentados e solucionados no MST” (MELO, 2007, p. 120).

Em 1986, a Comissão das Mulheres Sem Terra fez parte da equipe de preparação do I Encontro Nacional de Mulheres Agricultoras e Sem Terra, do qual participaram aproximadamente 60 mulheres de assentamentos de diferentes regiões do Brasil (FURLIN, 2013, p. 260).

O Caderno de Formação n. 12 foi fruto do 3º Encontro Nacional que aconteceu em janeiro de 1987, e trata das prioridades do MST. Uma das prioridades apontadas foi “[...] ampliar o movimento em todos os sentidos [...]” e uma das formas apontadas foi “[...] estimular maior participação das mulheres” (MST, 1987, p. 8). No que trata da *organização interna dos assentados* mais uma vez verificamos a preocupação com a *organização das mulheres* (MST, 1987, p. 15). Ao destacar as datas importantes para o Movimento também é possível verificar a importância atribuída às mulheres colocando no calendário o “[...] dia 8 de março: dia internacional da mulher trabalhadora” (MST, 1987, p. 18).

Inicialmente, a Comissão de Mulheres do MST tinha o seu espaço no Jornal Sem Terra, no qual divulgava os trabalhos realizados nas instâncias de base, inserindo, também, alguns temas, com o intuito de

contribuir na reflexão e no estudo das mulheres. Mais tarde esses temas foram compilados, dando origem ao Caderno de Formação nº 15, intitulado ‘A Mulher nas Diferentes Sociedades’ (FURLIN, 2013, p. 260).

A mulher nas diferentes sociedades é um Caderno de Estudo produzido em 1988 e assinado pela equipe de mulheres do MST. Na sua apresentação consta um indicativo de que a participação das mulheres nos movimentos populares tem sido importante para garantir conquistas, porém, um dos problemas é que as mulheres não estavam tendo as mesmas oportunidades que os homens de se capacitar, portanto, afirma “[...] a dominação da mulher não está vinculada à questão sexual, mas sim à questão econômica” (MST, 1988, p. 10).

Assim, o objetivo do caderno foi ser “[...] um primeiro passo no sentido de despertar sua atenção para questões que interessam à mulher e à toda a classe trabalhadora” (MST, 1988, p. 3). Portanto, apresenta uma abordagem histórica, evidenciando a presença histórica da mulher nas diferentes sociedades. O material se divide em cinco capítulos: 1. A mulher na sociedade primitiva; 2. A mulher na sociedade escravista; 3. A mulher na sociedade feudalista; 4. A mulher na sociedade capitalista; 5. A mulher na sociedade numa nova sociedade.

No ano seguinte, em 1989, foi publicado o Caderno de Formação *Normas Gerais do MST*, apresentando

[...] resoluções que denotam a permanência e os efeitos dos embates internos relativos à transformação das relações entre homens e mulheres, como aspecto ‘novo’ proposta pelo projeto social do MST. Prova disto é a publicação da resolução referente à *Articulação das*

mulheres no MST apresentada no oitavo capítulo do livro [...] (MELO, 2007, p. 123, grifos da autora).

As orientações apresentadas tratam do incentivo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, o combate a qualquer tipo de discriminação às mulheres, estimular a organização das mulheres em comissões em nível nacional. Estas resoluções têm por objetivo buscar “[...] soluções para o problema das discriminações de gênero começam a deixar de ser uma luta reservada ao coletivo de mulheres organizadas do MST e passam a ser assumidas publicamente como um princípio político que deve tornar-se norteador nos processos de lutas do MST como um todo” (MELO, 2007, p. 124-125).

No relatório do II Congresso Nacional do MST, ocorrido em 1990, aparecem novas políticas de ação para as mulheres agricultoras do MST. Foram assumidos novos compromissos em relação às mulheres, tais como: incentivar a participação sindical, direito de associação e conquista de espaços nas diretorias para as mulheres; comprometer as mulheres a votarem em mulheres e a assumir a profissão de trabalhadora rural nos documentos, não aceitando mais a simples denominação ‘do lar’ (FURLIN, 2013, p. 262-263). Com a finalidade de ampliar a participação das mulheres nas instâncias de liderança do movimento definiram-se as seguintes linhas de ação:

1. Que os homens apoiem as iniciativas e a organização das mulheres, dando força para suas esposas participarem.
2. Que os assentamentos onde as mulheres já têm organização ajudem as mulheres dos outros assentamentos onde não há esta organização e está difícil de começar em nível de estado.
3. Que as mulheres assentadas incentivem e animem as mulheres do sem terra a participar das reuniões e do movimento.

4. Que nas comissões dos assentamentos, estaduais e nacionais, as mulheres conquistem o seu espaço, sem paternalismos, mas sendo-lhes reconhecida a capacidade de ocupar tais cargos.
5. Que as secretarias estaduais dos sem terra enviem material para ajudar a organização das mulheres nos assentamentos.
6. Que as mulheres participem na renovação sindical e exijam o direito de associação e conquistem seu espaço nas diretorias.
7. Que as mulheres votem nos candidatos que são mulheres ou em trabalhadores que defendem os direitos dos assentados e das mulheres na Constituinte.
8. Que, ao tirar documentos em que conste a profissão, as mulheres possam colocar que são trabalhadoras rurais, não aceitando a simples denominação “doméstica” ou “do lar”. Isso é importante na troca de título de eleitor e na certidão de casamento que vierem a fazer (MST, 1990 *apud* FURLIN, 2013, p. 262-263).

Essas resoluções trouxeram uma atenção mais apurada para a participação política das mulheres, principalmente no que tange à igualdade de gênero.

[...] as linhas de ação são necessárias para manter o compromisso de um processo contínuo de vigilância e iniciativas que permitam, de fato, que a mudança nas relações de gênero se concretize por meio de práticas capazes de desconstruir os modelos tradicionais de gênero e inaugurar novas possibilidades que contribuam na transformação das relações sociais. Esse é um processo demorado, uma vez que deve atingir e transformar a cultura, em sua totalidade (FURLIN, 2013, p. 279).

Posteriormente, ocorreu o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais realizado em 1995, reunindo mulheres de várias organizações

rurais, no qual se discutiu a necessidade de incorporação dos direitos já conquistados pelas trabalhadoras urbanas, tais como salário-maternidade, auxílio acidente de trabalho, etc.

Nesse sentido, surgiram outras preocupações com a questão de gênero. No *Jornal Sem Terra* (JST), de novembro de 1995, ficam claras as influências deste Encontro no MST. O jornal trata da relação entre gênero e classe que se entrelaçam e “[...] esta combinação de luta é fundamental não só para a construção de novas relações de gênero, mas de um projeto de sociedade democrática e popular” (JST, 1995, p. 12). Em março de 1996, o Jornal mais uma vez mostra a preocupação com a luta de classe e das mulheres afirmando que “[...] o MST deve lutar também contra o machismo” (JST, 1996, p.4).

Há uma cartilha (MST, 1997) que trata da questão de gênero no MST, mas que não conseguimos obter acesso. Segundo Furlin (2013, p. 270-271), a cartilha traz a metodologia de trabalho e sugere que o aprofundamento das questões de gênero se realize com todos os membros da organização, devendo perpassar todo o processo de formação nos assentamentos, como uma das estratégias para a construção de novas relações, e ampliar a participação das mulheres na liderança. Isso levou o Movimento a definir os objetivos e as primeiras linhas de ação em nível estadual e nacional. Os objetivos e as linhas políticas em relação à mulher definidos são

- a) Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade.
- b) Construir relações de gênero no cotidiano, a partir da construção da reforma agrária, no trabalho, entre lideranças e na educação familiar, resgatando os valores humanistas baseados na igualdade, valorização do ser humano, visando à construção do novo homem e da nova mulher.

- c) Qualificar a participação das mulheres em todo o processo de luta pela terra: antes, durante e depois.
- d) Motivar a participação das mulheres em todos os níveis, com o objetivo de garantir a aplicação das linhas políticas e fortalecer o espírito combativo.
- e) Implementar as cirandas para possibilitar a atuação das mulheres nas instâncias da organização e a participação em atividades diversas.
- f) Garantir uma educação dos filhos que não gere discriminação, mas que esteja comprometida com a construção do novo homem e da nova mulher.
- g) Garantir trabalho produtivo para as mulheres com a participação também no planejamento, administração, execução e distribuição dos resultados da produção.
- h) Criar coletivo de gênero em nível nacional, estadual, regional, assim como em cada um dos assentamentos/acampamentos, para garantir os objetivos e linhas políticas de gênero no MST.
- i) Garantir que o documento da Terra saia em nome dos dois: homem e mulher, assim como participar do processo de discussão, elaboração e assinatura de projetos.
- j) Desenvolver campanhas contra a violência à mulher, fazer educação contra a discriminação, através do desenvolvimento de campanhas educativas.
- k) Diagnosticar a documentação e participação da mulher nos assentamentos (MST, 1997 *apud* FURLIN, 2013, p. 270-271).

O I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais também gerou fortes influências para a elaboração da primeira cartilha do *Coletivo Nacional de Mulheres*, o que ocorreu em 1996. A cartilha, publicada em 1998, foi de expediente do Coletivo Nacional de Mulheres, mas passou a ser assinada pelo ‘Coletivo Nacional de Gênero’, nomenclatura que permaneceu até a terceira cartilha, lançada no ano 1999. O nome do Coletivo foi mudado novamente, quando passou a ser chamado de Setor Nacional de Gênero, e uma nova cartilha foi apresentada. As cartilhas

trabalhavam na perspectiva de compreender a questão de gênero no MST e focavam na construção de novas relações de gênero. Referente às alterações na nomenclatura dos coletivos, Gonçalves (2010, p. 4-5) expõe que:

É difícil encontrar uma trajetória linear que detalhe precisamente as razões que levaram o Coletivo Nacional de Mulheres a se tornar Coletivo Nacional de Gênero e menos ainda que explique a alteração deste para Setor Nacional de Gênero. Uma das coordenadoras do Setor Nacional de Gênero nos revelou que havia muita dificuldade de avançar na participação das mulheres e que era necessário que esta temática fizesse parte da própria estrutura organizativa do Movimento dividida em Setores e predominantemente ocupados por homens.

A primeira cartilha organizada pelo Coletivo Nacional de Mulheres em 1996 surgiu com o título *A questão da mulher no MST* (1996b), e apresenta um plano de trabalho oriundo do I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, realizado de 25 a 28 de maio daquele ano. “Nesse encontro, além de discutirem sobre a construção histórica da dominação de gênero nas relações sociais, discutiram sobre o cotidiano da mulher no processo de luta pela terra e sua inserção nas instâncias decisórias do movimento” (MELO, 2007, p.132).

Importante ressaltar que “[...] tal material foi destinado não somente às mulheres, mas a todos os membros do Movimento, e deveria servir como roteiro de estudo e reflexão nos grupos de base” (FURLIN, 2013, p. 264).

Segundo a cartilha, as mulheres enfrentam discriminação nos acampamentos e assentamentos, e sentem a necessidade de uma estrutura que possibilite a sua participação. Os desafios para o Coletivo Nacional de

Mulheres eram muitos, desde questões sobre como construir novos valores, novas relações no cotidiano, passando por pensar no modo como atingir algumas metas, tais como criar condições objetivas para garantir a participação das mulheres; pensar e propor formação política. E se alertava que o número é importante, mas não suficiente o que significa que os problemas não se resolvem com a introdução de cotas se a efetiva participação não for incentivada e, se não forem proporcionados meio para garantir a participação das mulheres.

Primeiramente, a cartilha apresenta um breve histórico de três documentos diferentes que trataram da questão da mulher. O primeiro documento analisado na cartilha foi escrito em 1989 na primeira edição das *Normas gerais do MST*, no qual foi incluído um capítulo sobre a “articulação das mulheres”, destacando atitudes como estipular a participação das mulheres; combater todos os tipos de discriminação e lutar contra o machismo; além de chamar a atenção para a necessidade de estimular a organização de comissões de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o Movimento. (MST, 1996b, p. 5).

O segundo texto apresentado é o *Documento Básico do MST*, de 1993. No artigo 45 é enfatizada a necessidade de “[...] considerar as questões específicas das mulheres e sua participação como parte integrante das reivindicações e da organização, tratando como classe e não enquanto gênero”. Além disso, no artigo 152, ressalta-se que é preciso “[...] garantir a participação das mulheres em todos os níveis da cooperação agrícola e, sobretudo estimular sua participação no trabalho produtivo, como também combater as desigualdades e o tradicionalismo que existe no meio camponês” (MST, 1996b, p. 5-6).

O terceiro documento apresentado é o *Programa Agrário*, de 1995. Nos objetivos gerais do MST, no ponto 6 do documento, é demonstrada a necessidade de “[...] combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher”; enquanto o ponto 7 trata da situação da mulher no campo, declarando que as mulheres não recebem pelo seu trabalho, nem participam das decisões econômicas. Ressalta, ainda, que entre as pessoas que vivem no campo, certamente as mulheres e crianças são as que mais sofrem e que a isso é acrescido a “[...] condição generalizada de preconceitos e discriminações pela prática do machismo no meio rural, que submete a mulher a uma condição inferior” (MST, 1996b, p. 6).

Para pôr em prática a construção das novas relações de gênero a cartilha traça alguns objetivos:

1. Nossos objetivos estratégicos

- a) construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal);
- b) tratar a questão de classe e gênero enquanto princípio;
- c) massificar e qualificar a participação das mulheres;
- d) dar organicidade à participação das mulheres;

2. Nossos objetivos específicos:

- a) criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em todos os níveis (creches e outras)
- b) criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais sejam distribuídos de forma igualitária entre homens e mulheres; (MST, 1996b, p. 7).

Para tanto, o Movimento estabelece níveis de ação, em que uma das tarefas do coletivo consistia em fazer com que nas instâncias do MST “[...] todos os setores discutam e encaminhem concretamente a questão de

gênero [...]” e “[...] garantir espaços de estudo e discussão em instâncias criando mecanismos de participação”, além de “[...] envolver os homens em todas as discussões e atividades [...]” (MST, 1996b, p. 8). Além disso, a cartilha traz outras orientações gerais, encaminhamentos práticos, como estruturar o coletivo, escrever publicações em cadernos de formação, cartilhas e realização de campanhas.

A questão da mulher recebeu maior destaque na cartilha seguinte, de 1998, com o título de *Compreender e Construir Novas Relações de Gênero*. A apresentação de abertura da coletânea de textos é atribuída ao novo *Coletivo Nacional de Gênero*, e a publicação deve servir “[...] de documento permanente de estudo e aprofundamento entre a militância do MST, para compreendermos e construirmos novas relações de gênero no nosso dia-a-dia” (MST, 1998, p. 5). Todavia, o expediente da coletânea ainda é assinado pelo antigo Coletivo Nacional de Mulheres, assim como um texto dentre os vários que constituem a coletânea, intitulado *A questão das mulheres no MST*, que tem por objetivo “[...] elevar o nível da participação das mulheres na luta pela reforma agrária e na sociedade que queremos construir” (MST, 1998, p. 48). Para responder qual o papel das mulheres, o texto afirma que

[...] é o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém do jeito da mulher, ou seja, é o papel de atriz política, com sua característica de gênero feminino e de classe trabalhadora e que, por assim ser, é muito mais que estratégia para a resistência nas ações, e muito mais que esposa e mãe somente (MST, 1998, p. 49).

Todavia, o coletivo afirma que apesar de existirem normas e objetivos específicos para participação das mulheres, até aquele momento essas estavam apenas em papel.

Segundo afirmou Stédile em uma entrevista concedida a Fernandes em fevereiro de 1998, ainda não existiam regras para garantir a participação igualitária das mulheres. “A participação das mulheres é definida pelo seu próprio envolvimento com a luta. Na atual direção nacional, alcançamos a marca de 30%, mesmo sem ter essa porcentagem estabelecida em normas internas” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 93). Stédile destaca, ainda, que em 1996 o MST começou “[...] um trabalho específico com mulheres. Há um coletivo nacional que produz material, faz uma reflexão mais teórica sobre a questão de gênero, mas isso não é setor, não significa que todos os Estados tenham coletivos de mulheres” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p. 95-96).

Com o objetivo de tirar as normas teóricas do papel e trazer a questão da mulher para a prática foram apresentados objetivos específicos para a participação das mulheres, metodologias de trabalho, realização de reuniões específicas, e com destaque para participação das mulheres na formação e na educação.

No ano de 1999, o Coletivo Nacional de Gênero lançou a cartilha *Mulher Sem Terra* (MST, 1999b), com propostas para oito encontros. As propostas foram fruto “[...] do MST para fortalecer a participação e organização das mulheres” (MST, 1999b, p. 4). A cartilha traz orientações para a reflexão sobre a realidade, para que as mulheres busquem meios para a construção de uma participação igualitária. Propõe-se um tema a ser discutido em cada encontro, intitulados: as mulheres e a luta de classes; relações de gênero; educar sem discriminar; os valores; cultura e lazer nos assentamentos e acampamentos; mulher e saúde; as mulheres e a construção do projeto popular; e as mulheres e a reforma agrária (MST, 1999b, p. 2).

O grande avanço dessa cartilha é a construção do conceito de gênero. O Movimento entende a “[...] importância da mulher no seu desenvolvimento como ser humano, da sua igualdade na diferença com o homem” [...] “construindo novas relações de poder [...] baseada em novos valores” (MST, 1999b, p. 11).

Para construção do conceito primeiramente foram colocadas as diferenças entre sexo e gênero, sendo o primeiro considerado como biológico e natural, enquanto o segundo é uma construção social. “É etiqueta que a sociedade nos impõe do que é ser homem ou ser mulher [...]”, é a maneira de viver na sociedade como mulheres ou como homem, e é apreendida pelos costumes, pela cultura. “É cultural. Portanto pode ser mudado!” (MST, 1999b, p. 12).

Nós mulheres, somos diferentes dos homens, mas não somos inferiores. Politicamente, somos iguais. Existe na sociedade o masculino e o feminino, mas está organizada PELO masculino e PARA o masculino, falta a participação do feminino. Queremos é que o ser feminino participe da organização dessa sociedade para que ela seja pensada pelos dois e para os dois. Sendo assim, não dá para continuar falando que existe um papel para a mulher e um papel para os homens. Em nossos Acampamentos e Assentamentos e na nova sociedade, o papel das mulheres é o mesmo papel político desempenhado pelos homens, porém do jeito da mulher. Não queremos ser vistas apenas como mães e esposas, ou simplesmente estar presentes nas ações. Queremos sim, ocupar os espaços de decisões em todos os níveis na nossa organização e na sociedade que almejamos construir. A cada mulher maltratada pelo machismo, pela violência que o sistema nos impôs há mulheres e homens que lutam e são felizes. Lhe ofertando flores de novas relações de libertação. Quando alguém lhe perguntar: Quem é esse novo homem, essa nova mulher? Onde eles estão? Grita: Eles estão dentro de cada uma e cada um de nós (MST, 1999b, p. 14).

Para ir além das normas, planos e estratégias traçadas pelo Coletivo Nacional de Mulheres e ampliar a luta verificamos que o MST aos poucos vai deixando para trás as chamadas “questões das mulheres” e vai introduzindo as “questões de gênero”, como uma categoria mais abrangente e não para substituir a categoria mulher. Esse fato demonstra como o MST avança nas práticas inclusivas. Essa substituição traz a compreensão das questões sociais que são implicadas pelo conceito de gênero.

Pensar nas questões de gênero implica pensar nas diferentes lutas de classes existentes e como elas se compõe socialmente. Está permeada pelas relações de poder que foram ao longo dos anos constituídas.

Assim, para fortalecer e envolver todos no debate sobre a questão de gênero, segundo Kelli Mafort (MST, 2014, p. 1), membro da coordenação nacional e do setor de gênero do Movimento, foi criado o setor de gênero em um Encontro Nacional do MST, em 2000, com a tarefa de estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas de participação igualitária a homens e mulheres, fortalecendo o próprio Movimento. O MST se produz por meio de setores, e ao constituir o gênero como um setor, fica evidenciada que suas concepções avançaram e que busca pela igualdade têm sido contínua.

O Setor de Gênero do MST: Criação e Documentos Produzidos

O Setor de Gênero tem como principal objetivo levar a discussão de gênero para o conjunto do MST, por meio de estudos e reflexões, divulgando cartilhas cujo conteúdo explora a importância de se estabelecer novas relações para se avançar na luta de classes. A criação do Setor de Gênero demonstra, principalmente, a intenção do Movimento em colocar em prática normas para garantir a igualdade e, também, abrir espaços para que as mulheres possam, efetivamente, ter voz e poder de decisão no Movimento. O Setor de Gênero não pretende que o Movimento priorize a luta pela igualdade de gênero em detrimento da luta de classes. Ao contrário, busca fortalecer a luta de classes, mas dando oportunidades de participação iguais para todos militantes do Movimento.

1. Objetivos do setor de gênero

Objetivos gerais

- a) Levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar na luta de classes.
- b) Elevar o nível de participação das mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade.
- c) Contribuir para transformar as relações de gênero no MST para que homens e mulheres sejam de fato sujeitos sociais.
- d) Motivar a construção de novas relações na família, militância e instâncias, baseadas em valores como respeito, solidariedade, igualdade, companheirismo.

Objetivos específicos

- a) Fortalecer o MST nas duas diversas instâncias e setores.

- b) Massificar e qualificar a participação das mulheres desde antes do acampamento (na fase de preparação), durante a luta pela terra, nos assentamentos, setores e instâncias.
- c) Exercer pressão permanente para a construção de novas relações de gênero, baseando em novos valores.
- d) Motiva a construção de um novo jeito de ser família, em que toda a comunidade (núcleos, acampamentos, assentamentos) tenha responsabilidade no processo de educação e formação das crianças e jovens e não apenas os pais biológicos.
- e) Despertar a mulher para a necessidade de participar das decisões políticas e econômicas, para a importância de assumirem tarefas produtivas e administrativas e serem beneficiadas nos projetos e recursos.
- f) Fortalecer a autoestima das mulheres através de atividades de formação específicas.
- g) Incluir as reivindicações femininas na pauta do MST, como por exemplo: ciranda e educação infantil, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através do cadastro, políticas de saúde específicas para a mulher e a família rural (MST, 2001b, p. 147-148, grifos do autor).

Com a criação do setor foram elaboradas várias diretrizes para a política de gênero, como, por exemplo: participação de 50% de mulheres em todos os espaços do Movimento; nas instâncias de deliberação; nos processos produtivos; de formação e educação e nas mobilizações; debate sobre a Ciranda Infantil (Educação Infantil); debate sobre a inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e uso da terra. Foram também criadas também as linhas políticas de gênero que são apresentadas em diversos documentos do MST (MST, 2001; MST, 2003).

“É importante ressaltar que as linhas políticas de gênero são para todas as instâncias, inclusive as instâncias de representação e organização dos/das estudantes” (ARAUJO, 2011, p. 132).

LINHAS POLÍTICAS DE GÊNERO NO MST

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e controle dos resultados.
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordene as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participe e todas as atividades como representante da instância.
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família (homem e mulher);
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional;
8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e SCA para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos;
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias, etc., comunitários.
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica.

11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo (MST, 2003, p. 25).

Além das diretrizes e das linhas políticas estipuladas a partir da criação do Setor de Gênero, sua tarefa é buscar garantir a participação de todas as mulheres militantes em todas as instâncias e em todos os setores do Movimento.

Fica a cargo do Setor de Gênero a tarefa de formular e sistematizar as discussões referentes à situação das mulheres na sociedade e no MST. Cada assentamento conta com um núcleo de mulheres; os assentamentos estão organizados por regiões, cada região indica uma representante para participar das reuniões estaduais de gênero; e cada estado indica uma representante para compor o Setor Nacional de Gênero. Dessa forma vai se dando a troca entre as deliberações locais e as deliberações nacionais, bem como o compartilhamento das experiências e discussões realizadas em todos os assentamentos do Brasil (SANTO, 2016, p. 10-11).

Alguns dos objetivos propostos pelas mulheres a partir do Setor foram alcançados demonstrando a relevância do Setor para efetivação das pautas de luta das mulheres.

Em 2001 foi publicado um livro intitulado *Construindo o caminho*, ou seja, o mesmo título do livro publicado em 1986. Apesar de possuírem o mesmo título, esta obra não apresenta o mesmo conteúdo. O livro publicado em 2001 é a sistematização das experiências do MST até aquele momento, em diferentes temas. Neste material temos pela primeira vez a organização das mulheres por meio do Setor de Gênero.

Conforme a apresentação da publicação, não se trata de um livro, mas de “[...] uma resenha das reflexões que foram construídas de maneira coletiva” (MST, 2001b, p. 5). Os eixos temáticos pautados nesta publicação são: o modelo econômico e a agricultura; a luta pela reforma agrária e o MST; linhas políticas dos setores do MST; os valores, a disciplina e a mística.

A discussão sobre a mulher encontra-se no eixo temático *Linhas políticas dos setores do MST*, no item *Setor de Gênero*, sendo o primeiro material que indica a transformação do Coletivo de Mulheres em Setor de Gênero, onde além da indicação dos objetivos do setor, são apresentadas as linhas políticas de gênero e a metodologia de trabalho (MST, 2001b, p. 145).

5. Metodologia do nosso trabalho

- a) Vincular sempre a questão de gênero com a luta de classes, procurando esclarecer que construir novas relações de gênero é fundamental para que se possa avançar na revolução cultural e, conseqüentemente, na luta contra os pilares ideológicos do capitalismo.
- b) Procurar dar organicidade ao Setor de Gênero, construindo coletivos nacionais, estaduais e regionais formados por homens e mulheres. Evidentemente que se deve respeitar a realidade de cada região. Portanto se for viável apenas coletivos de mulheres, deve-se começar o trabalho assim, mas tendo como meta envolver homens e mulheres.
- c) No trabalho de organização de base procurar discutir o tema gênero e classe e implementar as linhas políticas do setor nos acampamentos e assentamentos e nas instâncias da organização.
- d) No trabalho de base deve-se ter o cuidado de marcar as atividades em dias e horários que garantam a participação de toda a família e não apenas dos homens ou das mulheres (MST, 2001b, p. 153-154).

Em 2003, foi elaborada uma nova cartilha pelo Setor Nacional de Gênero, intitulada: *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. Esta cartilha adquire um caráter mais teórico e o material serve de orientação para o estudo de homens e mulheres sobre a pauta de gênero. A publicação está dividida em oito textos de diferentes autores/as que têm por títulos: as relações de gênero e o MST; compreendendo o que é gênero; o feminismo e a luta dos trabalhadores; esse negócio de gênero... sei não!; sociedade patriarcal rural, feminismo e educação no século XIX; 8 de março: dia internacional da mulher; desvendando símbolos e significados; uma revolução dentro da revolução, além das sugestões de leitura e glossário.

Os textos abordam a importância do conceito de gênero, como medida para alterar o padrão reproduzido pela sociedade, e transmitindo valores diferentes daqueles disseminados pela ideologia burguesa. Demonstam, ainda, que as desigualdades de gênero estão inseridas na luta de classes e desigualdades sociais, então essa discussão deve estar presente no dia a dia do Movimento, nos cursos de formação e nos setores.

Evidente que sendo uma questão sócio cultural, construída e consolidada ao longo da história, não pode se alterar as relações de gênero de uma hora para outra. É necessário todo um processo de transformação de concepção e de comportamento. Mas se não sairmos do campo do discurso para a prática a mudança nunca vão acontecer. Nesse sentido é preciso criar as condições para ir construindo, de fato, relações de gênero baseadas na solidariedade, no companheirismo, cooperação... (MST, 2003, p. 23).

O livro traz, ainda, no texto *As relações de gênero e o MST* que para a transformação da realidade, o discurso deve ser vivenciado, portanto,

considera-se fundamental a implementação das linhas políticas do Setor de Gênero, que foram aprovadas pelo conjunto do MST em 1999.

Posteriormente, a cartilha *Mulheres Sem Terra: lutando e semeando novas relações de gênero* (MST, 2004a) cita avanços como o 1º Encontro Nacional de Mulheres promovido pelo MST em 1995, e o início da elaboração do conceito de gênero, em 1997, durante o 2º Encontro Nacional de Mulheres.

Para divulgar a diretriz do combate à violência e à desigualdade, o setor de Gênero discute e aprova ações nos congressos, como, por exemplo, para marcar o Dia Internacional de Luta Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, o MST realizou uma Semana de Debates sobre o tema.

Segundo a coordenadora do setor de gênero do MST, Atiliana Bruneto, a partir de 2012, o setor iniciou um trabalho de debate e organização de grupos produtivos de mulheres, aliado as outras discussões sobre a questão da participação, violência, problema econômico e da inserção política da mulher na sociedade. Com o objetivo de conscientizar a mulher em relação ao seu processo de vivência, a necessidade de organização e luta por seus direitos (MST, 2016b, p. 1).

Desse modo, a política de gênero do MST vem contribuindo para a formação dos novos valores nas relações de gêneros, que é ao mesmo tempo um processo de luta e de conhecimento. Se os valores disseminados e impostos são culturais, esses podem e devem ser mudados. Contudo, homens, mulheres e crianças não adquirem, espontaneamente, a consciência da mudança de valores, por isso, o Movimento busca, nas suas práticas educativas e escolares, a realização de trabalhos no sentido de

avançar na construção de uma consciência de gênero voltada para a igualdade.

Durante todo o período de existência do MST, em 32 anos, consideramos fundamental a participação das mulheres em todos os espaços do movimento. Partindo daí, temos buscado condições de estudar, se informar, dar opiniões, para garantir a nossa participação efetiva. A partir de 2012, o setor de gênero iniciou a construção de grupos de mulheres produtivos. Pois, percebemos que as mulheres somente participam de algumas atividades, quando isso dá uma resposta pra família (MST, 2016b, p. 2).

O documento mais recente produzido pelo Setor de Gênero do MST foi o folheto: *Mulheres conscientes na luta permanente* (MST, 2015). O texto busca esclarecer “[...] as mulheres sobre o tema da violência em suas diversas expressões. A pobreza, a fome, os conflitos de terra e a publicidade são elementos pontuados como produtores de violência contra as mulheres (SANTO, 2016, p. 49).

[...] esclarecimento sobre o que é a violência doméstica e quais são as dificuldades encontradas por muitas mulheres ao tentarem sair de um quadro de violência: medo de denunciar, não ter para onde ir, dependência financeira, etc. Mas o Setor pontua quatro caminhos coletivos para o enfrentamento deste problema: 1) trazer essa questão para o regimento interno de cada acampamento e assentamento; 2) criar formas para inibir as agressões (apitação, por exemplo) e levar a pauta para as assembleias; 3) discutir o tema nas escolas com as crianças e adolescentes; 4) acionar a polícia e registrar boletim de ocorrência (MST, 2015, *apud* SANTO, 2016, p. 49-50).

Esse documento diferente dos demais produzidos anteriormente trata da problemática da violência contra a mulher. Os documentos anteriores buscavam incentivar as mulheres a participarem do Movimento e a sua formação política. Nesse texto existe uma mudança, ou seja, o incentivo ao enfrentamento da violência e apontando alternativas para isso. Não conseguimos acesso a esse documento, por isso, usaremos da análise de Santo (2016, p. 50), para descrever esse folheto:

Neste material a problematização apresentada encontra-se na intersecção entre as esferas do amor e do direito, trazendo a violência doméstica para a linha de frente da luta das mulheres. Enquanto as demais publicações do Setor de Gênero voltavam-se para o interior do Movimento, para a formação intelectual e política de homens e mulheres, este folheto é mais abrangente, tem como objetivo esclarecer as mulheres em geral sobre os caminhos para enfrentar a violência. Estão em evidência as leis que já foram conquistadas e também o modo como elas têm sido violadas, especialmente, no interior da família. O Setor indica que, além do Estado, a comunidade e seus espaços deliberativos devem ser acionados em casos de violência, para que a mulher receba apoio e para que a situação seja refletida coletivamente.

Fica evidente que o MST preza pela necessidade de procura estatal para resolver as questões legais que envolvem uma violência, mas o Movimento se coloca à disposição para intervir, de forma que exista um apoio a essa mulher. Esse apoio se faz de extrema relevância, pois a mulher que sofre a violência certamente estará em situação de vulnerabilidade. O MST a partir desse documento traz os caminhos a serem percorridos pela mulher em situação de violência.

Caldart (2004, p. 183) aponta que “[...] essa experiência de inversão de relações tradicionais pode ser tão forte que se torne intolerável

para pessoas com condutas já cristalizadas”. Temos que considerar que essa inversão tem implicações não só no âmbito do Movimento, mas também no âmbito familiar e na sociedade como um todo, onde ainda impera a lógica machista e patriarcal.

Conforme foi demonstrado nos documentos apresentados, desde a criação do Movimento houve a preocupação com a questão das mulheres, como parte da luta para mudanças sociais. Ao colocar em prática os valores humanistas e a igualdade de gênero, a participação das mulheres foi aumentando gradativamente. As mulheres avançaram na conquista pelo direito de igualdade dentro do MST, pois as linhas políticas estabelecem a participação das mulheres em todos os setores e em todas as instâncias e, inclusive, na organização do Movimento.

As relações de gênero entre os militantes são para o Setor de Gênero do Movimento, um dos principais assuntos a ser estudado. Portanto, para que homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades, suas ações pautam-se nos princípios pedagógicos e filosóficos que devem ser implantados em todos os acampamentos, assentamentos, espaços de lutas e, principalmente, nas escolas e na formação educacional dos militantes.

Vimos que as linhas políticas do setor de gênero propõem realizar a discussão da cooperação de forma ampla, defendendo a equidade de gênero e garantia de direitos iguais para homens e mulheres sócias de cooperativas e associações. Desse modo, o cooperativismo na pedagogia do MST vem questionar as velhas estruturas hierárquicas e verticais de poder, as quais têm fortalecido a representação masculina nas instâncias associativas e nas direções, mantendo as mulheres em condições numéricas bem inferiores aos homens diminuindo sua força de pressão, bem como dificultando a sua formação técnica em função da falta de oportunidades para essa qualificação, o que diminui ainda

mais as suas possibilidades de inserção nestes espaços (ARAUJO, 2011, p. 122).

Todos os textos aqui apresentados produzidos pelos coletivos de mulheres e/ou setor de gênero trazem propostas estratégicas para promover a igualdade de gênero, e com o objetivo de garantir uma participação igualitária de todos integrantes do Movimento. Portanto, a discussão do tema, realização de seminários e uma nova formação educacional vem contribuindo para a construção de novos valores.

A política de gênero do MST é demonstrada principalmente por meio da criação do Setor de Gênero. Nos documentos apresentados constatamos que diversas foram as ações propostas para promover a igualdade de gênero, criando linhas políticas e ações específicas em seus Congressos e atividades em datas como o dia 8 de março. A criação das *Cirandas* também é reconhecida como parte das ações para facilitar o ingresso das mulheres e seu reconhecimento como trabalhadoras rurais. Atualmente as linhas políticas do MST garantem que a mulher tenha igualdade de participação com os homens nas coordenações e demais setores de organização.

A Igualdade de Gênero na Formação Educacional do MST

“Um dos aprendizados pedagógicos fundamentais que construímos no MST é o do movimento como princípio educativo” (ITERRA, 2007, p. 25). Esta é a afirmação do MST que norteará este capítulo. Para analisar a igualdade de gênero na formação educacional do MST devemos considerar que o Movimento como um todo é educador. A

formação educacional dos seus militantes ocorre em todos os setores e instâncias e no dia a dia, no próprio movimento que o MST possui enquanto movimento social.

A formação é entendida aqui como estudos, apropriação de conteúdos, mas também como desafio em assumir responsabilidades que trazem aprendizados na medida em que ampliam a visão de mundo, provocam reflexões e mudança de hábitos. Nesse sentido, assumir tarefas de coordenação, de liderança mesmo em processos simples é formativo. A formação, então, é absolutamente necessária para a libertação das pessoas, para que se tornem sujeitos de sua própria história (NORBACK; CINELLI; CAMPOS; RODRIGUES, 2008, p. 178).

Além disso, a educação especificamente a escolar, também busca integralizar a luta pela igualdade de gênero como parte da formação educacional política dos militantes. O MST criou uma proposta alternativa de educação, a partir das necessidades dos militantes e, para prepará-los como sujeitos políticos atuantes. *A Pedagogia do Movimento* traz uma educação atrelada aos princípios filosóficos e pedagógicos do MST que prioriza as dimensões da formação humana, e essa educação vão além da escola.

[...] não é possível compreender o sentido da experiência da educação no e do MST, se o foco do nosso olhar permanecer fixo na escola. Somente quando passamos a olhar para o conjunto do movimento, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), é que conseguimos compreender que *educação pode ser mais que educação*, e que *escola pode ser mais do que escola*, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade (CALDART, 2004, p. 221-222, grifos da autora).

A escola é importante e essencial como espaço de formação e aplicação da pedagogia, porém, esse espaço não é o único, pois o conjunto de princípios ideológicos e as ações do movimento são compreendidos também como espaços educativos.

Entendemos aqui por método pedagógico o jeito de colocar em movimento a formação humana desde as condições objetivas que encontramos em cada momento, curso, turma ou grupo de educandos, e as definições pedagógicas que estão nesse projeto. [...]. Construir o método de educar é a própria prática dos educadores e educandos envolvidos no processo (ITERRA, 2007, p. 25).

Para efetivação desse processo de formação, o MST destaca que é importante ações que incentivem a participação e, principalmente, a capacitação de todos os militantes.

Quando se forma a consciência da amplitude do processo social que está sendo desencadeado pelo movimento, abre-se o espaço para discutir mais profundamente a questão da educação, e ela passa a ser considerada uma dimensão fundamental da luta. Mas ao mesmo tempo, surge outra divergência: porque lutar por educação não é necessariamente lutar por escolas formais. Existem outras formas de educação que parece ser bem mais eficientes e concretas (MST, 2005, p. 17).

O MST tem se comprometido com a educação de seus militantes e, por isso, criou essa nova forma de fazer educação, uma nova *Pedagogia*, fundamentada no próprio Movimento. E essa “[...] política educacional posta em prática pelo Movimento visa atacar alguns problemas que foram

detectados com o desenrolar do seu trabalho” (DAL RI, 2004, p. 27). “Foi neste ambiente que se formulou um projeto educacional cujos objetivos mais relevantes são: educar as pessoas para o trabalho coletivo; estimular a permanência dos jovens no campo; e possibilitar uma formação política e ideológica aos assentados” (DAL RI, 2004, p. 28).

O Movimento aponta que “[...] quando surgiu o setor de educação, foi para tratar da questão das escolas de assentamento”. Ressalta, ainda, que “[...] de certo modo o eixo continua sendo a escola, mas num sentido bem mais abrangente do que no início” (MST, 1996a, p. 5).

Para Gohn (1992 p. 17 *apud* MELO, 2001, p. 24), existe um conceito de educação a partir de uma diferenciação entre educação formal e não formal, distinguindo o que pertence ao campo do processo pedagógico do que pertence ao campo da educação, onde a existência de um processo educativo implica em ter, como pressuposto básico, uma concepção de educação não restrita ao aprendizado de conteúdos específicos e instrumentos do processo pedagógico

“Analisando os objetivos do MST, vimos que este coloca claramente a intencionalidade de uma práxis social transformadora em que a necessidade comum seja a conquista de uma igualdade econômica e política” (ARAÚJO, 2011, p. 110). A partir desta ação transformadora, o MST propõe a igualdade de gênero como parte da proposta pedagógica. Nesse sentido, na formação educacional que busca a construção de novos valores encontra-se a questão da igualdade de gênero, para a qual a educação constrói novos conceitos por meio de princípios e objetivos.

Ao tratar das questões da educação de gênero na perspectiva dos movimentos sociais, há que se tomar em conta que existem dois elementos basilares da fundamentação das relações sociais, quais sejam: a divisão social e sexual do trabalho e a cultura que se reproduz e

justifica o sistema socioeconômico e político. Portanto, há que buscar entender como estão se dando essas divisões nas relações cultivadas nas práticas educativas destes movimentos sociais e da sociedade como um todo (ARAÚJO, 2014, p. 2).

O Movimento entende que a educação e o Setor de Gênero possuem a tarefa de conscientizar homens e mulheres na implementação do respeito mútuo, da igualdade de gênero e da valorização do ser humano. Portanto, traz o conceito de gênero que desconstrói a velha compreensão, de que homens e mulheres têm funções sociais diferentes, uma vez que são biologicamente diferentes. Para isso, que desde o início do Movimento esses temas foram prioridades, juntamente com a luta pela terra, pois para dar continuidade à luta pela terra, era necessária a formação educacional e política dos militantes, bem como a participação de todos e de todas.

Durante os primeiros anos de luta, os Sem Terra reunidos sob a bandeira do MST tinham como prioridade a conquista da terra. Mas eles logo compreenderam que isso não era o bastante. Se a terra representava a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, faltava-lhes um instrumento fundamental para a comunidade de luta. A continuidade da luta exigia conhecimentos tanto para lidar com assuntos práticos, como para entender a conjuntura política econômica e social. Arma de duplo alcance para os Sem Terra, a educação tornou-se prioridade do Movimento (MST, 2016a, p. 1).

O primeiro *Boletim da Educação* elaborado em 1992, intitulado *Como deve ser a escola de assentamento*, traz na apresentação que a educação estava sendo construída por meio da cooperação, buscando uma escola diferente, do jeito Sem Terra. Para tanto, o Setor da Educação se propõe a

produzir materiais a fim de trazer reflexões concretas de como fazer essa nova escola (MST, 1992a).

A Pedagogia do MST tem questionado como estão se dando as relações de classe e gênero, procurando ver os condicionamentos históricos e as possibilidades de superação das contradições e das desigualdades entre homens e mulheres que caracteriza a divisão social do trabalho na sociedade capitalista. Ela problematiza como está se recriando as condições de vida nos assentamentos e no campo e ao mesmo tempo situa a pedagogia da luta social como o caminho para superar as formas de expropriação, exploração e opressão; e para se efetivar uma sociedade democrática, calçada nos valores que o MST considera fundamentais (ARAUJO, 2011, p. 101).

Neste boletim, temos um primeiro indicativo da preocupação com a igualdade e o respeito às diferenças no conteúdo da formação educacional. O item 7 estabelece que o “[...] coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno”, afirma que no coletivo temos pessoas diferentes e que, por isso, o coletivo educa as pessoas, e que num coletivo cada pessoa tem um valor e uma contribuição específica, pois “[...] o verdadeiro coletivo é aquele que consegue trabalhar as diferenças pessoais na perspectiva dos objetivos do conjunto” (MST, 1992a, p. 11).

O item 10 deste boletim traz o título *A escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética*, e afirma que:

Ética quer dizer: um conjunto de valores e princípios que se definem no coletivo e são assumidos pessoalmente por cada um dos membros deste coletivo. Nos processos de transformação em que estamos

envolvidos, um dos grandes desafios tem sido romper com os valores da velha sociedade e construir valores pessoais coerentes com os processos de luta coletiva. Nossa tendência é repetir os vícios que calcaram nossa personalidade até agora, tais como o individualismo, o autoritarismo, a autossuficiência ou obediência cega, o machismo, o racismo, etc. A escola pode trabalhar e ajudar neste desafio, à medida que lida com as crianças, ou seja, com pessoas que estão em processo de formação da sua personalidade (MST, 1992a, p. 16).

Em 1992 também foi publicado o primeiro Caderno da Educação, com o título *Como fazer a escola que queremos* (MST, 1992b), que circulou primeiramente em 1991 como apostila, e apresenta um conjunto de orientações e sugestões para montar o currículo das escolas. Esse Caderno propõe que a proposta pedagógica das escolas esteja pautada nos princípios do MST, e, a partir da realidade aqui considerada como o meio em que vivem e, assim, uma das formas de pôr em prática é a partir de um novo currículo para as escolas.

Desta forma, as escolas devem trabalhar com temas geradores, ou seja, trazer os problemas do cotidiano para serem estudados na escola, e também ser um espaço para praticar os valores que caracterizam o novo homem e a nova mulher, com a vivência de uma nova ética e trocando os antigos valores, como o autoritarismo pelo diálogo e respeito, e abandonar o machismo estabelecendo respeito e solidariedade entre os sexos (MST, 1992b, p. 22).

O fato de o MST buscar, juntamente com a luta pela terra/reforma agrária, mudanças sociais trouxe avanços na construção de novas relações de gênero. Os pressupostos educativos e metodológicos das práticas da formação educacional nas escolas do Movimento estão voltados para a formação de um novo homem e uma nova mulher, quebrando valores

culturais até então reproduzidos e buscando superar as desigualdades de classe e de gênero, trabalhando esses conteúdos de forma transversal nas suas escolas.

O Caderno da Educação nº 8, intitulado *Princípios da educação no MST* (MST, 1996a), traz definições importantes. Para o MST a educação deve ser tratada como um processo permanente de formação e transformação humana. O Movimento destaca como princípio fundamental a crença no ser humano e na sua capacidade de transformação como condição para ocorrer um processo de educação e formação (MST, 1996a, p. 09). Esse processo é pautado nos valores de respeito e igualdade de gênero, portanto, são referências para a formação educacional nas escolas do MST.

Outra diretriz do Movimento para a igualdade focada em uma formação pedagógica que abranja novos valores chamados de humanistas pode ser encontrada no Caderno de Estudos *Compreender e construir novas relações de gênero* (1998) elaborado pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST.

Formação:

- Tendo claro que a participação da mulher nas instâncias não se dará por normas, mas que será um processo educativo, propomos que nos cursos de formação a nível nacional e de base tenha uma porcentagem de 40% de mulheres;
- Dedicar um dia de discussão específica sobre a questão da mulher nos cursos nacionais.

Educação:

- Colocar o tema em debate com o Setor, em seminários.
- Debater com professores o método de educação das crianças.
- Buscar a integração dos pais nesta discussão (MST, 1998, p. 52).

Nos documentos do MST a formação e a educação estão entrelaçadas, de forma que ambas caminham juntas para a construção de novos valores, ou seja, deve-se trabalhar a teoria e a prática nas escolas e no dia a dia dos acampamentos e assentamentos.

Outro documento que aponta a importância da igualdade de gênero é o Caderno de Educação *Como fazemos a escola de educação fundamental* (MST, 1999a). Na apresentação consta que o objetivo do Caderno é contribuir especialmente para a reflexão sobre o jeito de fazer a escola, portanto, traz metodologias para a construção de uma escola diferente, e superação dos desafios encontrados.

Entre os desafios que temos pela frente, um deles é o de desenvolvermos um processo educativo que permita a superação da dominação machista imposta pela cultura em que estamos inseridos, e um melhor entendimento da questão de gênero. A sociedade que queremos construir se constrói na sociedade de hoje. Superar concepções tradicionais de família e de relacionamento entre gerações também faz parte desta construção. Outro desafio é a superação do racismo e o aprofundamento da questão étnica. Outro ainda é o do respeito às diferenças que existem no jeito de ser das pessoas, e uma preocupação específica com os educandos portadores de necessidades especiais, para o que ainda não olhamos com a atenção devida (MST, 1999a, p. 24).

Portando, para superar esses desafios e garantir a igualdade de gênero, essa deve ser praticada e vivenciada nas escolas, para que todos aprendam a respeitar as diferenças, pois “[...] o objetivo é produzir uma cultura de participação e de novas relações entre homens e mulheres, adultos, crianças, adolescentes e jovens. A experiência nos mostra que a forma também forma” (MST, 1999a, p. 12). O Movimento entende que

as mudanças sociais são processos, em que novos valores são construídos no seu interior, a partir do surgimento de situações e problemas do dia a dia que trazem a possibilidade de inserção destes temas nos diferentes setores, inclusive com as crianças.

É preciso sim, que se mude o que pode ser mudado. Nós devemos educar nossas filhas mulheres para que sejam doces, educadas, carinhosas, sim, mas sem que necessariamente sejam submissas. E devemos educar nossos filhos homens para que sejam doces, carinhosos e educados, sim, sem que percam a sua masculinidade (MST, 1999a, p. 17-18).

A preocupação com a igualdade de gênero está presente na formação educacional do MST, porque a educação não é tratada de maneira isolada da prática de militância e de produção. Na formação educacional muitos dos princípios e valores são transmitidos e praticados, de acordo com o tipo de Pedagogia do MST, ou seja, com união da teoria e prática, união do ensino e trabalho produtivo e a formação continuada de professores.

Cultivamos símbolos. Temos um jeito de viver e um jeito de falar: ocupamos palavras. Temos um grande objetivo que é a Reforma Agrária. Objetivo este que só se realiza plenamente com o alvorecer de uma sociedade nova. Na caminhada para concretizar este objetivo descobrimos que a vivência dos NOSSOS VALORES ajuda a construir o caminho. Ajuda a resistir contra anti-valores semeados pela sociedade atual. Mais, os Valores é que dão o tempero de nossa ação. Na vivência dos valores nos tornamos mais humanos e mais lutadores e lutadoras (MST, 2000, p. 05).

No texto *Construindo o Caminho* (MST, 2001b), o Movimento afirma que “[...] entende que educação não é sinônimo de escolas, pois a educação é mais ampla porque diz respeito ao processo de formação, nas práticas sociais. Contudo, a escolarização é também um componente fundamental nesse processo de formação” (MST, 2001b, p. 126).

Nesse contexto de uma educação mais ampla, entre suas linhas de ação e atividades de Educação para os coletivos do setor e para todo MST, temos, dentre outras preocupações, a igualdade de gênero: “[...] atenção às necessidades especiais de educandos portadores de deficiências, às questões de gênero, sexualidade, saúde” (MST, 2001b, p. 131).

Dentre as Resoluções Políticas do IV Congresso do MST, o livro *construindo o caminho* traz:

2. Construção da unidade no campo

Contribuir para construir e reforçar as organizações já existentes no meio rural, como o MPA, MAB, Movimento das Mulheres e Pastoral da juventude Rural.

[...]

3. Ações em defesa da nossa reforma agrária

a) Planejar e realizar ações de massa, que projetem para a sociedade as mudanças que queremos para o campo, como podem beneficiar toda a população, proporcionando trabalho, moradia, educação, produção de alimentos e um espaço de integração e convivência social (MST, 2001b, p. 45-46).

Mais uma vez vemos o Movimento trabalhando a teoria com a prática, ou seja, trazendo problemas e conflitos do cotidiano para a discussão nas escolas, pois é desta forma que ocorre a formação educacional dos militantes.

Os processos pedagógicos que precisamos potencializar através de nosso acompanhamento: o aprendizado coletivo do jeito de trabalhar com estas necessidades educativas especiais; também a postura de como trabalhar outros tipos de diferenças, na perspectiva de crescimento humano e aprofundamento da nossa própria identidade (MST, 2001b, p. 13).

O MST reconhece que existe um problema de desigualdade de gênero e, por isso, destaca a importância de continuar incentivando os processos de formação que busquem a igualdade de gênero.

É necessário reconhecer o fato de que há desigualdades nas relações de gênero do MST. Em seus discursos e ações o conjunto da militância reproduz valores, desafios e práticas contrárias ao sonho e aos princípios do Movimento. É através das lutas, das diversas formas de formação que os e as Sem Terra vão se forjando como novos seres humanos, se conscientizando e rompendo com a ideologia da classe dominante (MST, 2003, p. 22).

O Movimento publicou o *Boletim da Educação 09* (MST, 2004b) que apresenta um balanço dos 20 anos da sua educação. Neste documento o MST faz um balanço do Setor da Educação. É possível verificar nas linhas de ação do Setor de Educação que as questões de gênero continuam sendo relevantes para a formação educacional, sendo destacada a necessidade de continuar prestando “atenção às necessidades especiais de educandos portadores de deficiências, às questões de gênero, sexualidade, [...] nas escolas” (MST, 2004b, p. 28).

No ano de 2005 o MST publicou o Caderno de Educação nº 13, intitulado *Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001* (MST,

2005), que faz uma análise e balanço da trajetória das escolas no Movimento. Neste documento temos diversos indicativos da importância da escola como sujeito educador voltado para a igualdade de gênero.

A escola deve ajudar a construir a nova mulher e o novo homem. Isto só é possível se ajudar a superar os hábitos negativos, como o individualismo, o autoritarismo, a acomodação, a corrupção, o personalismo e todos os outros ismos, que atrapalham o avanço da organização e da luta. A escola deve ser o lugar da vivência e desenvolvimento de novos valores, como o companheirismo, a solidariedade, a responsabilidade, o trabalho coletivo, a disposição de aprender, sempre o saber fazer bem feito, a indignação contra as injustiças, a disciplina, a ternura, chegando a uma consciência coletiva (MST, 2005, p. 33).

O texto deixa claro que apesar das mudanças ocorridas nos princípios educacionais, a construção de novos valores sempre esteve presente, e que este é um processo complexo, portanto deve ser contínuo.

Já aprendemos que a transformação social é um processo complexo, que não se resume a uma tomada de poder político ou econômico. Ela implica um processo de outras tantas mudanças que serão capazes de construir um novo tipo de poder, não mais opressor e repressor como este que temos sentido tanto em nossa pele! E isso tem a ver com novos valores, novas relações entre as pessoas, homens e mulheres, adultos e crianças, dirigentes e base, novos posicionamentos diante das várias questões da vida. O espaço social de transformação tem que chegar ao mundo sem deixar de ser ao mesmo tempo, o assentamento, a instância, a família, a vida pessoal de cada um de nós (MST, 2005, p. 162).

Por ser um processo constante os desafios continuam existindo, e encontrar a melhor forma de desenvolver o processo educativo emancipatório, que supere a desigualdade e reconheça as diferenças respeitando-as é um deles.

Entre os desafios que temos pela frente um deles é o de desenvolvermos um processo educativo que permita a superação da dominação machista imposta pela cultura que estamos inseridos, e um melhor entendimento da questão de gênero. [...] Superar concepções tradicionais de família e de relacionamento entre gerações, também faz parte desta construção. Outro desafio é a superação do racismo e o aprofundamento da questão étnica. Outro ainda é o respeito às diferenças que existem no jeito de ser das pessoas, e uma preocupação específica com os educandos portadores de necessidades especiais, para o que ainda não olhamos com atenção devida (MST, 2005, p. 215).

Entre as escolas do MST temos o Instituto Educacional Josué de Castro (IEJC) mantido pelo ITERRA, vinculado ao MST, e comprometido com seu projeto político pedagógico. A finalidade principal do Instituto é a formação de sujeitos sociais incluindo as transformações culturais, e uma nova forma de pensar e de fazer a educação, onde o próprio povo seja o sujeito condutor do seu projeto de formação humana. No que diz respeito a concepção de educação o Instituto é regido por princípios e, se entende como uma escola do povo do campo (ITERRA, 2007, p. 13).

O IEJC se constitui como uma escola de educação média e profissional, combinando objetivos de educação geral, escolarização e formação de militantes e técnicos para atuação no MST. Seu funcionamento está organizado em torno de cursos formais de nível médio, de educação

profissional e de formação de professores, criados a partir de demandas apresentadas pelos diversos setores do MST. Cada curso desenvolvido no IEJC tem uma coordenação colegiada, composta pela equipe interna de educadores e pessoas designadas pelo Setor do MST que apresentou a demanda do curso (ITERRA, 2007, p. 5).

Essa escola também possui um projeto de formação do ser humano que é orientado por concepções e princípios básicos, fundamentados no processo pedagógico do MST.

1º O ser humano é histórico. Não há ser humano pronto, plenamente humanizado. Ele está em contínua transformação e seu processo de humanização acontece na relação com os outros seres humanos em uma sociedade determinada, e no movimento (tensão) permanente entre humanização e desumanização.

2º O desenvolvimento pleno do ser humano é obra de uma intencionalidade pedagógica coletiva e acontece em qualquer tempo da vida, tendo em cada um deles algumas características próprias que precisam ser consideradas pela coletividade educadora.

3º É preciso orientar nossa intencionalidade pedagógica para a formação de seres humanos que se construam como sujeitos sociais e políticos, dispostos à tarefa de transformar-se e humanizar-se enquanto transformam e humanizam o mundo em que vivem; sujeitos históricos que assumem a identidade de lutadores do povo e de militantes de organizações que ajudam a construir uma existência social de dignidade e justiça para todos.

4º A escola não pode ser vista como um lugar privilegiado ou único de formação humana. Em nosso caso, a Pedagogia do Movimento que forma os sujeitos Sem Terra é muito maior do que a escola. A escola precisa aprender com os processos de formação que acontecem fora dela, no mundo da produção, no mundo da luta social, no mundo da cultura, e construir um método pedagógico vinculado ao movimento desta formação mais ampla, que é social, histórico, pedagógico.

5° Para ajudar nesse processo de formação humana, a escola precisa assumir como lógica de atuação educativa e de seu próprio funcionamento o movimento dialético entre a teoria e prática e a relação entre a transformação da existência social (coletiva) dos educandos e sua (trans) formação como pessoas.

6° Defendemos uma pedagogia da atividade humana que transforme e produza as relações sociais capazes de educar as pessoas dentro de valores humanos e de um projeto histórico. Não se trata, pois, de pensar o processo de formação desenvolvido na escola como preparação das pessoas para uma formação desenvolvido na escola como preparação das pessoas para uma ação futura de transformação, mas sim de conceber o processo pedagógico como impulso e organização da participação das pessoas em ações transformadoras e produtoras de relações sociais capazes de educá-las do modo mais humano e histórico possível (ITERRA, 2007, p. 13-14).

Outro documento que traz princípios pedagógicos voltados para a igualdade de gênero é o *Plano de Estudos* (MST, 2013). O documento visa reunir os elementos de um plano de estudos para as escolas itinerantes do Estado do Paraná destinado a orientar a ação dos trabalhadores em educação que atuam no ensino fundamental, portanto, representa um compromisso básico de cada escola com seus estudantes. Para a formulação do documento o MST reuniu um coletivo de especialistas em várias disciplinas e nos conteúdos ensinados nas séries finais do Ensino Fundamental, educadores das escolas itinerantes, coordenação do coletivo estadual de educação do MST do Paraná e profissionais que trabalham com a questão da teoria pedagógica.

Por plano de estudos deve-se entender o conjunto de decisões que fornece aos educadores elementos para definir a amplitude e profundidade dos conteúdos a serem ensinados, os objetivos tanto de

caráter formativo como de ensino, as expectativas de desenvolvimento, as indicações das relações que tais conteúdos e objetivos têm com a vida cotidiana dos estudantes, bem como orientações metodológicas gerais que conduzam a uma organização da escola e do ensino com significado para os estudantes do campo (MST, 2013, p. 07).

O plano de estudos esclarece o que deve ser ensinado nas escolas, e destaca que a formação não se resume a instrução, sendo necessária à inserção das escolas nas práticas sociais.

[...] mais do que orientações metodológicas para o educador, o presente plano de estudos pretende indicar uma nova forma escolar, uma nova forma de organização do trabalho da escola que permita o desenvolvimento de estudantes com capacidade de auto-organização, conscientes de seu tempo, cientes de seus compromissos com um mundo cada vez mais complexo; um mundo no qual é preciso ser ao mesmo tempo um lutador e um construtor de uma nova realidade mais justa, mais democrática e participativa (MST, 2013, p. 08).

O MST vem aplicando um projeto educativo comprometido com a construção da sociedade do trabalho, com igualdade social e participação plena de todas as pessoas, conforme suas necessidades e capacidades, nos processos de decisão e de produção da vida, em todas as suas dimensões.

O objetivo principal do MST no âmbito da educação é ajudar a formar seres humanos mais plenos e que sejam capazes e queiram assumir-se como *lutadores*, continuando as lutas sociais de que são herdeiros, e *construtores* de novas relações sociais, a começar pelos acampamentos e assentamentos onde vivem e que são desafiados a tornar espaços de *vida humana criadora*. Para isso é preciso educar as novas gerações de modo

a que desenvolvam uma visão de mundo que inclua estes objetivos; crianças e jovens ativos, com iniciativa, multilateralmente desenvolvidos, com apropriação de conhecimentos científicos relevantes, capazes de ligar teoria e prática, que aprendam habilidades técnicas, hábitos sociais e valores de convivência e trabalho coletivo (MST, 2013, p. 09).

Em sua trajetória, o MST construiu uma nova concepção de educação, na qual se entende que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta é a grande matriz para pensar essa nova educação, centrada no desenvolvimento do ser humano e preocupada com a formação dos sujeitos e transformação social (MST, 2001b, p. 125).

O *Boletim da Educação n. 12* (MST, 2014) é uma coletânea de textos de orientação e de apoio a estudos e debates, que pretende um “[...] balanço político dos 30 anos de trabalho do MST com a educação e definição de lutas, tarefas e compromissos político-pedagógicos e organizativos principais para o próximo período (construção de síntese para discussão a partir dos processos de preparação nos estados)” (MST, 2014, p. 9).

Sobre os temas propostos para os seminários temáticos, o documento afirma que os “[...] temas serão definidos no processo de construção do programa geral do encontro. Alguns temas que estão sendo sugeridos: [...] – gênero e educação; [...]” (MST, 2014, p. 9). Assim é possível verificar a preocupação dos militantes em inserir, ainda mais, nas discussões os temas sobre gênero e educação, colocando a sugestão do tema para debate.

Outro ponto importante a ser destacado no documento, diz respeito aos fundamentos do programa de reforma agrária popular do

MST. No tópico relativo à produção, o documento destaca a importância da inserção da mulher no trabalho “[...] instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres” (MST, 2014, p. 37).

No que diz respeito à educação o documento afirma que é preciso “combater, permanentemente, todas as formas de preconceito social, para que não ocorra a discriminação de gênero, idade, etnia, religião, orientação sexual etc.” e completa que quanto aos direitos sociais o Movimento deve “combater todas as formas de violência contra as mulheres e crianças, penalizando exemplarmente a seus praticantes” (MST, 2014, p. 38).

Este Boletim da Educação (MST, 2014) traz um balanço dos últimos trinta anos de jornada e o programa do MST para os próximos anos. Dentre os compromissos assumidos destacamos “[...] combater todas as formas de violência contra mulheres, crianças e idosos. Devem ser eliminadas todas as formas de discriminação social, de gênero, etnia, religião e/ou orientação sexual” (MST, 2014, p. 47). O documento contém um texto que é uma sistematização do debate realizado durante o II Seminário Nacional da Infância Sem Terra, nos desafios e no que o Movimento pretende fazer, entre outros temos:

Relação de gênero: ainda hoje, a tarefa das crianças e da infância nos Estados, nos acampamentos e assentamentos continua sendo, no geral, do Setor de Educação, e é ainda muito forte a concepção de que é tarefa da mulher, não sendo muitas vezes a criança o sujeito central do trabalho. Assim como no princípio dos debates sobre a infância, ainda é preciso fortalecer a relação entre a infância e a questão de gênero. Outro desafio ainda é a violência contra as mulheres, que deve ser enfrentada junto com a violência contra a criança. Romper a ideia de que a infância é responsabilidade da família ou, ainda pior, só da mãe.

Deve ser entendido hoje como um desafio de primeira ordem. Precisamos avançar na discussão de gênero e de etnia, colada na discussão da infância (MST, 2014, p. 128).

O desejo e o trabalho para mudar os valores hegemônicos vem sendo compartilhados pelos integrantes do MST. Em todos os setores é possível encontrar indicativos da importância da igualdade, ora explicitamente, ora por meio da afirmação da construção de novos valores, ou pela igualdade de gênero, buscando o respeito às diferenças, e a inclusão das mulheres em todos os setores, com destaque para a formação educacional das crianças e jovens.

A formação educacional esteve presente no Movimento desde sua formação, primeiramente como uma educação pautada em novos princípios e, posteriormente, construindo uma nova Pedagogia. A formação educacional dos militantes ocorre de maneira contínua em todos os espaços dos acampamentos e assentamentos. As publicações são compartilhadas com seus membros com um esforço para que o material seja trabalhado com o maior número possível de integrantes, com o objetivo de dar continuidade à luta pela reforma agrária e por uma sociedade mais justa e menos discriminatória.

A educação e formação dos militantes devem ocorrer nas escolas, mas devem ocorrer também nos demais espaços do MST. Por isso, os coletivos e os setores do Movimento são de suma importância, pois é neles que os militantes são preparados com uma nova formação política.

O processo de formação não deve ser tarefa e responsabilidade apenas do Setor de Formação. Pelo contrário, o conjunto da organização deve assumir essa função. Ou seja, todos os militantes e dirigentes devem ser formadores de base e de novos militantes por intermédio de suas *práxis*

(discurso e prática política-organizativa). No entanto, devem existir coletivos de formação, constituídos de quadros formadores, que reúnam, dentre outras, as seguintes características. Ter boa capacitação teórica... Ter boa capacidade pedagógica... Ter vinculação com a prática da organização... (MST, 2001b, p. 111-112).

A formação educacional do MST se move conforme as necessidades do Movimento. Os militantes são educados e formados por meio da práxis existente no dia a dia em todas instâncias e setores. Para pensar na formação educacional do MST temos que pensar além das escolas como único local de processo formativo. A própria luta pela terra é em si um processo de formação política e social dos militantes. Nesses termos são elaborados os princípios filosóficos e pedagógicos e o projeto político-pedagógico do MST voltados para valores humanistas que, por meio da formação educacional, promovem a igualdade de gênero.

As Ações das Mulheres Militantes

Nos documentos analisados, constatamos a existência de diferentes linhas políticas que o Movimento define como norteadores para a formação de seus militantes. Neste trabalho, buscamos analisar especificamente as voltadas para a formação educacional para a igualdade de gênero.

É possível acompanhar a produção de uma preocupação em promover a participação das mulheres em todas as instâncias, setores e atividades do MST, ao longo da sua história. Um trabalho que, mesmo com

recuos e rupturas, permaneceu insistindo numa mudança acerca do lugar do feminino na luta (SABIA; BRABO, 2016, p. 179).

Considerando a produção de todos esses documentos e a constatação de diversas políticas voltadas para o incentivo da igualdade, buscamos aqui analisar a situação das mulheres no Movimento, investigando alguns avanços alcançados a partir da aplicação dos princípios de formação educacional.

A organização das mulheres e sua participação na luta de classe foram cruciais para a percepção de que as questões de gênero precisavam compor a agenda política da luta social, para se desafiar as restrições que lhes eram impostas pelos regimes patriarcais de gênero. Nos acampamentos e assentamentos, as mulheres Sem Terra começam a se organizar e debater sua participação política, pois elas percebiam que para os homens havia mais oportunidade para participar dos espaços formativos e de decisão política, o que também contribuía para o desenvolvimento da liderança (SCHWENDLER, 2015, p. 94).

O MST propôs desde a sua constituição o incentivo à participação das mulheres. Contudo, mesmo com esse incentivo, ainda existiam diferentes motivos e situações que continuavam barrando uma participação efetiva das mulheres. Por esses motivos as mulheres passaram a se reunir e organizar um coletivo, que posteriormente foi transformado em setor, o Setor de Gênero. “A partir do protagonismo das mulheres, a temática de gênero foi assumida como uma política de ação do MST, sendo trabalhada em todos os seus cursos de formação (nos acampamentos, assentamentos e nas instâncias de coordenação)” (SCHWENDLER, 2015, p. 99-100).

Por ser um processo de transformação permanente o MST propõe iniciativas que são implementadas na medida em que os problemas são identificados, da mesma forma ocorre com as relações de gênero que aos poucos vão avançando.

Contudo, conforme afirma Stédile (2002, p. 137 *apud* CHAVES, 2009, p. 78), a articulação das mulheres, em nível nacional, era algo ainda recente no interior do Movimento Sem Terra e, nesse sentido, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais encontra-se um pouco mais pulverizado, visto que em cada Estado é constituído em geral um movimento próprio. Por isso, muitas vezes as lutas das mulheres ainda ficam sem força, contudo, existe a compreensão da importância da continuidade da luta.

As mulheres e o Movimento como um todo reconhecem que ocorreram avanços nas políticas de igualdade de gênero e o reconhecimento das mulheres como parte importante para continuação da luta, contudo ainda há muito a ser percorrido.

O principal a ser destacado é o reconhecimento por parte das mulheres dos avanços já conquistados, por meio de suas lutas. Desta forma, apesar de ainda existe um caminho a ser percorrido, a própria trajetória da luta, incentiva sua continuidade.

Não foi possível a realização de entrevistas com as mulheres militantes que participam do MST. Contudo, consideramos relevante trazer as falas e experiências dessas mulheres. Por isso, foi realizado um levantamento de pesquisas que tratam da temática gênero e MST em que foram realizadas entrevistas, as quais passamos a apresentar algumas.

Na pesquisa realizada por Norback, Cinelli, Campos e Rodrigues (2008, p. 182-185) os autores analisaram o processo de formação das mulheres dirigentes no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em

Santa Catarina e o Movimento Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul, com o objetivo de analisar como aconteciam as relações de gênero nos diferentes tempos educativos e como os temas de gênero e homossexualidade eram debatidos. Constataram que o próprio ambiente já é parte do processo de formação. No curso, o tema gênero estava presente e as mulheres e homens questionavam a distribuição de tarefas, a linguagem, os comportamentos machistas afirmando que a escola e a educação popular, incluindo no currículo esses temas transversais e uma permanente formação dos educadores, ou seja, trazendo à escola estas questões tão importantes para a formação humana.

Portanto, podemos constatar certos avanços nesta escola específica, que busca colocar em debate o tema de igualdade nas relações. Todavia, as autoras constataram, também, que apesar dos questionamentos por parte dos militantes, esses temas por vezes não eram efetivamente trabalhados nas escolas.

Entendemos que existe a busca em implementar o tema da igualdade de gênero, contudo, ainda existe certa dificuldade em como e quando trabalhá-lo, limitando-se, portanto, a efetuar atividades em momentos específicos.

Concordamos que os demais espaços do Movimento também são espaços educacionais e de formação permanente, contudo, é necessário que as escolas também se envolvam nesse projeto. Em estudo semelhante, Sabia e Brabo (2016, p. 184) afirmam que “[...] é importante acrescentar que aquilo que constatamos na pesquisa de campo nos leva a afirmar que a igualdade de gênero é um projeto em construção no Assentamento estudado”. Porém “[...] observamos durante a pesquisa de campo, quando iria ter curso de formação política, todo o trabalho é dividido por homens e mulheres [...]”. As autoras afirmam que em entrevista realizada com

Simone (2014) foi constatado que apesar das ações sobre as relações sociais de gênero, ainda permanecem papéis diferenciados, principalmente entre as famílias mais antigas. “As relações tendem a ser mais igualitárias nas famílias mais jovens. Nas famílias mais idosas, a relação é mais tradicional, encontra-se mais dificuldade na participação do homem nas atividades domésticas” (SIMONE, 2014 *apud* SABIA; BRABO, 2016, p. 181-182).

Já Schwendler (2015, p. 102) em sua pesquisa demonstra, por meio das entrevistas realizadas, que é possível comprovar o grande avanço que houve na perspectiva da igualdade de gênero. “Hoje temos muitas mulheres comandando o movimento de igual para igual, na direção estadual, nacional, nos diversos setores. [Por exemplo], no setor de frente de massa, que prepara pra mobilização, e que tradicionalmente era de homens.” (ENTREVISTA J. D., 2011 *apud* SCHWENDLER, 2015, p. 102). Com esta mudança na organização interna, as mulheres participam não somente das atividades organizativas, mas também nos encontros de formação, o que contribui para a ampliação do conhecimento, essencial para o enfrentamento da cultura do silêncio e da subalternização. “Ter a mulher coordenando a frente de massa é fundamental, porque se vão só os homens, falam, falam, e daí eles vão tirar as dúvidas, e as mulheres ficam num cantinho e vão embora. As mulheres ficam geralmente muito inseguras pra perguntar pra um homem” (ENTREVISTA C. L., 2011 *apud* SCHWENDLER, 2015, p. 102).

As mudanças ocorridas na organização interna deram empoderamento às mulheres encorajando-as a fazer parte do trabalho em todos os setores do Movimento. “O projeto do MST, contido em sua produção escrita sob a forma de discursos e propostas, adotou o conceito de gênero como um de seus focos político-educativos, sem, no entanto, desviar-se da concepção de classe” (CHAVES, 2009, p. 114). Nesse sentido, “conclui-se que o trabalho pedagógico com ênfase nas questões de

gênero contribui para o enfrentamento das desigualdades e da subalternização, pois amplia a autoconfiança, o conhecimento e a capacidade das mulheres de se organizarem para viabilizar os interesses estratégicos de gênero” (SCHWENDLER, 2015, p. 105).

Nos estudos de Farias (2011, p. 6) a autora afirma que no estado de Mato Grosso do Sul a participação de mulheres em todas as ações do MST é expressiva e qualitativa. Muitas estão na linha de frente em mobilizações e em todas as formas de atuação, desde os acampamentos até os assentamentos, e também nos setores influenciando as decisões, criando campos de resistência.

Brabo (2015, p. 121) em seus estudos sobre igualdade de gênero explica a importância da escola para a formação humana, e situa que “[...] a educação e a formação humana enquanto práticas constituídas pelas relações sociais, não avançam naturalmente, mas através de um conjunto de práticas sociais fundamentais, dentre elas, a prática pedagógica e as relações sociais que ocorrem na escola”.

Nesse sentido, em outro estudo com a finalidade de verificar a existência de conteúdos a respeito de igualdade de gênero nas escolas do MST, a entrevistada relatou à autora que “[...] não há atividade específica, trabalham no dia 8 de março [...] há uma escola de mulheres em Maringá no Paraná, que promove uma semana de formação, duas a três vezes ao ano, com educadores, desenvolvendo debates” (SIMONE, 2014 *apud* SABIA; BRABO, 2016, p. 182).

Essas pesquisas são importantes, pois “[...] na concepção pedagógica do MST, a educação deve ser integrada e articulada ao debate político e às problemáticas do campo, onde se coloca a questão da opressão e exploração da mulher, entre estas, as trabalhadoras rurais (SABIA; BRABO, 2016, p. 183).

Ao verificar esses estudos em que foram efetuadas entrevistas com militantes do MST, podemos constatar que o Movimento e, principalmente, as mulheres reconhecem a importância da participação de todos na luta pela terra. As fontes analisadas revelaram o que o reconhecimento da mulher trabalhadora do campo é uma conquista não só das mulheres, mas do Movimento como um todo que avança na construção de sujeitos políticos na luta pela terra. “O Movimento tem se empenhado na formação político-educativa de sua militância, e isso pode ser observado no conjunto de documentos elaborados com abordagem educacional e de gênero, exigindo a ampliação de demandas e desafios à sua prática educativa” (CHAVES, 2009, p. 125-126).

Os princípios filosóficos e educativos do MST demonstram que o processo de formação da identidade Sem Terra, ocorre a partir da construção das estratégias coletivas de luta que visam à superação das desigualdades sociais. Para tanto, o MST desenvolve seu projeto educativo nas escolas e nos demais espaços do Movimento. “Pois, acredita-se que é nos espaços da coletividade onde pode se dá um amplo processo de politização e de reconstrução das relações sociais. E em sua Pedagogia, o MST compreende que é participando que se aprende, que é se organizando que se ampliam as forças para empreender as transformações” (ARAÚJO, 2011, p. 117).

Evidenciamos, portanto, a existência de uma pedagogia com a dimensão formativa humana que educa para a luta e para a construção de novos valores, propiciando aos militantes, oportunidade de refletir sobre as contradições e lutas por novas condições, como por exemplo, as relações de gênero. Ou seja, a luta educa.

O MST apresenta, desde sua constituição como movimento social, a busca por novas relações. Para formar seus militantes e prepará-los para

a luta uma formação educacional de acordo com os princípios do Movimento se fez imprescindível. Portanto, a organização do MST é voltada para construção dessa formação político-pedagógica, em que todos os espaços do Movimento constituem espaço de aprendizado.

A formação educacional voltada para a igualdade de gênero também é uma preocupação antiga do Movimento, que entende que a participação de todos os militantes é importante. Constatamos que muitos foram os avanços, e que em grande parte dos acampamentos e assentamentos as mulheres já possuem espaços iguais, inclusive na linha de frente da luta e na coordenação de setores. Contudo, ainda há muito a ser conquistado. As entrevistas analisadas, que foram realizadas em diferentes acampamentos e diferentes assentamentos, deixam clara a consciência da necessidade e a efetividade de uma luta pela igualdade de gênero, porém, por vezes com rupturas, e outras sem a força necessária para implementar efetivamente as linhas e políticas de igualdade de gênero. Nesse sentido, acreditamos que a luta não pode parar. O MST deve manter de forma contínua seus trabalhos com publicações por meio de seus setores, pois é uma forma efetiva de conscientização de todos os militantes, que estão dentro de um Movimento de tamanha amplitude.

Logo no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano de 1985, o MST incluiu entre suas preocupações a luta por uma nova educação e pela igualdade entre homens e mulheres. Essa nova formação na busca pela igualdade de gênero foi construída a partir das necessidades das militantes em ter espaço de igualdade no Movimento, e sob certa influência dos movimentos de mulheres ou movimentos feministas. O feminismo ou o movimento de mulheres pode ser considerado um movimento social com objetivo de libertação das mulheres, com críticas à divisão sexista, inferiorização das mulheres e dominação masculina. Contudo, é importante ressaltar que as mulheres camponesas da mesma

forma influenciaram as lutas feministas, a exemplo de suas lutas no interior dos movimentos sociais.

A expressão das lutas das mulheres camponesas participantes dos movimentos feministas incentivou os movimentos sociais rurais, que passaram a reconhecer a importância dessa luta como parte do processo de inserção e participação política das militantes. Outra influência exercida pelos movimentos feministas na construção da política voltada para a igualdade entre homens e mulheres no MST, foi a inserção do conceito de gênero, como uma maneira de indicar as construções sociais do sexo, ampliando as lutas feministas. Nesse mesmo sentido, o MST avançou construindo sua política de gênero, quando transformou o Coletivo de Mulheres em Setor.

O MST entende que a luta por mudanças sociais só é possível por meio da transformação dos seus militantes em um processo educativo de formação humana. Por isso, ao longo de sua história criou uma nova forma de fazer a educação dos seus militantes, pois a democratização da educação é considerada tão importante quanto a democratização da terra.

Essa construção de uma nova forma de educar é chamada de *Pedagogia do Movimento*. Para a formulação desta pedagogia, o Movimento utilizou-se das práticas e vivências existentes do próprio MST e de algumas teorias pedagógicas. O movimento de luta do MST retrata as necessidades dos militantes e, portanto, a formação política e pedagógica ocorre diariamente.

Nesta direção, o MST tem buscado construir uma ação pedagógica e atuar como sujeito educativo para os (as) sem-terra e também para o conjunto da sociedade, de modo a contribuir de alguma maneira para reorientar as possibilidades de formação e vivências que induzam a

práticas mais democráticas e solidárias nas relações de gênero (SABIA; BRABO, 2016, p. 183).

Dentre os problemas e desafios encontrados no interior do MST, tivemos por objetivo analisar, nesta pesquisa, a igualdade de gênero. O MST é um movimento inovador, que busca a construção de novos valores e uma nova formação dos militantes, contudo, a desigualdade entre homens e mulheres ainda é um problema existente, apesar de ser possível constatar projetos e linhas de ação, desde a constituição do MST, que buscam extinguir as desigualdades existentes e garantir espaços igualitários para todos.

Uma das principais formas de ação para propor a igualdade entre homens e mulheres está na forma em que ocorre a educação dos militantes, na qual estão presentes ações para o MST desenvolver como um todo. Tais ações visam formar os militantes de acordo com a concepção de mundo e da educação propostas, assim, há princípios educativos e/ou de formação educacional que são direcionados para a proposição da igualdade de gênero.

Por meio da publicação dos seus documentos, o MST debate valores e normas considerados importantes para avançar na luta pela igualdade entre homens e mulheres. Os papéis atribuídos a cada um dos sexos são culturais, e determinados pela sociedade segundo seus interesses e, portanto, se não são naturais podem e devem ser mudados. Segundo os documentos analisados, verificamos que a mudança das chamadas *questões das mulheres* para as *questões de gênero* ocorreu por ser uma categoria mais abrangente e não para substituir a categoria mulher.

O principal fato que destacamos nas políticas de igualdade existentes no Movimento foi a criação do *Setor de Gênero* no ano de 2000,

com o objetivo principal de levar a discussão de gênero para o conjunto do MST. As principais ações definidas para a implementação da política de igualdade de gênero são feitas por meio de linhas políticas, seminários, estudos e reflexões, divulgando cartilhas cujos conteúdos demonstram a importância de se estabelecer novas relações para se avançar na luta de classes.

Consideramos, portanto, a educação como um elemento dinâmico da realidade e, por isso, passível de ser transformada. Isto é, a aprendizagem das pessoas ocorre não somente no espaço escolar, mas por meio das experiências vivenciadas nos movimentos sociais e em sua comunidade no âmbito dos enfrentamentos cotidianos e da cultura (CHAVES, 2009, p. 126).

Os documentos produzidos pelo MST observam que sua pedagogia vai além da dimensão escolar. A formação educacional do Movimento ocorre nas escolas, por meio das práticas vivenciadas no seu cotidiano e, principalmente, na luta. Assim, se o Movimento busca a igualdade de gênero, as relações em seu interior devem refletir esse princípio, e quando isso não ocorre, o Movimento busca formas de solucionar o problema. A participação igualitária entre homens e mulheres do Movimento é necessária para a transformação da realidade, contudo, é um processo contínuo.

Ocupando espaços diversos que transcendem a luta pela terra, o Movimento tem consolidado uma identidade para e sobre si, firmando-se como sujeito pedagógico, educando homens e mulheres em movimento. Sob esse prisma, analisar como o MST incorporou as relações de gênero implica, também, pensar a identidade da militância

camponesa no interior do Movimento, que contribui para forjar um sentimento de ‘pertença’ ou pertencimento em homens e mulheres, e que os fortalece enquanto classe social (CHAVES, 2009, p. 71-72).

A educação presente em todos os espaços no Movimento. A escola é parte importante e fundamental na luta pela terra e formação política dos militantes, contudo, o próprio Movimento é sujeito educativo. Nesse sentido, temos que a formação educacional do MST vai além das escolas, todos os setores e instâncias do MST são de vivências educativas.

Além disso, o projeto político pedagógico voltado para a igualdade de gênero está presente em documentos de diferentes setores do MST. Portanto, identificamos que a Pedagogia do Movimento é um processo educacional mais amplo; ocorre na escola e se desenvolve nos assentamentos e acampamentos perpassando pelos mais diversos setores, os núcleos de base, as instâncias organizativas, entre outros. As ações propostas e as linhas políticas aplicadas juntamente com os costumes e comportamentos que ocorrem diariamente no MST, vão indicando os avanços e o que ainda é necessário que seja feito para alcançar a igualdade.

Quando falamos em desigualdade de gênero, temos que levar em consideração a construção social existente e que para a superação destas desigualdades é necessário mudar as concepções culturais tidas como naturais na sociedade. O MST aponta as linhas de ação necessárias para que seja alcançada a igualdade de gênero, para tanto a criação dessa nova forma de fazer educação proposta trouxe avanços no sentido de proporcionar a implementação das ações propostas pelo Movimento como um todo e, especialmente, pelo Setor de Gênero.

Portanto, o MST como um movimento social que busca uma construção de uma sociedade mais igualitária, tem sido de grande

importância para a luta das mulheres. A forma como o MST é conduzido permite que o Movimento seja um sujeito educativo, em que a formação educacional do MST vá além das escolas. Para alcançar a igualdade de gênero é necessário que ocorra um processo educacional mais amplo, que ultrapassa o limite das escolas, mas que também esteja presente nelas, a exemplo do que ocorre no Movimento. Assim como na sociedade como um todo, no MST ainda há muito a ser conquistado pelas mulheres, mas consideramos que os avanços já existentes no interior no Movimento são notáveis, visto que as linhas políticas do MST já estabelecem a igualdade de homens e mulheres nas lideranças, sendo sempre um homem e uma mulher, portanto, a continuidade do trabalho proporcionará ainda mais conquistas.

Concluimos que desde os primeiros documentos o MST incluiu entre suas preocupações a questão da mulher, e a luta por uma nova educação. Por isso, ao longo de sua história criou uma nova forma de fazer a educação chamada de Pedagogia do Movimento, em que o Movimento se utiliza das suas práticas e vivências.

Essa forma de educação é uma das principais formas de ação para propor a igualdade entre homens e mulheres do MST. Dentre as ações educacionais propostas nas políticas de igualdade de gênero existentes no MST, destacamos a criação do Setor de Gênero no ano de 2000. As principais ações definidas pelo Setor, para a implementação da política de igualdade de gênero são feitas por meio de linhas políticas, seminários, estudos, reflexões e divulgando cartilhas.

Os documentos produzidos pelo MST apresentam que sua pedagogia vai além da dimensão escolar. Ela é um processo educacional mais amplo; que ocorre na escola, mas se desenvolve nos assentamentos e

acampamentos perpassando pelos mais diversos setores, os núcleos de base, as instâncias organizativas, entre outros.

Portanto, assim como na sociedade como um todo, no MST ainda há muito a ser conquistado pelas mulheres, mas consideramos que os avanços já existentes no interior no Movimento são notáveis, e que a continuidade do trabalho proporcionará ainda mais conquistas. As ações propostas e as linhas políticas aplicadas juntamente com os costumes e comportamentos que ocorrem diariamente no MST vão indicando os avanços conquistados e, o que ainda é necessário que seja feito para alcançar a igualdade e dar a continuidade no trabalho elaborado.

Referências

ARAUJO, Djacira Maria de Oliveira. **A pedagogia do Movimento Sem Terra e relações de gênero**: incidências, contradições e perspectivas em movimento. 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

ARAUJO, Djacira Maria de Oliveira. **Movimentos sociais**: questões de gênero e educação na Experiência do MST. Salvador. 2014. Disponível em:

http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigos?field_bib_a no_value%5Bvalue%5D%5Byear%5D=&title=Movimentos+ Sociais%3A+quest%C3%B5es+de+g%C3%AAnero+e+educa%C3%A7%C3%A3o+na+Experi%C3%AAncia+do+MST&name=. Acesso em: 20 out. 2016.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. vol 2.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 87-116.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. A participação do movimento feminista contra a Ditadura Militar e no processo de redemocratização do Brasil. *In*: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Direitos Humanos, educação e participação popular**: 50 anos do Golpe Militar. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 153-170.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. Movimentos sociais e educação: Feminismo e equidade de gênero. *In*: DAL RI, Neusa Maria; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (orgs.). **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais Argentina, Brasil, Espanha e Portugal**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 109-128.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da república, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.340/06**, de 7 de agosto de 2006. Que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Brasília, DF, 2006.

CALDART, Roseli Salette. **Educação em movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CIDH. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório 54/01, Caso 12.051**. 2000. Disponível em <https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso em: 27 abr. 2015.

CHAVES, Gislaíne da Nóbrega. **O Conceito de Gênero no MST**: um estudo da sua produção escrita. 2009. f. 213. Tese (Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal da Paraíba UFPB/CE, João Pessoa, 2009.

DAL RI, Neusa Maria. **Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2004. 315f. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

DAL RI, Neusa Maria. Lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras: movimento feminista em debate. *In*: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e educação: lutas do passado, conquistas do presente e perspectivas futuras**. São Paulo: Ícone, 2007. p. 45-56.

DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado, educação e movimentos sociais**. Mini-curso. Marília: Jornada do Núcleo de Ensino da Faculdade de Filosofia e Ciência, UNESP, Campus de Marília, agosto de 2010.

DAL RI, Neusa Maria. Um panorama dos novos movimentos sociais latino-americanos e a pedagogia do trabalho associado. *In*: NOVAES, Henrique Tahan; DAL RI, Neusa Maria (orgs.). **Movimentos sociais e crises contemporâneas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 165-180. vol. II.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone; FAPESP, 2008.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. Movimentos sociais, trabalho associado e educação: reformas e rupturas. *In*: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique Tahan. **Trabalho, educação e reprodução social**. As contradições do capital no século XXI. Bauru: Canal 6, 2011. 2. ed. cap. 12. p. 229-256.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. Gestão associada e democrática nas escolas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *In*: NOVAES, Henrique Tahan; RODRIGUES, Fabiana C.; BATISTA, Eraldo Leme (org.). **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 241-264.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, p. 175-204, abr. 2004.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Gênero e desigualdade. **Cadernos Sempreviva**, São Paulo, Sempreviva Organização Feminista (SOF), 1997.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, jul. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FURLIN, Neiva. A perspectiva de gênero no MST: um estudo sobre o discurso e as práticas de participação das mulheres. *In*: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 257-282.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. *In*: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007. cap. 1. p. 13-32.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, v. 16, n. 47, p. 333-361, mai./ago. 2011.

GONÇALVES, Renata. De companheira “acompanhante” à companheira de luta: as mulheres na luta pela terra do MST. *In*: Fazendo gênero: diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2010.

IMP. INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Maria da Penha**. Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.mariadapenha.org.br/index.php/quemsomos/maria-da-penha>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ITERRA. INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA. **Instituto de Educação Josué de Castro**. Projeto Pedagógico. Veranópolis: ITERRA, 2007.

JST. JORNAL SEM TERRA. **Sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade**. São Paulo: [s. n.], nov. 1995.

JST. JORNAL SEM TERRA. **O MST deve lutar também contra o machismo**. São Paulo: [s. n.], mar. 1996.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. A mulher e a família. 04 de março de 1920. Pravda, 07 de março de 1920. **Cadernos Desafio**. Obras Completas, n. 1, t. XXV. São Paulo: Desafio, mai. 1994. p. 63-64 (edição russa).

MARQUES, Siomara Aparecida. Feminismo(s) e o conceito de gênero: algumas contribuições teóricas para os debates nos movimentos sociais de mulheres camponesas. *In*: PERON, Valdete Boni Lucélia; MARQUES, Siomara Aparecida; MOHR, Naira Estela Roesler; BASTIANI, Tânia Mara de (orgs.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017. p. 71-88.

MELO, Denise Mesquita de. **A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST**. 2001. 183f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas/SP, Faculdade de Educação, 2001.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. *In*: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2007. Cap. 5. p. 113-143.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Organização do Movimento. Quem é quem na luta pela terra. **Caderno de Formação**, s. 1, n. 1, 1986a.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A luta continua: como se organizam os assentados. **Caderno de Formação**, n. 10, São Paulo, 1986b.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. 3º Encontro Nacional: nossas prioridades. **Caderno de Formação**, n. 12, São Paulo, 1987.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. A mulher nas diferentes sociedades. **Caderno de formação**, n. 15, São Paulo, Secretaria Nacional do MST, 1988.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Normas gerais do MST**. São Paulo: MST, 1989.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Relatório do II Congresso Nacional do MST**, São Paulo, 1990, Mimeo (não paginado).

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Como deve ser a escola de assentamento. Ocupar, resistir e produzir também na educação. **Boletim da Educação**, n. 01, Setor de educação, Porto Alegre, 1992a.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Como fazer a escola que queremos. **Caderno de Educação**, n. 01, São Paulo, 1992b.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Alfabetização de jovens e adultos – educação matemática. **Caderno da Educação**, n. 5, São Paulo, 1994.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Princípios da educação no MST. **Caderno da Educação**, n. 8, Porto Alegre, 1996a.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A Questão da Mulher no MST**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1996b.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A questão de gênero no MST**. 1997.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Compreender e construir novas relações de gênero**. 2. ed. Coletivo Nacional de Gênero. São Paulo: Peres, 1998.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Como fazemos a escola de educação fundamental. **Caderno de Educação**, n. 9, Rio Grande do Sul, 1999a.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Mulher Sem Terra. **Caderno de formação**, n. 2, São Paulo, 1999b.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossos Valores – Pra Solettrar a Liberdade**, n. 01, São Paulo, ANCA, 2000.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Pedagogia do Movimento Sem Terra – acompanhamento às escolas. **Boletim da Educação**, n. 8, Porto Alegre, jun. 2001a.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001b.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo novas relações de gênero**: desafiando relações de poder. As relações de gênero e o MST. Setor Nacional de gênero. São Paulo: ANCA, 2003.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Mulheres Sem Terra lutando e semeando novas relações de gênero**: 8 de março dia Internacional da Mulher Trabalhadora. São Paulo: Peres, 2004a.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Educação no MST - Balanço 20 anos. **Boletim da Educação**, n. 09, São Paulo, 2004b.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990-2001. **Caderno de Educação**, n. 13, Veranópolis, Iterra, 2005.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MST: lutas e conquistas. **Caderno de Estudo**. São Paulo: MST, 2010.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Plano de estudos da escola itinerante**. Colégio Estadual Do Campo Iraci Salete Strozak Escola Itinerante do Estado do Paraná. Plano de Estudos. Rio Bonito do Iguaçu, ago. 2013.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Mulheres conscientes na luta permanente**. São Paulo: [s. n.], 2015.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/15654>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Apresenta informações sobre o MST**. São Paulo, 2016a. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Procuramos construir novas relações de gênero, em que todas e todos sejamos respeitosos um com o outro**. São Paulo, 2016b. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/11/25/procuramos-construir-novas-relacoes-de-genero-em-que-todas-e-todos-sejam-respeitosos-um-com-o-outro-afirma-dirigente.html>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O Setor de Gênero do MST**. Des Sans-Terre Mouvement. São Paulo. Disponível em: <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8247.html>. Acesso em: 02 mar. 2017.

NORBACK, Altair; CINELLI, Catiane, CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; RODRIGUES, Inês Soares. A questão de gênero em espaços educativos dos movimentos sociais do campo. *In*: MACHADO, Carmem Lúcia Bezerra; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; PALUDO, Conceição (orgs.). **Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências**. Brasília: MDA, 2008. p. 174-191.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, vol. 24, n. 1, São Paulo, Editora UNESP, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Topoi, jan./jun. 2011. v. 12. n. 22. p. 270-283.

PINASSI, Maria Orlanda, **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

QUIRINO, Raquel; GUIMARÃES, Soraia de Mello. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas”. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, Tocantinópolis, p. 231-251, 2017.

SABIA, Claudia Pereira de Pádua; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. O desafio de criar novas relações de gênero no interior do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST: O assentamento do Contestado (Lapa-PR). *In*: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SOUZA, Elizeu Clementino de (orgs.). **Documentação, memória e história da educação no Brasil: Educação especial, questões étnico-raciais e de gênero**. 1. Ed. Tubarão: Copiart, 2016. p. 165-188.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Bott. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. **Perspectivas**, São Paulo, n. 6, p. 67-75, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, São Paulo, p. 82-91, 1999.
SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTO, Thais Marques de. **As publicações do Setor de Gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra**: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia. 2016. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Escola de Humanidades, PUCRS, Porto Alegre, 2016.

SILVA, Cristiani Bereta da. **Homens e Mulheres em Movimento**. Relações de Gênero e Subjetividade no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Dia internacional da mulher no campo brasileiro: novas formas de protesto político e de resistência. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 38, n. 1, Goiânia, p. 50–80, jan./jun. 2014.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, Porto Alegre, p. 5-22, jul./dez. 1990.

STÉDILE, João Pedro. O movimento dos trabalhadores sem-terra: alguns dados históricos. *In*: CHEVITARESE, André Leonardo (org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Pareceristas

Este livro foi submetido ao Edital 001/2021 do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, câmpus de Marília e financiado pelo auxílio nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPEES. Contamos com o apoio dos seguintes pareceristas que avaliaram as propostas recomendando a publicação. Agradecemos a cada um pelo trabalho realizado:

Adriana Pastorello Buim Arena
Alberto Luiz Pereira da Costa
Alexandre Filordi de Carvalho
Américo Grisotto
Ana Claudia Saladini
Ana Maria Klein
Angelica Pall Oriani
Carlos Bauer
Carlota Boto
Celia Regina Rossi
Cinthia Magda Fernandes Ariosi
Claudia Cristina Ferreira
Cristina Maria Carvalho Delou
Daniel Ferraz Chiozzini
Domingos Leite Lima Filho
Erika Porceli Alaniz
Francismara Neves de Oliveira
Genivaldo de Souza dos Santos
Giza Guimarães Pereira Sales
Joana Tolentino

Jose Deribaldo Gomes dos Santos
Lalo Watanabe Minto
Lia Leme Zaia
Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
Luciano Mendes de Faria Filho
Márcia Lopes Reis
Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes
Maria de Fatima Felix Rosar
Maria José Viana Marinho de Mattos
Maria Lucia Marques
Marta Sueli de Faria Sforzi
Mauro Castilho Gonçalves
Nadia Aparecida Bossa
Nilza Sanches Tessaro Leonardo
Ofelia Maria Marcondes
Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues
Rita Melissa Lepre
Sandra Aparecida Pires Franco
Simone Wolff
Sonia Bessa da Costa Nicacio Silva
Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Comissão de Publicação de Livros do Edital 001/2021 do
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília
*Graziela Zambão Abdian, Patricia Unger Raphael Bataglia,
Eduardo José Manzini e Rodrigo Pelloso Gelamo*

SOBRE O LIVRO

Catálogo

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Normalização

Livia Pereira Mendes

Diagramação e Capa

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Jeniffer Ribeiro Pessoa

Doutoranda em Educação, na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Marília (2018). Advogada. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Presidente Prudente – FAPEPE (2011). Pós-graduada em Direito Civil pelo Instituto Brasil de Ensino – IBRA. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial – GEPES, vinculado a UFGD. Atuou como professora contratada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Naviraí – CPNV (2018–2020), ministrando disciplinas nos cursos de Ciências Sociais, Pedagogia e Administração de empresas. Atuou ainda como professora contratada na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, campus de Naviraí (2020) e no campus de Dourados (2021) ministrando disciplinas no curso de Direito, bem como nos cursos de Ciências Contábeis e Administração de Empresas do campus de Ponta Porã (2021). Tem experiência nas áreas de educação e diversidade, políticas públicas educacionais, direitos humanos, igualdade de gênero. Contatos: jenifferrpessoa@gmail.com / jenifferrpessoa.adv@hotmail.com

Além de ocupar, resistir e produzir, as mulheres do MST vêm travando uma dura “luta dentro da luta” para superar o machismo e promover a igualdade de gênero.

A educação de gênero nas escolas do movimento, combinada com lutas travadas especialmente pelas mulheres nas assembleias, nas cooperativas e associações, nos assentamentos, além da participação igualitária nas decisões estratégicas do movimento têm contribuído a construção de novas relações sociais e de gênero.

O patriarcalismo é anterior ao modo de produção capitalista, mas certamente o capitalismo aprofundou as diferenças entre homens e mulheres, entre povos e etnias, e já está cientificamente provado que é impossível alcançar a igualdade substantiva entre seres humanos dentro dos marcos deste modo de produção bárbaro e mesquinho. As mulheres de todas as partes da América Latina estão travando uma luta ferrenha contra todas as formas de opressão que – quem sabe – poderão desembocar numa sociedade para além do capital.

Jeniffer Pessoa – nesta pesquisa cuidadosa – traz uma contribuição fundamental a este debate ao abordar as temáticas de gênero, do machismo e da educação do MST.

HENRIQUE TAHAN NOVAES | UNESP Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



Programa PROEX/CAPES:

Auxílio Nº 0798/2018

Processo Nº 23038.000985/2018–89

